

5167

CON 132-P

L I S B O A
A N T I G A

O B A I R R O A L T O

P O R

JÚLIO DE CASTILHO



3.ª EDIÇÃO

DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME III

L I S B O A

1 9 5 6

C. N. 1
GABINETE
DE ESTUDOS
GUBERNAMENTOS

LISBOA
ANTIGA
O BAIRRO ALTO

JULIO DE CASTILHO
LISBOA ANTIGA

O BAIRRO ALTO

125 DEPTADO DE MATIA BOQUELA

VOLUME III

LISBOA

QUINAS GRAFICAS DA LIT. L.

1948

C. M. L.
GABINETE
DE ESTUDOS
OLISIPONENSES

LISBOA ANTIGA O BAIRRO ALTO

POR

JÚLIO DE CASTILHO

3.^a EDIÇÃO

DIRIGIDA, REVISTA E ANOTADA
POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

VOLUME III

LISBOA

OFICINAS GRÁFICAS DA C. M. L.

1 9 5 6



CAPÍTULO I

Abre-se-nos com este capítulo o largo estudo de um interessantíssimo edificio, que todos conhecemos intacto até há poucos anos, e que desapareceu por um incendio, e por uma reconstrução pior ainda que o fogo.

Entremos em matéria.

*

Defronte do palácio que pertenceu aos Marqueses de Valada, e ao poente do que pertence aos Duques de Palmela, erguia-se a grande, muito regular, e muito elegante habitação urbana dos Condes do Sobral, herdeiros e representantes do fundador. Quem ali passava, notava sempre aquele palácio grandioso, luxuoso, traçado no gosto mais apurado do século XVIII; quem entrava, achava um largo pátio interior, soberbas escadarias, magníficos salões e azulejos de primeira ordem. Ocupava este edificio todo um quarteirão.

Se bem que a varonia dos Condes do Sobral seja hoje Mello, da Casa de Ficalho, como o actual Conde representa seu 3.^o avô Anselmo José da Cruz Sobral, e o benemérito irmão d'este, Joaquim Inácio da Cruz Sobral, dois homens a quem muito ficou devendo a civilização portuguesa, pelo comércio e pela indústria, falemos dos fundadores antes de estudarmos o palácio.

*

A esta singular família dos Cruzes coube na sociedade portuguesa do século XVIII brilhantissimo papel; prova clara de quanto pode a perseverança unida à intelligência e à honradez.

De modesta origem (como aliás todas as mais illustres raças do mundo) soube elevar-se de pressa aos cumes das honras sociais, e deixar profundo rasto, que não tem de apagar-se nunca.

Comecemos pelo princípio.

*

Na freguesia do Sacramento em Lisboa, na travessa *do Sacramento*, vivia nos fins do século XVII, e na primeira parte do século XVIII, um homem honrado e sério.

1—JOÃO FRANCISCO DA CRUZ, casado com Joana Maria de Sousa. D'elles nasceram vários filhos, que, pelo seu comportamento, abonam o carácter dos pais. Um bom filho faz sempre o elogio dos seus educadores.

Foi primogénito :

2 — *António José da Cruz*. Tomando Ordens, entrou muito moço na Congregação do Oratório, às Necessidades. Teve por irmãos :

2 — *José Francisco da Cruz*,

2 — *Joaquim Inácio da Cruz*,

2 — *Anselmo José da Cruz*, que todos seguiram a carreira comercial, e duas irmãs,

2 — *D. Agostinha Maria dos Prazeres*,

2 — *D. Teresa Perpétua de Jesus*, que ambas receberam o véu de Freiras no mosteiro de Chelas.

*

O Padre António José, está-se a perceber que saíu dotado pela Natureza com grande bondade, génio gazalhador e amigo de ajudar os esforços do trabalho; devorava-o uma ambição por conta alheia, e feita, por assim dizer, de caridade. Pelas relações que lhe soube grangear o seu carácter sizudo, teve ensejo de proteger os irmãos, e encarreirá-los, como se vai ver.

Há sobre isso uma interessante versão, que alguns tratam de lenda, mas que me parece dever aceitar-se, por ser verosímil, por ser contemporanea, e por derivar de informador sizudo.

Conta o minucioso e palreiro Ratton, no livro das suas *Recordações*, que o sagacíssimo Sebastião José de Carvalho e Melo, antes de vir a ser o grande Marquês, não desprezou qualquer meio licito que se lhe deparasse de chegar aos seus fins; e desejando ardentemente escalar a cadeira de Ministro,

porque a sua consciência lhe segredava talvez um futuro assombroso, cultivava com assiduidade as relações de certo Oratoriano de S. Filippe Nery, o Padre Domingos de Oliveira, então válido d'el-Rei D. José, e muito familiar do Paço. Tomava Sebastião José o caminho mais curto; o seu talento, os seus grandes serviços diplomáticos, a sua ciência administrativa, podiam valer muito; porém valeriam mais, se fossem oportunamente recomendados na presença do Rei.

Muita vez a azinhaga encurta a estrada Real.

Outro Oratoriano com quem se dava, nas suas idas às Necessidades, foi o Padre Cruz, inteligência fina e prática, admirador do carácter e das luzes do futuro Estadista, aquele homem singular e excepcional, que já então, no seu porte, no seu aspecto, na sua calculada reserva, nos seus relances de águia, devia infalivelmente revelar a olhos perspicazes um gigante de talento.

Como o gosto maior do Padre Cruz era ser útil, e como lhe pareceu que um sujeito d'aquella esfera, instruído, enérgico, prudente, e conhecedor da politica europeia, podia vir sem d'úvida a prestar altissimo serviço a Portugal, favoreceu-o no conceito do seu colega Domingos de Oliveira; e d'este solapado conluio resultou ser em breve chamado para Ministro do Reino o homem, ainda relativamente obscuro, que se chamava Sebastião José de Carvalho e Melo.

Essas relações, e esses serviços indirectos, fizeram d'ele um amigo, o que é raro, e um amigo grato, o que é rarissimo. O Padre António foi muito

atendido sempre pelo Ministro, conseguiu n'aquelle elevado espirito muita preponderancia, e empenhou-se em utilizá-la em favor dos seus.

*

O seguinte irmão do nosso Oratoriano.

2 — *José Francisco da Cruz*, tinha ambicionado entrar no comércio, e tinha ido estabelecer-se na Baía.

Pela probidade e pelo trabalho, tinha alcançado n'aquella praça a melhor reputação; o seu voto era atendido de todos; a sua palavra, um Evangelho. Aquele teatro, porém, parecia-lhe pequeno; e instigado do Padre António, que se fiava no seu bom empenho junto do Ministro, voltou para Portugal, ainda em vida dos pais, que de certo tiveram a antevisão dos brilhantes destinos dos descendentes.

Casou, e enviuvou; casou segunda vez, e teve três filhos.

*

Fundára se em 7 de Junho de 1755 a Companhia geral para plantação e arroteamento da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, por iniciativa do eminente Ministro. Era o meio mais eficaz de desbravar vastissimas regiões, desaproveitadas até então, e d'onde a mão do Comércio ia sacar milhões em proveito de Portugal. O entusiasmo que a fundação da esperançosa Companhia excitou em toda

Lisboa, concebe-se bem; e a saída das suas frotas embandeiradas, para a conquista pacífica do velocino de oiro, inspirou a Domingos dos Reis Quita o seguinte, que não é das obras mais somenos da sua lira. Está-se a perceber a cena! ao lisboeta agradaram sempre as abaladas para longes terras. Como se espalhara a noticia, os altos e miradoiros espreitavam o Tejo; e à hora indicada, entre uma aluvião de catraios cheios de amigos saudosos, levantaram ferro as valentes barcas, abriram as asas, e com bom vento deslizaram em demanda da barra.

O entusiasmo de Quita inspirou lhe este.

SONETO

Rompentes quilhas, que do Tejo andoso
as cristalinas águas dividindo,
ides tanta riqueza condazindo
ao ponto mais feliz, mais proveitoso,

tornai ao comerciante, que gostoso
da seca práia vos está seguindo,
sem que às concavas velas impelindo
vão os sopros do vento tormentoso.

Chegai pois às correntes do selecto
Grão-Pará; consegui toda a vitória,
sem ver da desventura o horrendo aspecto

Novo assunto dareis à larga História,
se render tanto frato este projecto,
quanto a seu Fundador rende de glória.

*

Progrediu a Companhia, sob a direcção de abalisados Directores. Passou tempo. Um dos Deputados d'ela, Domingos de Bastos, desagradou a Sebastião José, não sei dizer a razão, e viu-se demittido; para esse lugar vago foi pelo Padre Antônio recomendado ao Ministro José Francisco da Cruz, e nomeado, logo no segundo triénio. Como conhecedor do Brasil prestou tão bom serviço no seu cargo, que deu na vista, e mereceu ser chamado a Provedor da Junta do Comércio.

D'aí em diante, não havia empresa em que ele não entrasse; vemo-lo Director da Real Fábrica das sedas, Director da Fábrica de lanifícios da Covilhã e Pombal, Vice-Provedor da Junta da Companhia geral de Pernambuco e Paraíba. Concorreu com o seu trabalho e os seus fundos para a instituição da Aula do Comércio, onde se ensinava Francês (pouco sabido então entre nós), e Geografia (inteiramente ignorada, segundo Ratton, «até mesmo dos Desembargadores»); e a sua enorme actividade empregou-se em colaborar na faina colossal da reedificação de Lisboa. Sob a direcção do omnipotente Ministro, e auxiliado por João Henrique de Sousa, organisou o plano para a fundação do Real Erário, e conseguiu ser elevado a Tesoureiro-mór do mesmo, e logo a Conselheiro efectivo da Real Fazenda.

Como se vê, era vasto o caminho percorrido desde o modesto lar de seus pais até às eminências da carreira. A influencia d'ele era já reconhecida. Aí

está o Tomo III do *Anatómico jocoso*, que em 1758 lhe é respeitosamente dedicado pelo autor (fosse quem fosse), em termos que bem demonstram o alto conceito em que o tinha o público português.

*

Na guerra de 1762 foi criada uma Junta do provimento geral das Tropas, e aí foi José Francisco Substituto do Marquês de Pombal. Deu tão acertadas providências, portou-se com tanta actividade gerindo o complicado maquinismo, e apresentou tão boas contas, que recebeu como prémio o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por alvará de 17 de Janeiro de 1763.

Por Carta de 7 de Fevereiro do mesmo ano foi-lhe doada de juro e herdade a Capela instituida pelo Conego Gonçalo Martins, e que constava da quinta da Alagoa e casas a ela anexas, etc., ficando a dita quinta em cabeça de morgado com o título de Alagoa; não é, parece, aquella onde está hoje o telégrafo submarino, mas sim a outra em Carcavelos, onde há com efeito uma grande lagoa, comprada há anos pelo snr. D. Vasco de Figueiredo Cabral da Camara, casado com a snr.^a D. Eugénia de Melo, filha dos Condes do Sobral.

Foi também José Francisco do Conselho d'el-Rei, e teve Brasão de armas em 1765, criando apelido novo, e passando a denominar se José Francisco da *Cruz Alagoa*.

*

Nada d'isto, porém, o tornava orgulhoso; tratava as partes com a mesma afabilidade, e applicava-se à tarefa com o mesmo zelo.

Por falecimento do Desembargador Francisco Xavier Porcile (1), Administrador da Alfândega grande, foi dado esse lugar ao Morgado da Alagoa, ficando também Presidente de todas as Alfândegas do Reino.

*

Custa crer como chegava um homem só para gerir tantos cargos; mas chegava; o exemplo vinha de mais alto; a força intelectual do primeiro Ministro era, por assim dizer, contagiosa.

(1) Estes Porciles principiam cá em Francisco Xavier Porcile, que em 1727 foi nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo (*Torre do Tombo, Habilitações, Letra F, Masso 38, n.º 63*). O seu processo é interessantissimo. Era familia considerada de jurisconsultos, e sabia muito. O 1.º Visconde de Santarém casou em 1.ªs núpcias com D. Mariana Rita Xavier Porcille Okelli Ribeiro Rangel, filha herdeira de António Bernardo Xavier Porcille, do Conselho de S. M., Desembargador, etc., e de D. Mariana Okelly. O palácio dos Porcilles, Porsili, ou Possilli (que assim, por estas variadas formas, se escrevia e pronunciava no público esse apelido) ficava na freguesia do Socorro. Aí moraram e nasceram muitos membros da familia. É o actual palácio que pertencea ao Barão da Folgosa, depois a sua filha a snr.ª Condessa de Geraz do Lima, e hoje ao 3.º viúvo d'esta senhora. Para este palácio,

Além dos negócios oficiais, sobrava ensejo a José Francisco da Cruz Alagoa para auxiliar os amigos trabalhadores, e encaminhá-los. Jácome Ratton confessa que, tencionando estabelecer nos arredores da Capital uma grande fábrica de estampanaria, se lhe dificultou nas regiões oficiais a concessão do privilégio. E quem lh'a dificultou? o seu amigo José Francisco; e porquê? por bem; por entender que o salvava da ruína aonde ia precipitar se, segundo ele mesmo confessou ao interessado anos depois. Portanto, parecendo empecê-lo, prestou-lhe valioso auxilio.

caja entrada era por um portão defronte da igreja paroquial do Socorro, antes da abertura do 2.º lanço da rua Nova da Palma, foi transferido em 1815 o Colégio de Miguel Boardie, francês, que alardeava em público as suas presenças (talvez fundadas) de eminente calígrafo. As terras de *Porciles*, pertencentes ao mesmo casal, e situadas no termo de Alcácer do Sal, arrendavam-se também então. O *Colégio francês* mudou-se em Julho de 1819 para a rua direita de S. Paulo, n.º 5, e o palácio do Socorro alugava-se ou inteiro, ou em quartos separados.

*

O palácio Folgoza, e várias parcelas de terreno do antigo Coliseu de Lisboa, foram adquiridos pela Câmara, aos herdeiros dos Condes da Folgoza, por escritura de 15 de Fevereiro de 1932, para alargamento da Rua Nova da Palma.

Em 1935/36, instalou-se no edificio a Terceira Repartição (Engenharia), aumentando-se-lhe, então, um andar. Actualmente funcionam ali a Segunda Repartição (Arruamentos), a Terceira (Obras Municipais) e a secção de Contabilidade.
— Nota de M. S.

*

Era muito religioso o nosso Morgado da Alagoa, e tinha o seu nome inscrito em diversas Confrarias; pois comparecia a todas as sessões, e era apreciadíssima a sua opinião e a sua influência.

Para a edificação da nova paróquia de Santa Isabel despendeu grosso cabedal; e achando-se a freguesia provisoriamente estabelecida na ermida de Santo Ambrósio, que ainda conheci, lá em baixo, na rua do mesmo nome, despojou-se Alagoa de 1.574 marcos de prata da sua riquíssima baixela, e doou-os à Irmandade do Santíssimo em 27 de Outubro de 1753 para se continuar a obra do novo templo.

*

Fundado o Colégio dos Nobres, a sua intendência foi cometida a este homem notável, cuja saúde abalada pelo trabalho diminuia a olhos vista, mas cujo zelo e entusiasmo não sabiam afrouxar. O mais que fêz foi alcançar a nomeação de seu digno irmão Joaquim Inácio, como serventuário dos seus vários empregos, e ir pedir aos ares de Mafra algum alívio aos seus padecimentos. Nada conseguiu, e tornando a Lisboa partio para a sua quinta de Carnide, hoje pertencente à snr.^a Condessa de Carnide, e aí faleceu pelas 2 horas da madrugada de 16 de Maio de 1768.

Daí o transportaram com um brilhante cortejo para a capela mor de Santa Isabel, padroado seu, onde jaz.

Assistiu-lhe a Irmandade dos Clérigos pobres, e viram-se no séquito funerário os Ministros de Estado, os Grandes, a Nobreza, e o Povo que ele tanto amára.

*

José Francisco deixou o seu nome vinculado a todas as empresas úteis do seu tempo, e despendeu largas somas em aliviar a pobreza de Lisboa; mas (o que é honrosíssimo para a sua memória) deixou a casa em estado pouco próspero de fortuna, porque o seu tempo era empregado nos negócios públicos, não lhe chegando para a sua própria administração.

Transcreverei aqui o seguinte Decreto, que plenamente confirma o que digo:

«Sendo me presentes os embaraços em que se acha implicada a casa de José Francisco da Cruz Alagôa, em rasão de elle ter desamparado as suas particulares dependencias para melhor se empregar no meu Real Serviço;

«Attendendo a que Joaquim Ignacio da Cruz, testamenteiro do supracitado defunto, e tutor dos orfãos seus filhos, está actualmente tão occupado no mesmo Real Serviço, que não poderá concluir as ditas dependencias com a necessaria promptidão; e

«Querendo fazer mercê aos orphãos, em attenção aos serviços do referido seu pae :

«Hei por bem Nomear seu condutor, e administrador de sua casa, a Antonio José, seu tio, por esperar d'elle que bem desempenhará esta nomeação.

«A Meza do Desembargo, etc. — Ajuda, 3 de Setembro de 1768. — Rei.»



CAPÍTULO II

Feita a rápidos traços essa história sumaríssima da vida do Morgado da Alagoa, falarei de seu irmão imediato.

Não merece menos.

2 — *Joaquim Inácio da Cruz.*

Nascido a 27 de Setembro de 1725, foi baptizado a 14 de Outubro. Reflexivo e aplicado desde criança, deu mostras de sızudês precoce, e foi chamado para a Baía por seu irmão José, que principiou a instruí-lo nos segredos da vida comercial honesta. Em 1737 já lá se achava, e lá ficou depois da tornada de seu irmão para Lisboa.

A representação deste na Capital, e a larga influência sempre crescente do bom Padre António, auxiliaram-no na obtenção da mão de uma rica herdeira baiana, filha única, D. Ana Joaquina Inácia da Cunha, filha de um brasileiro cujo nome ignoro, e de D. Maria da Encarnação Correia. A essa jovem senhora ligou Joaquim Inácio o seu



Joaquim Inácio da Cruz Sobral

destino, e os haveres dela auxiliaram-no de certo no desenvolvimento do seu comércio. Parece que a Fortuna da noiva se achava onerada de dividas passivas reputadas incobráveis. Conseguiu o activo Oratoriano um Decreto para seu irmão Joaquim poder cobrar executivamente dos seus devedores e dos da casa de sua mulher os seus créditos; realizou tudo, e retirou-se em 1765 para Lisboa, com sua mulher e sua sogra, ao chamamento de José Francisco, já então Fidalgo da Casa Real, do Conselho d'el-Rei, Conselheiro da Fazenda, etc.

Em 30 de Abril de 1767 foi nomeado Administrador da Alfândega, como substituto do irmão, e logo depois Provedor da Junta do Comércio e da Companhia do Grão Para, Inspector das Obras Públicas, e Director das Fábricas; e por morte de Alagoa, em 1768, succedeu na efectividade a todos os cargos dele.

Em 20 de Outubro de 1768 foi nomeado Conselheiro da Fazenda de capa e espada; em 21 teve a carta do Conselho; e por Alvará de 5 de Janeiro de 1769 obteve o foro grande.

*

Segundo se está vendo, havia nesta gente predi-
cados excepcionais, que chamavam deste todo o
princípio a atenção do grande Reformador; não
atribuamos tudo ao *empenho* do Padre, se bem que
não possamos duvidar de que a sua hábil sugestão
valesse de muito.

O Padre, como irmão mais velho, era tido pelos
Cruzes, diz Ratton, «como pae, e ponto central da

família». Deveu ter sido assim; mas é inegável que o olhar de águia do Marquês de Pombal descobriu o que valia esta irmandade, entre os membros mais conspícuos do alto comércio, e a pôs na sua luz verdadeira; é esse o segredo dos estadistas: aproveitar os servidores conforme as suas aptidões. Ratton, apesar de parecer alguma vez pouco afeiçoado aos Cruzes, confessa «a influencia que a familia teve no estabelecimento de fabricas, adiantamento do commercio, e mesmo a sua representação pelos empregos que occuparam». Noutra parte declara a sua estreita amisade com eles, e diz que, sendo validos do Marquês de Pombal, podiam considerar-se «chefes então do corpo do commercio, de que muito se honravam».

Pombal teve dois irmãos: Francisco Xavier de Mendoça, Ministro da Marinha, e Paulo de Carvalho, Monsenhor e Presidente do Senado. A harmonia dos três, a intelligência dos três, deviam lembrar-lhe a intelligência, a laboriosidade, a harmonia dos três Cruzes, e demonstrar-lhe que as riquezas accumuladas por estes eram garantia dos seus serviços. Lá esculpe Ratton esta sentença, de todo o ponto verdadeira:

«Promover um cidadão os seus interesses, sem ser à custa do Estado, é promover igualmente os interesses do mesmo Estado.»

*

Há muitos exemplos, na nossa História, destes infatigáveis labutadores comerciais e industriais, nobilitados não pelo capricho dos Reis, mas pela

justiça dos Governos. Bartolomeu Joanes, o amigo d'el-Rei D. Dinis, Fernão Lourenço, o navegador opulento, os Marchiones, poderosos armadores, Fernão Gomes da Mina, o arrematante dos contratos africanos, e ampliador de largas léguas de costa, Antão Vaz de Castro do Rio, o generoso argentário, Lucas Giraldes, que repartiu os seus celeiros com o povo em certa crise, Diogo Rodrigues do Alamo, os Bandeiras, os Machados Pintos, os Quintelas, são potentes financeiros da mesma laia destes Cruzes, cuja inteligência, cuja actividade, e cuja bolsa, se transformavam em bem geral.

Quê! só os guerreiros é que valem? E estes lutadores da paz, estes valentes, que personificam o cálculo comercial e a expansão da riqueza pública, não são tanto como eles?

*

Quis o opulento Joaquim Inácio da Cruz firmar em base estavel a sua preponderância, e nesse intento nada desprezou. Proventos e honras eram para ele os instrumentos da sua influência proveitosa.

*

Morando em Lisboa, onde, pela sua elevada posição, tão nobremente conquistada, pelo seu trabalho e pela sua honradez, era consideradíssimo, quis fundar na Capital uma residência digna de si, e er-

gueu naquele concorrido sítio, na esquina oposta ao palácio dos Sousas Calharizes, uma habitação principesca. Só lhe faltou espaço para jardim.

No testamento de Joaquim Inácio é designada esta casa (segundo me informa pessoa que o sabe) como palácio *da Cruz de pau*. Hoje a Cruz de pau não é precisamente aí, mas vejo que era assim chamado aquele sítio até à calçada *do Combro* no século xviii. «A rua *da Cruz de pau*, junto às casas do Monteiro mór» — são palavras de um anúncio da *Gazeta de Lisboa* de 3 de Novembro de 1729. E ainda no primeiro quartel do século xix vejo que outro anúncio chama a essas mesmas casas dos Marqueses de Olhão, onde estava então o Correio geral, e esteve muitos anos, o «palacio *da Cruz de pau*.»⁽¹⁾

No século xvii dizia-se *Cruz do pau*, segundo vi no requerimento de um tal Amaro de Barros para Familiar do Santo Ofício, em 1672⁽²⁾.

(1) Esse Aviso publicado na *Gazeta de Lisboa* n.º 299, de 13 de Dezembro de 1820, diz assim:

«No dia 20 do corrente, pelas 3 horas da tarde, nas casas do Desembargador José Firmino Giraldes Quelhas, na travessa de José Vaz — (de José Vaz de Carvalho, ao Campo de Sant' Ana) — se há-de arrematar o palácio da Cruz de pau, onde se acha o Correio.»

Arrematar como, se ele hoje ainda subsiste na posse dos herdeiros da Casa de Olhão? seria para partilhas? entraria ele nos bens alodiais da família?

Para ver se podia preencher esses pontos de interrogação, dirigi-me a pessoa que podia esclarecer-me, ou pelo menos encaminhar buscas, mas não tive resposta.

(2) Torre do Tombo — *Familiares*.

*

A data da edificação do palácio, não a sei; mas pode talvez colocar-se entre 1770 e 1780. Sinto que se não usasse, e não comece a usar-se agora, por ordem da Camara, e de uma vez para sempre, gravar em qualquer esquina de todos os prédios, grandes ou pequenos, e em letras bem visíveis, o nome do architecto, com a data da conclusão da obra.

Que subsidio para a história da Arte!

*

Há quem diga, mas não conheço o fundamento, que este palácio foi reedificado sobre outro que ali existia, confiscado a um filipino no século xvii. Ignoro quem fosse o filipino, e também se os Cruzes foram reedificadores, ou, como me parece provável, edificadores desde o alicerce. Ali tudo era século xviii; tudo, desde o embasamento até os torreões monumentais das esquinas, revelava um traçado harmónico, e em parte nenhuma se viam os enxertos anacrónicos de uma adaptação.



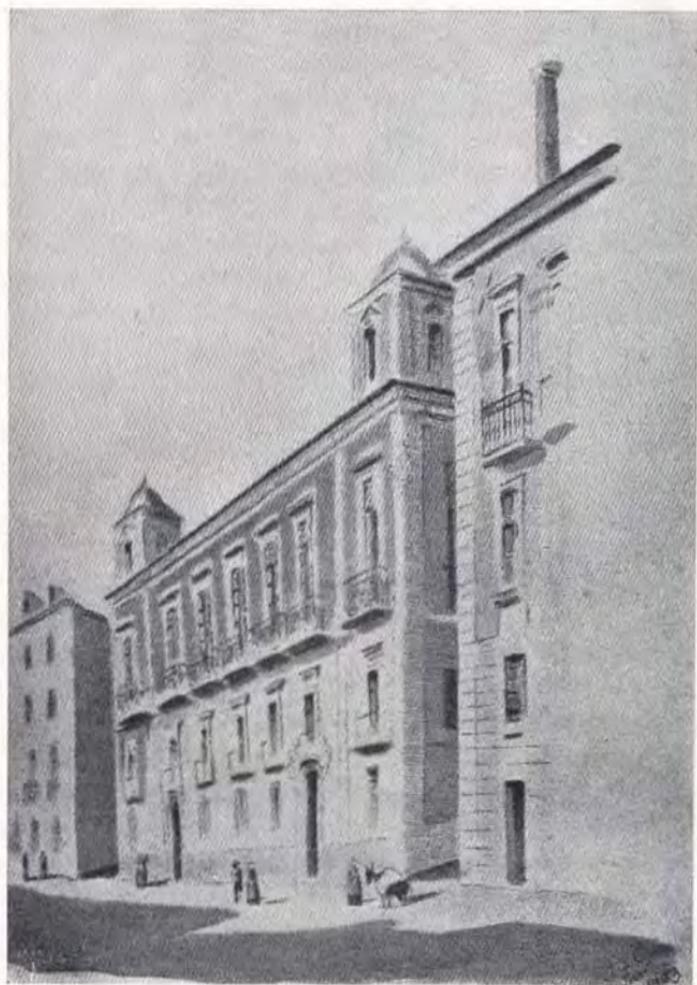
CAPÍTULO III

Formava o palácio um vasto paralelogramo, com a frente principal de 130 palmos (uns 29 metros e tanto) sobre a rua Direita, ou largo *do Calhariz*, a oposta sobre a travessa *das Mercês*, a ocidental sobre a rua *do Carvalho*, e a oriental sobre a *da Rosa*.

A fachada sobre o Calhariz era dividida em três corpos, sendo os laterais separados do central por pilastras correspondentes às dos cunhais, e terminando ambos em feitiço de torres sobrepujadas de mirantes elegantíssimos.

No corpo central dois grandes portões de entrada ornamentados, e por cima duas filas de sacadas, sendo mais nobres e altas as do andar superior.

Na aresta dos dois cunhais viam se as Armas, que eram : escudo cortado ; no 1.^o de azul, cinco estrelas de seis pontas, de oiro, postas em cruz ; no 2.^o de prata ondado de azul, bordadura de verme-



Palácio Sobral, no Calhariz

lho, com as palavras NOMEN HONORQUE MEIS em letras de oiro. Elmo; timbre: cão de prata com coleira de vermelho, e chave de oiro na boca.

Armas simbólicas e bem pensadas. A cruz de cinco estrelas determina o apelido. as águas lembram a Alagoa; o cão é a fidelidade do carácter destes homens; a chave é o segredo que deve presidir ao negócio; o moto é a aspiração de fama e honra para a parentela. Não é, como outrora, um grito de guerra; é um brado de paz.

Os portões abriam para duas vastas lojas em forma de corredores, que ambas desembocavam no grande pátio, onde as carroagens davam volta, entrando por um portão e saindo pelo outro.

Ao fundo desse pátio, no interior da parte do edificio que deitava para as Mercês, ficava a entrada monumental de quatro degraus conduzindo aos vinte e dois da escadaria, bifurcada para a direita e para a esquerda em dois outros lanços, que levavam ao andar nobre, onde eram as salas.

*

Gostaria de ser muito mais minucioso na descrição do palácio, hoje desaparecido; mas não posso. Contentemo-nos com esta visão rápida, que aí deixo, de um espécime tão bem conservado, como todos o vimos, da architectura civil portuguesa no tempo d'el-Rei D. José. O que em ponto menor fizeram os Machadinhos na antiga rua *do Acipreste*, realizou-o em ponto largo o benemérito Joaquim Inácio.

Tudo aí era afinado, e dizia século XVIII.

*

Havia porém num ponto um curioso anacronismo, pelo qual poucos transeuntes teriam dado.

Na esquina ocidental da fachada sobre a rua *do Carvalho* descobri eu, que ando sempre à caça dessas minúcias, e descobriria qualquer pessoa que olhasse com a mesma atenção, umas letras góticas que me pareceram do século xv, mas que eu, ignorante como era (mais ainda do que hoje) não podia lêr, por mais que o desejasse. Era culpa do meu pouco saber, mas também da altura em que se achava a pedra, talvez quatro ou cinco metros.

Um dia, em 1879, já depois de impressa a página 222 do meu livro sobre *O Bairro alto*, encontrei aí perto o instruídissimo Académico Estácio da Veiga, muito versado na paleografia lapidária; falei-lhe na tal pedra; não a conhecia; quis vê-la, Vista, entrámos numa tenda próxima, o bom do merceeiro emprestou-nos uma escada de mão, um alguidar com água, uma escova, um trapo, e vendeu-nos uns pedaços de papel pardo. Estácio da Veiga, com o seu denodo de sábio, e indiferente aos mirones, trepou à escada, começou por lavar e humedecer a lápide, applicou-lhe o papel, e fez um calco. Lia-se então perfeitamente: JHSAUAMTE (*Jesus avante*). É incrível a turba multa de rapazio e curiosos que ali se accumularam de repente; pareciam saídos do chão.

Não podémos explicar a significação de tal frase; e só passados anos pude eu ligar com isto o seguinte:

Em tempo d'el-Rei D. João I prégava muito pelas ruas e praças de Lisboa o virtuoso Dominicano Frei André Dias. Condoído das calamidades públicas, que não foram tão poucas, buscava na devoção geral o remédio para elas, e tratava de a incutir por mil formas no ânimo do povo. Persuadia a todos que trouxessem sempre na boca o nome de Jesus, e que o trouxessem escrito no peito, e até pintado nas portas das casas (1).

Pergunto: que relação tinham directa com o palácio aquelas palavras? provàvelmente nenhuma. Te-la-iam com edificio anterior no mesmo sitio? seriam trazidas de outra parte para ali, e conservadas pela curiosidade dos novos proprietários? Quem no sabe?

Pois na horrivel reedificação do palácio houve há poucos anos a lamentável descuriosidade de sumir essa interessante velharia, que, me parece, não fazia mal à Caixa geral dos depósitos, nem às Obras públicas. Estas nossas Obras públicas! são sempre assim!...

Em Sacavém existem também numa casa da *rua Direita*, à mão esquerda de quem vai de Lisboa, as mesmas palavras enigmáticas em caracteres redondos: *Jesus avante*.

(1) Isto diz Frei Laís de Soasa — *Hist. de S. Dom.*, P. I, L. III, cap. xxiii.



CAPÍTULO IV

A riqueza não afrouxou em Joaquim Inácio o zelo do bem público e a docilidade de carácter. Exemplo:

Conta o sincero Ratton esta minúcia interessante, que, apesar de parecer frívola, o não é: sugeriu ele próprio a Joaquim Inácio da Cruz Sobral, na qualidade de Administrador da Alfândega, a ideia de se numerarem os bilhetes de despacho da saída das mercadorias, para se evitarem descaminhos e fraudes; e o Administrador, atendendo à lembrança, mandou adoptá-la. Outro qualquer rejeitava o *quinau*.

Outra vez, Ratton pintou-lhe em termos claros de homem experiente o que era o sitio de Tomar, próprio para toda a casta de fábricas; e que fez ele? foi lá em pessoa, convenceu-se da verdade, e adiantando fundos do cofre da Real Fabrica das Sedas, promoveu em Tomar o estabelecimento de

duas fábricas: uma de caixas de papelão envernizadas, e a outra de meias de estambre. Assim faz quem tem o entusiasmo do bem, quem quere os progressos da sua terra: ouve os práticos; e já essa prova de docilidade é prova de merecimento.

*

No intuito de firmar a sua riqueza em base estável, segundo as Leis da sua era, arrematou o Reguengo do Sobral de Monte-agraço, e por concessão da Carta Régia de 18 de Abril de 1771, confirmada pela de 19 de Dezembro de 1776, instituiu aí um morgado na importância de duzentos mil cruzados (uns 120 contos de réis), com a cláusula de, no caso de falecer sem filhos, poder nomear sucessor no 1.º ou 2.º grau dos seus parentes. Por Carta de 22 de Fevereiro de 1773 foi nomeado Alcaide mor do Freixo de Numão. Teve mercê de Brasão de Armas (iguais às do seu irmão José Francisco), em 17 de Dezembro de 1776, e foi nomeado Senhor hereditário do Sobral, onde construiu do seu bolsinho casa da Camara, cadeia, um chafariz, duas pontes, estradas, e outras obras úteis, fez plantações de amoreiras, etc. (1). Foi-lhe, além disso, permitido tomar apelido da vila do seu Senhorio, e ficou se chamando Joaquim Inácio da *Cruz Sobral*.

(1) *Resenha dos Titulares*, por Silveira Pinto e o Visconde de Sanches de Baena — artigo *Sobral*, T. II, pág. 626, citando a Chancelaria da Senhora D. Maria I, L. 31, fl. 43.

*

No palácio Sobral deu o fastuoso Joaquim Inácio ainda no século XVIII sumptuosas festas à primeira sociedade, jantares, concertos, iluminações, auxiliando assim, com a elegância do seu viver, o pensamento cristão do grande Ministro: misturar as classes.

Deram brado as antigas reuniões do Calhariz. Ali se reuniu toda Lisboa; ali se ouviram grandes artistas, e os curiosos de mais nomeada. O que veio a realisar, nas suas fantásticas vivendas do Farrobo e das Laranjeiras, o Conde do Farrobo, tinha-o realizado em Lisboa esta familia dos Cruzes Sobrais.

*

Repito, se o não disse já: as honras e os haveres não alteraram o carácter deste homem; continuou a ser, segundo memórias suas contemporaneas, o mesmo que sempre fora: afável, sério, cumpridor, altamente esmoler.

Conta um dos seus antigos biógrafos, que tinha entre os seus papeis intimos um livro, onde inscrevia a lista de muitas donzelas orfãs e desamparadas, viúvas miseráveis, familias pobrissimas, comunidades religiosas mendicantes, a quem mensal ou anualmente recorria com grandiosas esmolas. «Guardava este precioso monumento no seu gabinete—narra o biógrafo—e devem conservá-lo os seus successores para que incite o exemplo à imitação».

Se os numerosos e importantes negócios que desenvolviam Joaquim Inácio nos podessem dar ensejo de espreitar-mos para dentro da sua alma, veríamos que era optima. Vários casos ficaram sobrenadando á corrente do esquecimento. Direi um:

*

Chegou do Brasil um pobre homem trazendo cartas de recomendação para Joaquim Inácio; apresenta-se no Calhariz; é perfeitamente recebido. O que o trazia a Lisboa era certa pretensão dependente de uma secretaria. O homem, apesar de se considerar no caso de ser atendido, viu correr as semanas e os meses sem despacho. Tinha esgotado os poucos meios que trazia, e na estalagem onde poisava instavam com ele para que saísse ou pagasse. Soube disto o bom Sobral, e passou a dar-lhe uma grossa mezada em todo o tempo da espera.

*

Esbocei uma parte do papel civilizador e benéfico de José Francisco da Cruz Alagôa, e de Joaquim Inácio da Cruz Sobral; dois homens a quem Portugal deveu muito; duas potencias em Lisboa; caractéres honestos e largos; auxiliares digníssimos do imortal Reformador.

Junto deles, e como que presidindo à irmandade, aparece-nos o bom Padre António José da Cruz. Ratton, que a todos conheceu de perto, diz-

nos que, em quanto se conservou na Congregação do Oratório, saía o Padre muita vez a residir ora numa ora noutra das quintas dos irmãos, vigiando a cultura, dirigindo as plantações, determinando as obras, «com muito mais cuidado que os próprios donos, podendo dizer-se afirmativamente que foi ele quem as fez».

Depois do falecimento de Alagôa, foi nomeado Conego da Sé; em 1791 diz-me o *Almanaque* que morava «a S. Martinho». Seria talvez hospício alugado, para se achar perto da Sé quando lá tivesse que fazer; a tradição da família insiste em que o Padre morou habitualmente na companhia de Joaquim Inácio, no palácio do Calhariz, e na de Anselmo em quanto viveu. Com quanto o seu papel seja menos brilhante que o dos seus protegidos, interessava-se por tudo quanto era progresso, e ajudava a quem queria trabalhar.

Foi por instâncias de Ratton junto a António José da Cruz, sendo ainda Padre Congregado, no seu convento das Necessidades, que se começou a Fábrica de rapé em Lisboa, no tempo do 1.º Contrato, de quem eram chefes Anselmo José da Cruz e Polycarpo José Machado.

O que se fez! o que se lutou! O livro de Jacome Ratton é o triste sudário dos tormentos que passa um homem activo e empreendedor, quando projecta implantar num país apático e rotineiro, como o nosso, melhoramentos industriais. Ora nesses tormentos, e nas suas inherentes glórias, tiveram parte principalíssima os Cruzes.



CAPITULO V

Havia tempo que o bom Joaquim Inácio sentia um desusado acabrunhamento nas suas forças. Receitaram-lhe os médicos, não sei para que doença, os banhos das Caldas da Rainha; preparava-se para abalar. Foi ainda ao Erário despedir se dos empregados, e o seu estado causou-lhes a maior impressão. Disse-lhes adeus em termos tão suaves e melancólicos, que mostravam nele uma apreensão triste; abraçou-os, saiu acompanhado por todos até á sege, deixando-os desanimados.

Em 12 de Maio (talvez nesse mesmo dia) ainda foi á Ajuda procurar o Marquês de Pombal; foi introduzido, recebido com a mesma afabilidade, e sentados ambos a um bufete conferenciava Sobral com o grande Homem sobre assuntos do Real Erário, de que o Marquês era Inspector. Queria antes da saída de Lisboa deixar aviados certos processos urgentes. De repente sentiu uma pontada

lancinante; quis ainda assim continuar o trabalho, mas não pôde. Suspendeu-se o despacho, e voltou ao Calhariz.

Chamaram-se logo os médicos, por ordem da angustiada dona da casa, mas a doença apresentava-se com péssima catadura. Reunida a familia, e os amigos, presenceavam hora por hora o progresso do mal. Quis o enfermo fazer testamento, e fel-o.

Entre outras cláusulas há esta, que pinta o caracter de um homem:

«Declaro que eu tenho servido a el-Rei nosso Senhor desde o principio do ano de 1766 com a maior honra, efficácia, zelo, verdade, e desinteresse, que podia caber nas minhas forças, sem que a minha consciência me acuse de ser responsável de coisa alguma de comissão ao Real serviço. É porque a grandeza do mesmo Senhor, e do seu Ex.^{mo} Primeiro Ministro, me destinaram bem superabundantes ordenados, e além disso me honraram com tão distintas mercês, que nunca podiam caber na minha esfera, seria vergonhoso que meus herdeiros pretendessem mais outra alguma remuneração dos meus insignificantes serviços; e assim lhes deixo positiva proibição, não só de os pretenderem, mas ainda de os alegarem em requerimento algum; quando o unico pesar que levo deste mundo, pela brevidade da minha vida, é faltar-me o tempo para mais e mais servir a el-Rei nosso Senhor com aquele amor e zelo a que lhe fico obrigado, e que espero que os Morgados do Sobral concorram a desempenhar-me quanto em si puder caber.»

Como ainda os amigos, para o animarem, lhe manifestavam toda a esperança de tornar breve das Caldas, ele, que a tinha perdido, recomendou aos criados que não se esquecessem de levar nalgum baú o seu manto branco de Cavaleiro. E perguntando-lhe alguém o motivo, respondeu:

— Sim, é conveniente levar para lá a mortalha, para poupar o trabalho de a mandar ir de Lisboa.

O mal acentuou-se; no dia 24, depois de mostrar algum alívio, perdeu os sentidos pelas 10 horas e meia da manhã; assim esteve o resto do dia, e no dia 25, pelas 3 horas e um quarto da tarde, acabou de padecer.

Morreu como um cristão, depois de recebidos todos os Sacramentos da Igreja.

No dia seguinte um numerosíssimo préstito acompanhou o seu cadáver para o jazigo em Santa Isabel.

*

Ratton acusa Joaquim Inácio, em letra redonda, de não ter sido grato para com a memória de seu irmão José Francisco; porquê? por não ter deixado os seus bens aos filhos deste, «cuja casa ficou pobre», legando tudo ao irmão Anselmo José.

A acusação parece-me leviana. Primeiro que tudo, não entendo como ficassem tão pobres os filhos do Morgado da Alagôa; em segundo lugar, a Carta Régia de 19 de Dezembro de 1776 permitia a Joaquim Inácio nomear sucessor no 1.º ou 2.º grau do parentesco. Preferiu o 1.º estava no seu direito pleno.

O que não é só leviano, mas maligno, e não provado, é dizer-nos o autor das *Recordações* (obra que ás vezes parece de uma senhora vizinha a conversar de uma trapeira para outra na rua *das Gávias* ou na rua *dos Calafates*), o seguinte: — que sendo José Francisco contratador do Tabaco, Anselmo seu irmão o fôra denunciar, «por ser proibido por Lei a qualquer Conselheiro efectivo da Real Fazenda, como era José Francisco, ter parte em contratos Reais», e ficara ele no lugar do denunciado.

Esta versão pouco verosimil, pareceria má lingua de despeitado, se não a ouvissemos da boca de Ratton, que era um bom homem. É de certo bala que ele levianamente conservou no livro; destôa da união que temos visto existia entre os quatro irmãos, e não parece ter base firme, desde que reflectirmos em que, no ponto de valimento e influência a que todos eles tinham chegado, nunca precisariam recorrer a torpezas, quando mesmo o carácter lhas consentisse.

O 2.º Morgado do Alagôa intentou demanda a seu tio Anselmo para reivindicação do vínculo do Sobral, que dizia pertencer-lhe por ser filho de irmão mais velho; como se o morgado proviesse de bisavós ou avós! e como se o instituidor não pudesse nomeá-lo no seu colateral mais próximo! O caso é que os Tribunais decidiram e bem, a favor de Anselmo, por sentença de 17 de Agosto de 1787.

Parece que Joaquim Inácio era credor de avultada quantia á herança de seu irmão José Francisco;

e para total pagamento se lhe adjudicaram várias propriedades, como a quinta e casas nobres de Carnide, e outras.

Basta de negócios.

*

A viúva de Sobral, ficando sem filhos passou a 2.^{as} nupcias com José Street d'Arriaga, Bacharel formado em Leis, Juiz de fora em Angra, e natural do Faial, filho de Guilherme Street e de D. Bárbara de Nodin d'Arriaga. José Street e sua mulher instituíram morgado em Carnide, e são avós do Conde de Carnide. A quinta de Carnide, que tinha sido adjudicada a Joaquim Inácio por sentença de 17 de Maio de 1780, ficou á viúva, e entrou no novo vínculo.

Ainda, por morte de seu 2.^o marido, D. Ana Joaquina Inácia passou a 3.^{as} nupcias com Rodrigo Victorino de Sousa e Brito, Tenente do regimento de Mecklemburgo; e falecendo ella em 8 de Novembro de 1803 deixou-lhe os seus bens livres.



CAPITULO VI

Passo a dizer o que souber do último dos irmãos desta notável e privilegiada familia.

*

2— *Anselmo José da Cruz* nasceu em Lisboa a 21 de Abril de 1728. Coursou os estudos que pôde, dando sempre sinais de muito juizo prudencial desde a mais tenra mocidade.

Como seus irmãos tinham ido para o Brasil, o providente primogénito entendeu dever mandá-lo explorar outro campo, e enviou-o, ainda adolescente, para Génova praticar comércio e enfiar-se na língua italiana. Empregou-se lá na casa comercial de Rollandelli e Basso, gente de inteira probidade e grande crédito.

Nos anos em que aí se demorou conheceu uma gentil Genoveza, Maria Madalena Croco, «a qual, — diz um coevo e seu conhecido — pela sua boa figura, juizo, polidez, e bom comportamento, soube

grangear o respeito e estimação de toda a familia, assim como de todas as pessoas que a frequentavam».

Esta joven italiana era filha de Carlos Maria Crocco e de Clara Donati, filha de Gaspar Donati; neta paterna de Estevam Crocco e de Lepida Costa; bisneta paterna de Carlos Crocco, e de Clara de Ferrari; o que tudo consta de uma genealogia, que tenho á vista, da mão do conhecido Padre D. Thomaz Caetano de bem, Oratoriano.

A festa do casamento em Génova foi brilhante, como competia a um negociante moço, ambicioso feliz, e já em caminho de fortuna.

*

Passados anos, entendeu o chefe de familia, aquele amorável irmão a quem todos consideravam pai verdadeiro, que os noivos se fixassem em Lisboa. Vieram com efeito, hospedaram-se numa parte do vasto palácio do Morgado da Alagôa, no sítio ainda meio campestre da Fabrica das Sedas, houve companhias muito agradáveis, onde concorreram todas as relações, que já eram numerosas, e a formosa Genoveza conseguiu trazer ao lar de seus cunhados uma nota elegante e estrangeirada, até então desconhecida ali.

Chamo-lhe formosa, porque o era. Em casa do meu velho amigo Anselmo Braamcamp Freire conheço um belo retrato a óleo, em que esta senhora aparece em idade avançada, talvez mais de sessenta anos, com uma touca em feitio de capuz, e um traje branco realçado de azul.

*

Depois da chegada de Anselmo faleceu o Administrador dos Tabacos, Duarte Lopes Rosa; foi aquele provido no lugar, chegando a 1.º Caixa, com o privilégio de nomear os seus sócios. Foi isto em 1764.

*

Em 1791 era Anselmo um dos arrematantes do rendosíssimo Contrato do Tabaco, juntamente com Polycarpo José Machado e João Rodrigues Caldas.

A severidade do Contrato do Tabaco para com os seus empregados era muita; mas Anselmo sabia sempre temperar o rigor com a brandura; aos próprios contrabandistas se estendia a aza da sua comisseração; quando presos ou perseguidos, socorria-os, e pelo seu bom modo, e pela sua generosidade, revirava-lhes a indole, chegando algumas vezes a empregá-los no próprio Contrato.

*

Achando-se nesse posto, foi nomeado Provedor da Real Junta do Comércio, e depois Fiscal das Obras públicas, logar que já seu irmão exercera. Inspector Geral das mesmas era o Marquês de Ponte do Lima, Mordomo-mór.

No cargo de Fiscal prestou Anselmo serviços importantes. Foi na sua gerência que se construiu a estátua equestre d'el-Rei D. José; e a magnificência com que ele celebrou esse successo ficou lembrada.

Começou-se também sob a sua inspecção o grandioso teatro de S. Carlos de Lisboa, muito auxiliado pelo Intendente Pina Manique. Os sócios fundadores do teatro foram Joaquim Pedro Quintela, Anselmo José da Cruz Sobral, Jacinto Fernandes Bandeira, António Francisco Machado, João Pereira Caldas, e António José Ferreira Sola, reunidos em sociedade no ano 1792, inaugurando-se o teatro no ano seguinte (1).

*

Também presidiu á construção da magnífica Basílica da Estrela.

Eram aí numerosísimos os operários de todos os ofícios e classes; mas policia e boa ordem reinava sempre nos trabalhos, graças à inteligente perícia do Inspector. Aparecia na obra muito antes do amanhecer, premiava, reprendia, incitava, gratificando do seu bolsinho os zelosos e preenchendo em tudo os desejos da Augusta Fundadora.

Concluída a tarefa antes do prazo esperado, seguiram-se as festas sumptuosas da sagração; e a Rainha tão satisfeita ficou pelo bom acabamento da sua empreza artística e piedosa, que deu a Anselmo a Carta do Conselho e a Comenda de Cristo, mais os materiais sobejados da obra; e tão avultado

(1) Consulte-se, que é sempre consultável, o interessantissimo livro do meu amigo o sr. Francisco da Fonseca Benevides, *O Real Teatro de S. Carlos*; obra de perseverante, em quem sobram os conhecimentos técnicos musicais, que tanta autoridade conferem áquelas páginas.

foi o presente, que chegou para a construção do enorme quarteirão enquadado entre o *Chiado*, a rua *Nova do Almada*, a calçadinha, e a rua de *S. Francisco*.

*

Herdeiro de seu irmão Joaquim Inácio passou a chamar-se em 1781 Anselmo José da *Cruz Sobral*,

Anselmo José da Cruz Sobral

a ser 2.º Senhor donatário do Sobral, Alcaide-mór do Freixo de Numão, etc., e a gerir, além da sua, a grande Fortuna do vínculo.

*

A magnificência deste homem era condigna da sua fortuna. De algumas das festas que ele deu no Calhariz ficou vestígio tradicional.

Exemplo:

Quando a 29 de Abril de 1793 nasceu a Princezinha da Beira, filha do Príncipe D. João e da Princesa D. Carlota Joaquina de Bourbon (depois Reis), esse acontecimento causou a mais agradável sensação em todas as classes, por ser aquela Menina Real o fiador da Dinastia de Bragança

As luxuosas solenidades, com que Lisboa safu, por vários dias e noites, da sua pacatez habitual,

constam do minucioso opúsculo de um Inácio de Sousa e Meneses, intitulado *Memórias históricas dos aplausos, com que a Côrte e Cidade de Lisboa celebrou o nascimento e baptismo da Serenissima Senhora Princeza da Beira* — Lisboa, — 1793.

É interessantíssima a circunstanciada relação de tantos festejos esplêndidos, públicos e particulares, e bem merece o autor todo o nosso agradecimento pela sua compilação. Recepções no paço, acções de graças nos templos, iluminações nunca vistas, fogos, bôdos, serenatas, versos latinos, versos portuguezes, tais foram as formas várias por que se expandiram os sentimentos monárquicos da Capital.

Anselmo José da Cruz Sobral foi talvez o que mais se assinalou no luzimento das ornamentações. O seu palácio appareceu ainda mais brilhante do que de costume com iluminações a côres, transparentes alegóricos, à moda do tempo, e mil galantes invenções, que adornavam de alto a baixo a frontaria, disfarçada na complicadissima fachada de um templo de Jano, com as suas colunatas compósitas, as suas cornijas, e as suas áticas enlaçadas de festões. Se eu quisesse descrever tudo isso aqui, teria de copiar inteira a parte correspondente do livro do meu guia.

Só direi, que o architecto decorador que transformou a frente do palácio num templo romano rutilante de luz, foi o conhecido artista Gaspar José Raposo, discípulo válido do afamado Simão Caetano Nunes.

*

Do mencionado folheto de Sousa e Meneses vou extrair muito rápidamentee alguns traços de descrição da serenata, ou concerto, para que o 2.^o Senhor do Sobral convidou toda a Côrte, celebrando o mencionado nascimento Real.

Entremos. A franqueza de Anselmo, a graciosidade elegante da dona da casa, são fiadores de que havemos de ser bem recebidos.

Vamos correr as salas, onde se congregou tudo quanto Lisboa no fim do século XVIII contava mais illustre, e onde se apinhavam, entre um luxo oriental, todas as falanges aristocraticas e diplomáticas, os membros do mais alto comércio, as corporações officiais, o alto clero, a alta milicia.

Quando as seges, as traquitanas, os coches em fila paravam ao pé da escadaria do pátio interior, por baixo do alpendre, viam-se quatro criados com a libré da casa, e empunhando tochas acesas, acompanhando os Grandes até o primeiro patamar. Aí se achavam quatro escudeiros, também de tochas, que os comitavam até cima.

As doze salas sucediam-se fartamente iluminadas, e cheias de flores e arbustos.

A 1.^a, a de espera, tinha seis bancos de encosto nos intervalos das portas, e duas janelas sacadas para a rua *da Rosa*, com banca por diante de cada um, tudo de pau santo lavrado e entalhado (1).

(1) O Conde do Sobral possui ainda hoje uma dessas bancas.

A 2.^a sala, com outras duas sacadas sôbre a mesma rua, tinha entre as janelas uma bela cómoda de embutidos coberta de mármore, com seu relójo em cima. As paredes eram forradas de panos de raz, assim como as doze cadeiras e o canapé; do tecto estucado pendia um rico lustre de cristal de vinte e quatro lumes; aos cantos da sala quatro talhas da China, de seis palmos de alto, pintadas e doiradas; nas janelas e portas cortinados de damasco carmesim (1).

A 3.^a tinha três sacadas para a rua *da Rosa*, com vinte cadeiras, canapé, cortinas de portas e janelas, e as próprias paredes, de setim côr de goivo amarelo, bordado a matiz, trabalho indiano. Nos intervalos, e aos lados das janelas, quatro magnificos tremós doirados; cada espelho tinha a meio da altura duas serpentinhas de tres lumes cada uma. Ao meio da casa trez mesas com pedra mármore; na central um lustre de pé, ou candelabro enorme; nas laterais, relójos. Do tecto, primorosamente estucado, pendiam dois lustres, cada um de dez luzes (2).

A 4.^a era na esquina da rua da *Rosa* para o Calhariz, com tres sacadas para este largo, duas para a dita rua da *Rosa*, e quatro portas para o interior do palácio. As dezasseis cadeiras e três canapés, tudo era forrado de arrazes assim como as

(1) O actual Conde possui ainda a cómoda de embatidos, o relójo e duas talhas.

(2) O Conde do Sobral ainda conserva uma das mezas desta sala n.º 3.

paredes. Os cortinados dos vãos eram de setim côr de goivo amarelo, bordado a matiz. Do tecto estucado pendiam dois lustres, de doze lumes cada um. Aos cantos da sala quatro aparadores, cada um com um lustre de pé, em cima.

A 5.^a era armada de seda branca pintada na India; tinha três janelas sacadas para o largo, e quatro portas para dentro, tudo ornado de cortinados da mesma seda.

A 6.^a era forrada de setim azul claro indiano; esta já tinha uma sacada para a rua *do Carvalho*.

A 7.^a era de damasco carmesim.

A 8.^a, de setim branco, e nos vãos das janelas e portas bambinelas do mesmo setim em lugar de cortinas.

A 9.^a era de seda esverdeada (*côr de bicho de couve*) com cortinas da mesma seda. Quarenta e dois preciosos quadros perfeitamente emoldurados pendiam sobre a seda. Na parede fronteira á rua *do Carvalho* erguia-se um tremó com uma pintura no vidro do espelho, e sobre o mármore um lustre de pé.

A sala 10.^a era de seda indiana côr de oiro. Todas estas tinham tectos estucados e ricamente pintados, donde pendiam lustres de cristal.

A 11.^a era orlada de pilastras sobre pedestais, corridas de cimalha sustendo o tecto, donde descia um lustre.

A 12.^a sala era também estucada, mas as portas e janelas de fino mármore; nos intervalos pinturas a fresco emolduradas em caireis de estuque. No tecto um lustre.

Tal é a descrição que nos deixou Inácio de Sousa e Meneses, ou Inácio de Sousa e Lima de Meneses, e Mascarenhas (ou Magalhães), Bacharel em Leis, Professor de Retórica em Braga, sua terra, nascido em 1748, segundo Inocencio (1). Seria talvez um amigo e frequentador da família Sobral, e em breve me referirei de novo a ele. As suas descrições são-me confirmadas pelo irrecusável testemunho de actuais descendentes dos notáveis Cruzes; haverá trinta ou quarenta anos, antes da desvinculação e das partilhas, ainda conheceram quasi tudo como ai fica dito.

Pode afoitamente dizer-se que pouquissimas residencias senhoriais se encontrariam em Lisboa no século xviii, que pelo luxo e acabamento, gosto e apuro, podessem hobrear com esta.

*

Na 4.^a sala era a musica. Entre dois coretos, onde tocavam as orquestras, levantava-se um pequenino palco para os cantores; e ai se representou um resumido *Drama per musica*, obra de

(1) Este infatigável dicionarista colocou enganadamente o nome de Inácio de Sousa Lima e Meneses a pág. 213 do Tomo I, preterindo o rigor alfabético, segundo ele próprio confessa no Tomo X, pág. 57; o que fez com que me custasse a achá-lo, e, se não fosse o Suplemento, não o encontrava. Menciona Inocencio o opúsculo a que me refiro, e outro intitulado *Memórias históricas do Serenissimo senhor D. Antonio, Príncipe da Beira* — 1796.

Gaetano Martinelli, *Il natale augusto*, com vários personagens, figurados por notáveis actores; a saber:

<i>O Tejo</i>	António Puzzi
<i>O amor pátrio</i>	Ferracuti
<i>Um Sacerdote por nome Arsace</i> .	Forlivesi
<i>A Lusitania</i>	Angelelli
<i>A inveja</i>	Violani

e enfim *A Glória*, muito a propósito personificada pela brilhante, pela grande, pela adorável Luisa Todi, então em todo o esplendor da mocidade e do talento, recém-chegada de Madrid.

Escreve o nosso fiel narrador:

«Não faltarei a dizer, que entre eles — (os artistas) — logrou particular atenção a senhora Todi. Cantou nesta função, e satisfez completamente aos grandes desejos, e maiores empenhos, que havia de a ouvir.»

Está a perceber-se o entusiasmo que tudo isto causou a actividade nos preparos; o brilho daquelle memorável serão de festa. A imaginação, acesa nestas descrições, faz reviver aquella formosa noite de Maio, vê a longa fila das carroagens, lá desde o Loreto, adiantando de vagar, entre um apertão de populares curiosos, ouve o susurro da turba, escuta lá dentro o alegre som das sinfonias, e vê a frontaria

toda por dentro e fora iluminada,

reverberando no clarão das suas luminárias uma alegria grande, composta de muitas alegrias.

Luisa Todi era uma estrela admirada na Europa inteira; pois o bom gosto e a magnificência de um só homem chamaram-na ali, para realce de uma festa que celebrava o esplendor da Monarquia.

A ceia devia lembrar as de Versailles; serviu-se em mezas nas oito salas ultimas, por forma que só as quatro primeiras, a de espera (ou dos escudeiros), a dos panos de Arrás, a de setim amarelo, e a da música, já de si vastas, contiveram, até se abrirem as oito seguintes, o concurso dos convidados, que «logrou este divertimento a maior parte da noite — diz Sousa e Menezes — porque havia naquela casa todos os refrescos e regalos que podiam desejar-se, para demorar a sociedade, e a fazer comoda, gostosa e memorável».

*

Costuma dizer-se que o dinheiro é uma Realeza. Não há expressão mais servil nem mais inexacta. O dinheiro só por si nada vale; é um escravo, e só faz escravos.

Para se levantar á altura de uma potencia social, é indispensável que o anime uma de tres coisas: ou o espirito largo da beneficência inteligente, ou o arrojo nas grandes empresas uteis e práticas, ou o alto pensamento artistico.

Acumular numerário só pelo gosto de acumular, é o mais ridiculo e improdutivo dos entretenimentos egoistas; desfecha em mesquinhez, e produz, quando muito, colecionadores de ninharias improficuas. Os donos dessas *nugas* pensam gosar; mas enganam-se; são apenas os servos da bagatela.

O argentário que sabe e quere gosar nobremente, abre as azas á beneficência, e felicita os desgraçados, se acaso tem coração; fomenta as empresas uteis do seu país, se acaso tem patriotismo; alimenta as artes, e cria indirectamente maravilhas, se acaso tem intelligência culta e grandeza de alma.

Tudo isso fizeram os Cruzes.

A sua caridade era proverbial. Que outra coisa foi, se não caridade cristã, o bem que eles espalhavam a plenas mãos pelos pobres?

Que outra coisa foi, se não patriotismo, a sua presença constante nas grandes companhias fabris, nas grandes obras públicas do Reino, nos mais arrojados cometimentos industriais?

Que outra coisa foi, se não alma, o auxílio que deram á Arte portuguesa, edificando esplêndidos solares no Sobral, em Carcavelos, e em Lisboa? mobilando-os à mais opulenta feição da sua era? encomendando quadros aos pintores, ornamentações aos estucadores, revestimentos aos azulejadores, congregando os primeiros músicos, animando a mortiça Lisboa com a vara mágica da opulência, e fazendo chegar às classes médias e ao povo certos prazeres artísticos, até ali privilégio da Côte e do Rei?

Se aqueles homens não foram beneméritos em Portugal, artistas na verdadeira acepção do termo, auxiliares eficazes de Pombal e Pina Manique, progressistas cuja influéncia se sente ainda, digam-me o que é ser benemérito, expliquem-me a significação dessa palavra.



Ratton escreveu:

«Em todas as ocasiões de regosijo publico dava Anselmo José da Cruz funções, que mais pareciam de um Príncipe, que de um particular. O custo e bom gosto das iluminações, das orquestras a profusão e delicadeza dos refrescos, das mezas, enfim de tudo o que podia satisfazer e agradar aos concorrentes, eram superiores a toda a exageração; e todos os anos festejava no Sobral do Orago daquela igreja com tamanha sumptuosidade, que ali acudiam todas as gentes daqueles contornos, e muitas de Lisboa, onde achavam cama e mesa por muitos dias.»

Fazer falar de si por tantas e tão variadas maneiras, não é ser egoísta nem fanfarrão, é ser civilizador.

*

Por alvará com força de Lei de 4 de Novembro de 1800, mandou o Príncipe Regente abrir um empréstimo de 40 contos de reis a 5 por cento, a fim de se fundar, entre o presídio chamado da Trafaria e a torre do Bugio, um Lazareto onde fizessem quarentena os passageiros chegados de portos suspeitos (1).

Não tardaram muitos dias, sem que um grupo de negociantes lisbonenses tomasse a si o preenchimento dos 40 contos; e o Decreto de 19 de Novembro seguinte assim o faz saber ao Inspector

(1) Fernandes-Thomaz—*Repertorio e Gazeta de Lisboa* n.º 47, de 28 de Novembro de 1800.

geral do Terreiro publico. À frente desses abastados homens viu-se Anselmo José da Cruz Sobral, e seguiram Joaquim Pedro Quintela, Jacinto Fernandes Bandeira, José Pinheiro Salgado, José Pereira de Sousa Caldas, António Francisco Machado, Francisco Luís Pereira de Castro, Manuel de Sousa Freire, Paulo Jorge e Filhos, João António de Amorim Viana, Miguel Lourenço Peres, Manuel da Silva Franco, e José Pereira de Sousa Peres. Encarregaram-se de legalisar as apólices das acções, e nomearam ente si Jacinto Fernandes Bandeira e José Pinheiro Salgado para recebedores e claviculários (1).

Todos estes homens, portanto, todos estes argentários animosos, eram dedicados servidores do seu País; entre eles (este é que é o meu ponto) viam-se sempre os Sobraes.

(1) *Gazeta* n.º 51, de 27 de Dezembro de 1800.



CAPÍTULO VII

Foi grande a caridade de Anselmo José da Cruz Sobral. Consta na tradição oral o seguinte caso:

*

Entre as pessoas a quem ele socorria com subsídios, figurava um velho Eclesiástico, doente e desvalido, que ia em cada dia 1.º dos meses receber ao Calhariz, das mãos de um escudeiro, três moedas. Uma tarde, achava-se Sobral jantando, chega o escudeiro a anunciar-lhe o Padre.

— Sei o que é — responde o dono da casa — Vai lá abaixo ao meu escritório, e tira de cima da secretária um masso de trinta pintos que lá deve estar com outros, já embrulhado.

Dito e feito. Passa meia hora, torna o escudeiro.

— Está ali outra vez o Padre, que deseja falar a V. S.^a.

— A mim? mas para quê? Não lhe entregaste o embrulho?

— Entreguei, sr. Conselheiro; mas ele insiste em falar a V. S.^a.

Bem; pede-lhe o favor de me esperar na sala de entrada, e em acabando lá vou.

Quando terminou o repasto, dirige-se Sobral ao sítio onde o pobre velho o aguardava, e pergunta:

— Que temos, meu Padre? não lhe entregaram o costumado?

— Não, senhor...

— Não!? como assim?

— Eu digo a V. S.^a: entregaram-me em lugar de trinta pintos, com que a sua bondade me auxilia, trinta peças.

— Devéras? houve então engano.

— Houve; e é fácil havê-lo; as peças são do tamanho dos pintos.

— Tem toda a razão. Quer ter a bondade de esperar dois minutos?

E tomando o embrulho saiu, e voltou pouco depois:

— Aqui está desfeito o engano; aqui estão dois embrulhos de trinta peças cada um, para mostrar ao Padre quanto gôsto de gente honrada.

*

Outro caso, e será por agora o último:

Vivia numa rua do Bairro alto, por onde Anselmo passava muita vez na sua sege, uma rapariga

pobre, muito linda, filha de um operário. O vizinho deu por ela, e achou-a encantadora. Atrás da sua vidraça, costurando e cantarolando com ar triste, parecia a Madona de algum quadro de Rafael. Ora os argentários também têm coração; e Sobral, mimoso da Sorte, habituado a conceder a si mesmo todos os caprichos, apeteceu conquistar aquela virtude juvenil.

Uma bela manhã manda em segredo uma criatura, uzeira e vezeira em officios tenebrosos, propondo á mãe uma quantia grande de contado, uma morada de casas, e uma mezada, se consentisse em *dar-lhe* a filha.

A mãe respondeu que muito agradecia os ofrecimentos, mas que nem ela nem sua filha os podia aceitar, porque, sendo pobrissimas como eram, eram pessoas de bem. Conformou-se o Morgado com a recusa, e não pensou mais no assunto.

Correm uns meses, e morre o operário. As duas ficaram na maior miséria: a mãe doente e impossibilitada de trabalho; a filha também doente e aflitissima, e tendo de seu apenas a sua agulha! Ao cabo de tempo, entrou a fome na pobre casa; nem pão, nem com que pagar a renda. A desgraçada mãe procura Anselmo da Cruz Sobral, seu vizinho, é admitida, e expõe-lhe a sua situação, acrescentando lavada em lágrimas:

— Muito me custa a dizer isto, meu senhor; mas se V. S.^a quere agora a minha filha... Valha-me Deus, e Nossa Senhora das Mercês me perdoe! se quere a minha filha... é sua.

E escondia o rosto entre as mãos.

Ele fê-la sentar, sossegou-a, deu-lhe uma avultada esmola, e disse :

— Não; agora não. Hoje que sua filha é orfã de pai, torna-se sagrada para mim. Fiz mal em propor o que há meses lhe propuz. Acordou a minha consciência. Devo respeitar sua filha.

E indagando se a rapariga gostava de alguém, casou-a, dotou-a, e nunca lhe tocou.

Isto é grande. Pecar é humano; arrepender-se e parar á borda do abismo... é divino.

*

No seu trato social era Anselmo extremamente polido, e naturalmente benévolo; esmolar, como aponteí; e benigno sempre para com os empregados das várias repartições e companhias que superintendia. Quando era indispensável admoestar ou repreender alguém, fazia-o com doçura paternal, que aos próprios castigados encantava.

*

Casado, feliz, pai extremoso, chegou a 11 de Março de 1802, quando adoeceu gravemente; e tanto, que apenas teve tempo de tomar os Sacramentos e morrer, nos braços de mulher e filhos (1).

Foi sepultado na igreja de Santa Isabel, da qual fôra nomeado padroeiro por Provisão do senhor Patriarca de 8 de Março de 1770.

(1) Um biógrafo escreve 10 de Março; mas a *Gazeta de Lisboa* de 26 desse mez diz 11.

Ficaram filhos:

3—*Sebastião António da Cruz Sobral*, 3.º Senhor do Sobral, Alcáide-mór, Conselheiro da Fazenda, Desembargador, do Conselho da Rainha e Inspector das Obras públicas, nascido a 22 de Setembro de 1757, e uma senhora, a quem breve vou referir-me. Do Conselheiro Sebastião António disse o sempre citado Jacome Ratton:

«Foi Desembargador, mas não gostava muito daquela vida. Por morte de seu pai foi incumbido da Inspeção das Obras públicas, no que desenvolveu muito zelo e actividade. A ele se deve a construção do Teatro de S. Carlos, e foi incansável no estabelecimento da Fábrica de papel em Alenquer, suprimindo com o seu próprio dinheiro as despesas, para as quais não podiam chegar as somas de alguns outros acionistas.»

Faleceu moço e solteiro, no seu palácio, a 18 de Setembro de 1805.

*

Sucedeu-lhe no vínculo sua unica irmã.

3—*D. Joana Maria da Cruz Sobral*, 4.ª Senhora do Sobral, nascida em 9 de Junho de 1760.

Esta morgada casou em 20 de Fevereiro de 1773, tendo treze anos incompletos, com Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco. Vejamos quem era e quem representava. Temos para isso que nos transportar em espírito á Holanda.

Felizmente existem muitos documentos de irrecusável veracidade; mais poderão ainda vir a encontrar-se no correr dos anos.

Por ora contentar-me-ei com o que me chegou, e que aos meus olhos pinta superabundantemente os lares holandezes, serenos, affectuosos, amantes da tradição, e glorificados pelo trabalho honesto, pelo amor da Pátria, e pelo culto das boas-Artes.

É a Holanda um torrão abençoado, que, em parte furtado ao mar pela tenacidade dos habitantes, dá exemplo de cordura e dignidade a muitas nações. Faço votos ao Céu, para que a jovem Soberana Holandesa, que ainda há poucos meses venceu enfermidade perigosissima, encontre sempre em si, e nos que a rodeiam e aconselham, a força e a luz, para encaminhar os seus respeitosos subditos na senda da moderna civilização, não esquecendo nunca as tradições antigas, que são, e hão-de ser sempre, a base mais firme do progresso.



CAPÍTULO VIII

Valho-me de pesquisas cuidadosamente feitas na Holanda por um homem notável, o sr. Dr. Nicolau de Roever, Arquivista da cidade de Amsterdão, a quem se refere, na *Revue des deux mondes* de 15 de Dezembro de 1889, Emilio Michel, no seu curioso artigo *Amsterdam et la Hollande vers 1830*. Já se vê que não é um qualquer.

As buscas do sr. de Roever, empreendidas nos arquivos da sua pátria, dão o seguinte resultado, que pela primeira vez sai a lume neste livro; pude ver e compulsar os documentos no cartório de Anselmo Braamcamp Freire.

Pereceram, por infelicidade, na maior parte, os arquivos públicos da povoação de Ryssen por ocasião das guerras de 1672; não aparecem registos matrimoniais nem batismais anteriores a 1640; faltam os obituários do século xvii; apenas foram salvos alguns dos volumosos tombos denominados *Stadtboecken*, que encerram actos judiciais.

*

§ 1.º

Pelas diligencias do sr. de Roever averigua se porém, de indução em indução, que já no meio do século xvi vivia um individuo do apelido de

1 — *Braamcamp* (o nome próprio ignora-se), senhor de bens territoriais em Ryssen, e casado com Aleyd Corte. Sabe-se mais ter ela enviuvado, ficando-lhe três filhos, que em 30 de Setembro de 1851 requereram posse da herança materna. Eram

2 — *Rogério* (Rutger) *Braamcamp*, Eclesiástico,

2 — *Thomaz Braamcamp*, e

2 — *Nicolau Braamcamp*.

Do mais velho, do mencionado Rogério, nascido por 1564, direi que num artigo dos srs. J. J. Van Doorminck e Nanninga Uitterdijk, nos *Bydragen dot de Geschiedenis van Overyssel* (Tomo IX, pag. 322-348), consta que nos arquivos da igreja protestante de Ryssen existe um tomo dos bens da mesma. Numa conta de 16 de Abril de 1615 aparece o nome alatinado do *pastor Rutgerus Braamcampius*, assim como noutros documentos de 23 de Abril e 31 de Outubro de 1626, 5 de Setembro de 1627 e 19 de Maio de 1629. Tinha então uns 65 anos; e além de 1630 não se fala mais dele o que faz pressupôr tivesse falecido por esse tempo.

Dos irmãos de Rogério, que foram os ditos Thomaz e Nicolau, faltam noticias. Parece que Thomaz é que deve ser considerado progenitor dos subseqüentes membros da família (cujos nomes

se acharam em documentos da 2.^a metade do século xvii) por esta razão: era uso geral, e antigo, dar ao primogénito o nome do avô paterno; ora um Thomaz Braamcamp, falecido antes de 1650, aparece mencionado no termo do casamento de seu filho Rogério (infra n.º 5), sendo este último provavelmente neto de Thomaz (n.º 2).

4 — *Thomaz Braamcamp*, neto, deve ter nascido por 1595. Com quanto os documentos conhecidos só mencionem um filho dele, pode bem supor-se que teve outro, por nome Alberto, a quem se referem papeis dos anos 1646 e 1633; primeiro, porque Rogério (Rutger) e Alberto deram os mesmos nomes a seus filhos; em segundo lugar, porque em 1697 os filhos desses dois parecem interessados, ou associados, na cultura dos mesmos bens, que certamente lhes advieram da herança do avô comum.

Exposta assim a autenticidade das quatro gerações, tratarei agora de Rogério, filho de Thomaz.

§ 2.º

5 — *Rogério Braamcamp*, casou com Theodora (Derckien) ten Winkel, natural de Ootmarsum, no país de Over-Yssel; os proclamas do casamento foram pregoados em Ryssen a 21 de Agosto de 1659, e o casamento celebrado em Ootmarsum. Nasceram três filhos e três filhas. Ele ainda vivia em Dezembro de 1669. Depois da sua morte, sua viuva Derckien passou a 2.^{as} nupcias em 5 de Março de 1671 com João Valentim Schleyrn, que

habitava o castelo de Oosterhof, e possuía o título de *Edele* (nobre), e de *Jonker* (cavalleiro, ou fidalgo); esse castelo fica a um quarto de hora de Ryssen, e é solar muito antigo. Eis a lista dos filhos de Rogério Braamcamp e de sua mulher Theodora ten Winkel, falecida em Ryssen em Abril de 1701:

6 — *Gertruid* (Gertrudes) *Braamcamp*, nascida em 6 de Março de 1660, casou com *Gerret* (Geraldo) *Claessen*, neto do Burgomestre de Ryssen Hendrik Claessen; viviam em 1661; com geração;

6 — *Hendrina Braamcamp*, nascida em 10 de Novembro de 1661, morreu criança;

6 — *Tomás Braamcamp*, nascido em 3 de Maio de 1663, morreu novo:

6 — *Fennek Braamcamp*, nascida em Dezembro de 1664, baptizada em 1 de Janeiro de 1665, casou com Jan ten Thyenhuys, ainda mencionados em 1694 e 1701;

6 — *Harmen* (Hermano) *Braamcamp*, nascido em 26 de Dezembro de 1660; morreu moço;

6 — *Joan Braamcamp*, nascido em 1670, passou a sua mocidade no solar de Oosterhoff, sob a vigilância de sua mãe e de seu padraсто. Foi o primeiro católico romano da família; os mais eram protestantes. Tornou-se um abastado negociante de vinhos, e aos 28 anos casou, a 16 de Janeiro de 1699, com Hendrina (Henriqueta) van Beeck, de Amsterdão, já viuva de Gerret (Geraldo) Wentingh. Foi João declarado cidadão de Amsterdão aos 31 de Outubro de 1699. Tiveram os filhos seguintes:

7 — *Gerret* (Geraldo) *Braamcamp*, baptizado em Amesterdão a 18 de Novembro de 1699, e casado



Gerret Braamcamp

com Isabel Clumper. Foi opulento proprietário em Amesterdão onde habitou o famoso palácio *Trip-penhuis* desde 18 de Janeiro de 1753 até 1766, tendo então mudado para uma bela casa que adquirira em *Heerengracht*, também em Amesterdão, e que se denominava *Huis met de Slangen* (a casa das serpentes). Como nesta não cabiam todas as suas colecções, vendeu a 4 de Junho de 1766 alguns quadros, mencionados num catálogo então impresso.

O livro em verso intitulado *Le Temple des Arts, ou le cabinet de M. Braamcamp*, por M. de Bastide — *Amsterdam, chez Marc-Michel Rey, 1766*—4.^o—VIII, 120 pág., traz um belo retrato de Gerret com estas assinaturas: *I.^b (Jacob) Xavery, inv. et delin. — R. Yncles, sculp. 1766* (1).

Nesse livro se descreve a casa das serpentes, onde Gerret Braancamp veio a falecer em Junho de 1771, sendo sepultado no dia 22 na Nova Igreja de Dam.

O mencionado livro compõe-se de duas partes; a 1.^a, com 47 páginas, compreende a descrição em verso, não só dos quadros, mas dos objectos de arte, e (como digo) do palácio. A 2.^a parte, com 49 páginas, traz o catálogo *raisonné du cabinet de M. Braamcamp*.

(1) João Francisco de la Bastide nasce em Marselha a 15 de Julho de 1724. Depois de cursar estudos na sua terra, passa-se para Paris, e habitou também Amesterdão. Escreveu várias obras em prosa e verso, mas creio que não passou da mediocridade.

Há mais um:

Catalogue du précieux cabinet de tableaux, desseins (sic), estampes et de statues. Renommé par toute l'Europe et recueilli, en plusieurs Années par Monsieur Gerret Braankamp. Lequel sera vendu Mercredi le 31 Juillet 1771 et les jours suivans, au Grand Logement: het Wapen van Amsterdam. Par les courtiers. Philippe van der Schley, Jean de Bosch, fils de Jerome, Corneille Ploos van Amstel, fils de J. C, Henri de Winter et Jean Yver. à Amsterdam, chez J. Smit, H. W. Dronsberg, A. Hupkes et Yntema et Tiebold. Libraires. — 8.º de 164 páginas.

O leilão deu tanto brado entre os amadores da arte, a colecção era tão importante, que se imprimiram em língua holandeza não menos de dois livros com o catálogo dos objectos vendidos, os seus preços, e o nome dos compradores. D'essas listas consta o total da venda dividido pelas várias espécies; a saber:

Os paineis	Florins	252.833,10
Os desenhos	”	1.896,10
As gravuras.....	”	1.807,15
As estátuas	”	5,132
Total	”	<u>261.668,35</u>

Calculando o florim por 500 reis portuguezes, temos a quantia de 130:500\$000 reis.

No catálogo de 1766 não se encontram alguns quadros, que o proprietário adquiriu posteriormente, e que se acham mencionados noutros catálogos de venda. Não se venderam todos os paineis;

alguns vieram para Portugal, e a eles se refere Raczynski; e dos objectos de arte também vieram alguns; entre eles o famoso relógio, que veio a pertencer a S. A. a senhora Infanta D. Isabel Maria, e que no leilão foi adquirido por um colecionador de relógios raros.

De Gerret possui o actual Conde do Sobral um magnífico retrato pintado por Therbouché, *peintre du Roi*. A influência e importância do sujeito era grande na sua pátria. Em 1770 foi-lhe dedicada por Ian Sinkel a sua tradução holandeza dos sermões de Bourdaloue, impressa em Amesterdão.

7 — *Teodoro Braamcamp*, baptisado em Amesterdão a 23 de Outubro de 1701;

7 — *Guilhermina Braamcamp*, baptisada em Amesterdão a 6 de Julho de 1703;

7 — *Rutger Braamcamp*, baptisado em Amesterdão a 31 de Janeiro de 1706;

7 — *Ana Braamcamp*, baptisada em Amesterdão a 22 de Fevereiro de 1708;

7 — *Hermano José Braamcamp*, com quem se continua, e

7 — *Isabel Braamcamp*, baptisada em Amesterdão a 16 de Outubro de 1711.

§ 3.º

7 — *Hermano José Braamcamp*, baptisado a 8 de Março de 1709, em Amesterdão, passou-se a Portugal alguns anos antes de 1744, ano em que, a 8 de Julho, recebeu o Habito de Christo. Foi nomeado Ministro da Prússia junto a Sua Majes-

tade Fidelíssima, e apresentou as suas credenciais a el-Rei D. José em 28 de Julho de 1751; teve a primeira audiência da Rainha em 31. Foi casado em primeiras núpcias com D. Teresa Teodora de Mascarenhas e Ataíde, falecida antes de 1751, de quem teve filhos que não vingaram; e em segundas, a 8 de Janeiro de 1752, no oratório particular da quinta da Luz (freguesia de Carnide) pertencente á sua noiva, com D. Maria Inácia de Almeida Castelo Branco, natural da freguesia da Candelária, no Rio de Janeiro, e filha do Brigadeiro Manuel de Almeida Castelo Branco, da de Santo Estevam de Alenquer, e de D. Helena da Cruz Pinto de Faria, do Rio de Janeiro. D. Maria Inácia, falecida a 12 de Abril de 1796, foi 1.^a senhora do morgado da Luz, instituído por seu pai, o referido Brigadeiro, falecido em 22 de Dezembro de 1743, 4.^o neto de António de Almeida, irmão de Martim Vaz de Almeida, instituidor do morgado da Paiã em 1555 (1).

(1) «Manuel de Almeida Castelo Branco foi Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, instituidor do morgado da Luz junto a Lisboa. Servia na campanha do Alentejo debaixo do comando do Marquez da Fronteira; e, achando-se na tomada da praça de Carvajales, foi o primeiro que nela entrou e lá introduziu os granadeiros; o que motivo o ser ele nomeado Governador da mesma, que, com grande glória sua e das armas portuguezas, conservou e defendeu contra os exércitos hespanhóis. Achou-se na restauração da praça de Miranda em 1711, sendo já Tenente Coronel, e no mesmo ano foi promovido ao posto de Mestre de campo para o Rio de Janeiro. Chegando á Baía, e constando-lhe estar o Rio de Janeiro invadido pelos Francezes,



HERMANO JOSÉ BRAAMCAMP
Ministro d'el-Rei da Prússia junto a el-Rei de Portugal D. José

Quanto á posição diplomática desse illustre Holandez na Côrte de Portugal, suggeriu-me um Alemão amigo meu, o sr. Otto Hummel, meu visinho no Lumiar, espirito indagador e reflexivo, e pessoa cuja convivencia é sempre instrutiva e agradável, o seguinte :

O Ducado de Cléves, fronteiroço com a Holanda, era governado pelos Eleitores de Brandenburgo, que, desde 18 de Janeiro de 1701, tomaram o título de Reis *em* Prussia. Foi o 1.^o Rei Frederico I filho do chamado *Grande Eleitor*. O Grande Eleitor subira ao Eleitorado de Brandenburgo aos vinte

passou á capitania do Espirito Santo, que pôz em defesa. Tendo-se porém os Franceses retirado do Rio, foi para essa cidade, e daí foi tomar posse da nova colónia cedida a Portugal pela paz de Utrecht, levando prócaração d'el-Rei, e com todas as honras de Tenente-rei. Á mesma capitania do Espirito Santo passou com o seu terço de socorro em 1718, e lá fez grandes serviços, não só lá, mas também no governo do Rio de Janeiro, que exercea por duas vezes, entregando-o da primeira vez a António de Brito de Menezes, e da segunda a Ayres de Saldanha. Voltando a Portugal foi Brigadeiro dos Reais exércitos, com o governo de um regimento em Chaves. Faleceu na sua quinta da Laz a 22 de Dezembro de 1743, e foi sepultado na igreja dos Religiosos da Ordem de Cristo. Casou no Brasil com D. Helena da Cruz Pinto de Faria, irmã de Paulo Pinto de Faria, Cavaleiro na Ordem de Cristo, e filha de Paulo Pinto, morador em 1695 na freguesia de Candelária do Rio de Janeiro, Familiar do Santo Officio por carta de 16 de Novembro de 1695, e de sua mulher D. Ana de Faria, com quem casou depois de 23 de Outubro de 1697, ambos pessoas muito ricas e consideradas naquele Estado». Tado isso consta de uma minuciosa genealogia da familia Almeida Castelo Branco, obsequiosamente emprestada a mim.

anos, em 1640; e, tendo cursado estudos na Holanda, travou estreitas relações com o Statt-Halter, Principe de Orange, que depois foi seu sogro, pois ele casou com Luísa Henriqueta de Orange. Afeiçãoou se extraordinariamente a Holanda, que, de mais a mais, era a terra de sua mulher; e costumava dizer que a Holanda lhe demonstrava que um país pequeno, quando bem administrado, pode servir de exemplo aos Estados grandes e ser capaz de altos feitos. Continuou esse entranhado affecto até mesmo depois de subir ao Trono, e atraiu para a Prussia muitos Holandezes a fim de activar o comércio, e especialmente os tráfegos navais. É pois mais que provável, que o mencionado Frederico I, seu filho, levado das simpatias paternas, encarregasse de altas funções, até políticas e diplomáticas, vários subditos da Holanda; e assim, somos hoje induzidos a explicar por conjectura, á falta de provas positivas, a nomeação que fez Frederico II, o Grande, de Hermano Braamcamp para a Enviatura de Portugal, sendo este, de mais a mais, já morador em Lisboa desde muito, e conhecendo bem os usos da Côrte junto da qual ficava acreditado.

Com effeito, quem percorrer atentamente as antigas *Gazetas de Lisboa*, lerá na de 10 de Agosto de 1751 esta noticia:

«Desejando o Serenissimo Rei da Prussia estabelecer um comércio geral nos seus Estados, e prolongá-lo até os portos deste Reino; informado da nobreza, capacidade, e grande intelligencia do

senhor Hermano José Braamcamp. Cavaleiro da Ordem de Cristo, e morador nesta Côrte, o escolheu para seu *Ministro residente* em Portugal.»

Deste diplomata apresento aos meus leitores a cópia de um retrato a óleo, tamanho natural, que possui Anselmo Braamcamp Freire na sua casa do Salitre 314, e que foi admiravelmente copiado pelo nosso comum amigo o sr. Joaquim Nunes Prieto do antigo quadro original, escola holandeza, feito portanto antes da vinda para Lisboa, e quando o retratado era muito novo; acha-se esse original hoje em poder de outro neto, o Conde de Penamacor. Vê-se que era um formoso homem, com fisionomia doce e inteligente.

Este Hermano Braamcamp, falecido a 25 de Julho de 1755, na quinta da estrada da Luz, teve do seu 2.º matrimónio os seguintes filhos, todos nascidos na mencionada quinta:

8 — *Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco*, que logo seguirá.

8 — *Joaquim José Inocêncio Braamcamp*, nascido a 27 de Junho de 1756, baptisado a 24 de Março de 1757. Esteve na Holanda algum tempo em companhia de seus tios em 1762; serviu na Índia com o General Visconde de Mirandela, e morreu sem geração, no Rio de Janeiro, no posto de Coronel de Cavalaria, em 1814.

8 — *Luz Manuel Clemente Braamcamp*, baptisado em perigo de vida a 24 de Março de 1757; Ministro da Prússia em Lisboa, falecido depois de 1852; casado com D. Victória Joaquina Pinto de

Moraes Sarmiento, nascida a 9 de Abril de 1758, falecida a 22 de Março de 1820, filha de Estevam Pinto de Moraes Sarmiento, Guarda-jóias d'el-Rei D. João VI, e de sua mulher D. Teresa Mongiardini, genoveza. Tiveram :

9 — *Hermano José Braamcamp*, falecido muito novo, antes de 1820, no posto de Alferes de cavalaria.

9 — *Geraldo José Braamcamp*, nascido a 18 de Março de 1787, Major do Exército, Cavaleiro da Ordem de Avis, condecorado com a cruz das três campanhas da guerra peninsular e a medalha hespanhola da batalha de Victória, falecido a 23 Março de 1856. S. g.

9 — *José Climaco Braamcamp*, nascido a 30 de Março de 1790, Major do Exército, Cavaleiro da Ordem de Aviz, condecorado com a cruz de duas campanhas da guerra peninsular, falecido a 13 de Janeiro de 1871. S. g.

9 — *D. Maria Antónia Braamcamp*, falecida a 25 de Setembro de 1825, tendo sido casada com João José Ludovice da Gama ; com geração.

8 — *José Francisco Braamcamp de Almeida Castello Branco*, com quem se continua.

§ 3.º

8 — *José Francisco Braamcamp de Almeida Castello Branco* foi nascido na quinta da Luz a 9 de Julho de 1763, e baptisado a 4 de Agosto; Cavaleiro professo na Ordem de Cristo por Decreto de

17 de Dezembro de 1805, Comendador do Seixo-amarelo na de Aviz, Presidente da Comissão do Terreiro do trigo em Lisboa, desde 9 de Outubro de 1820 até 13 de Janeiro de 1824, Fiscal das Obras públicas desde 20 de Outubro de 1826 até 13 de Novembro de 1836, Par do Reino por carta de 1 de Setembro de 1834, logar de que tomou posse no dia seguinte, tirando carta de Grande do Reino em 16 de Janeiro de 1837. Faleceu a 13 de Março de 1839. O grande Sequeira fez dele um bellissimo retrato a óleo, que desgraçadamente pereceu num incendio a que logo me referirei. Casou José Francisco em 1786 com D. Maria Antónia da Silva Franco de Moura, nascida em 1768, falecida a 16 de Outubro de 1788, filha (que veio a ser herdeira) do Doutor Carlos António da Silva Franco, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação, e instituidor do morgado de Nossa Senhora da Victória, em 9 de Dezembro de 1768, cuja cabeça foi a quinta da Victória em Sacavem, que lá está, com a sua ermida ainda a culto, e de sua mulher D. Clara Rosa de Moura. Tiveram filhos:

9 — *D. Maria Clara Braamcamp*, com quem se continua;

9 — *D. Maria Inácia Braamcamp* nasceu a 15 de Maio de 1788, e morreu em Hyères a 29 de Novembro de 1829, tendo casado em Londres a 21 de Agosto de 1809 com seu primo Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco, quarto filho do 1.º Barão do Sobral, Geraldo Venceslau Braamcamp. Havia Anselmo nascido a 4 de Janeiro de 1792, e foi Comendador dos Moinhos de Soure

na Ordem de Cristo, Coronel de milícias, Conselheiro de Estado em 1822, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em 1820. Morreu a 15 de Janeiro de 1841, deixando estes filhos:

10 — *José Augusto Braamcamp* nasceu a 8 de Julho de 1810, foi Presidente da Câmara e Governador Civil de Lisboa, Par do Reino por carta régia de 17 de Maio de 1861, tomando posse a 28, e Conselheiro de Estado extraordinário. Morreu a 22 de Abril de 1890, tendo casado a 28 de Maio de 1835, com sua prima D. Maria Emilia de Saldanha e Castro, que nascera a 22 de Março de 1816 e morreu a 12 de Novembro de 1887. Sem geração.

10 — *Geraldo José Braamcamp* nasceu a 4 de Dezembro de 1813, foi Adjunto do Provedor da Misericórdia de Lisboa, Governador Civil deste distrito, e muito novo, sendo oficial de cavalaria, havia sido gravemente ferido no cêrco do Porto. Morreu a 17 de Janeiro de 1876, havendo casado a 11 de Maio de 1855 com D. Juliana Pamplona de Sousa, que faleceu a 26 de Dezembro de 1864 e era filha dos 1.^{os} Viscondes de Beire. Sem geração.

10 — *D. Luiça Maria Joana Braamcamp* nasceu a 21 de Outubro de 1815, Baroneza de Almeirim pelo seu casamento efectuado a 28 de Outubro de 1835 com o 1.^o Barão, que faleceu a 16 de Julho de 1859, sobrevivendo lhe a Baroneza até 21 de Março de 1862. Tiveram:

11 — *D. Maria Inácia Braamcamp Freire*, que nasceu a 28 de Agosto de 1836 e morreu a 15 de Fevereiro de 1882, tendo casado a 7 de Fevereiro



Auselmo José Braamcamp



de 1854 com José Maria de Sousa Mattos, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, que morreu a 3 de Setembro de 1897. Com geração.

11 — *Manuel Braamcamp Freire*, que nasceu a 29 de Julho de 1833, foi Bacharel formado em Matemática, 2.º Barão de Almeirim, Moço fidalgo da Casa Real, Consul Geral e várias vezes Encarregado de Negócios nos Estados Unidos. Morreu em Nova-Yorque a 27 de Janeiro de 1894, tendo casado a 30 de Outubro de 1862 com D. Carolina Sofia Shannon, subdita ingleza. Tiveram :

12 — *Manuel Braamcamp Freire*, 3.º Barão de Almeirim, que nasceu a 18 de Agosto de 1863.

12 — *Carlos Braamcamp Freire*, nascido a 2 de Junho de 1875; Bacharel formado em Matemática.

11 — *Anselmo Braamcamp Freire*, nasceu a 1 de Fevereiro de 1849; é Par do Reino por carta régia de 22 de Julho de 1886, de que tomou posse a 25 de Abril de 1887. Casou a 6 de Fevereiro de 1869 com sua prima D. Maria Luisa da Cunha e Menezes, que nasceu a 7 de Abril de 1849, da casa dos Condes de Lumiares. Tiveram :

12 — *Manuel Maria Braamcamp*, que nasceu a 4 de Dezembro de 1869 e morreu a 18 de Abril de 1875.

10 — *Anselmo José Braamcamp*, nascido em Lisboa a 23 de Outubro de 1819, falecido na mesma cidade a 13 de Novembro de 1885, Bacharel formado em Direito, Conselheiro de Estado, várias vezes Ministro de Estado, e uma vez Presidente do Conselho de Ministros.

É sua filha :

11 — *D. Julia Braamcamp*, nascida a 5 de Agosto de 1855, casada a 6 de Fevereiro de 1875 com Luís Augusto da Cunha de Mancelos Ferraz, Engenheiro construtor naval, Moço Fidalgo com exercício, Deputado ás Côrtes. Com geração.

10 — *D. Júlia Adelaide Braamcamp*, nasceu a 26 de Julho de 1823, falecida a 28 de Outubro de 1878, Dama de S. M. a Rainha, Aia dos Príncipes D. Carlos e D. Afonso, e Condessa de Vila Real pelo seu casamento com o 2.º Conde, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Par do Reino, falecido a 4 de Fevereiro de 1859.

Tiveram :

11 — *D. Maria Inácia de Sousa Botelho*, que nasceu a 23 de Janeiro de 1845, e casou a 3 de Maio de 1865 com António Xavier Teixeira Homem de Brederode, que morreu a 10 de Dezembro de 1867. Com geração.

11 — *D. José Luís de Sousa Botelho*, nascido a 23 de Setembro de 1843, e 3.º Conde de Vila Real, Oficial-mór da Casa Real, Par do Reino, e tem sido Deputado e Governador Civil do Distrito de Vila Real várias vezes. Casou a 2 de Março de 1867 com a Condessa herdeira de Melo, Senhora da casa de Melo, filha dos 1.ºs Condes de Melo. Com geração.

11 — *D. Isabel de Sousa Botelho*, nasceu a 1 de Outubro de 1849, Condessa de Paraty, casou a 10 de Fevereiro de 1872 com D. Miguel de Noronha, 3.º Conde de Paraty. Com geração.

11 — *D. Anselmo de Sousa Botelho*, nasceu a 31 de Outubro de 1852, e morreu solteiro a 5 de Novembro de 1892.

11 — *D. Maria Amália de Sousa Botelho*, nasceu a 28 de Dezembro de 1855, Viscondessa de Pindela, casou a 23 de Maio de 1889 com Vicente Pinheiro Lobo, 2.º Visconde de Pindela, Par do Reino, Ministro em Berlim.

11 — *D. Alexandre de Sousa Botelho*, que nasceu a 9 de Abril de 1857, proprietário.

§ 4.º

9 — *D. Maria Clara Braamcamp de Almeida Castelo Branco*, 2.ª senhora do Morgado da Victória, nasceu a 3 de Junho de 1787, faleceu a 25 de Janeiro de 1864, tendo casado com Manuel de Castro Pereira de Mesquita, Ministro de Portugal em várias Côrtes. Não deixaram filhos, passando a representação do vínculo para seu sobrinho José Augusto Braamcamp.

§ 5.º

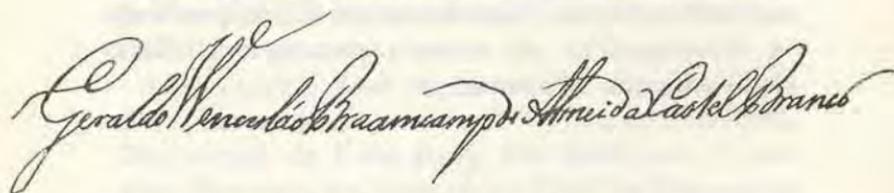
8 — *Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco*, viu a luz a 28 de Setembro de 1752 na quinta de seus pais na freguesia de Carnide, e foi baptisado no seu oratório a 1 de Novembro. Pelo seu casamento a 20 de Fevereiro de 1773, com a mencionada senhora D. Joana Maria da Cruz Sobral, foi 4.º Senhor do Sobral, e Alcaide mór do Freixo de Numão. Foi também 2.º Senhor

do morgado da Luz, em que sucedeu a sua mãe, Comendador de Santa Maria dos Açougues na Ordem de Cristo, do Conselho de S. M., Administrador da Companhia de Pernambuco, Deputado e Presidente da Real Junta do Comércio, e finalmente 1.º Barão do Sobral de Monteagraço, em 14 de Maio de 1813.

Julgo que ao casar não ficou morando com a família de sua mulher, porque em 1791 o encontro habitando na rua Direita de S. Vicente de fóra, sendo já Deputado da Real Junta (1). Morou depois no palácio do Terreiro do Paço, até ao incêndio a que logo me referirei.

D. Joana faleceu em Lisboa a 21 de Outubro de 1812 com cinquenta e dois anos, não chegando portanto a ser Baroneza. O Barão faleceu a 6 de Julho de 1828.

A propósito deste Geraldo Venceslau, deixarei



Geraldo Venceslau Braamcamp Almeida Castel Branco

aqui uma significativa minúcia: foi com cartas suas de recomendação, que saíu de Lisboa para Paris, em 1801, o moço João Domingos Bomtempo a instruir-se na música, e a procurar a glória. A eficaz protecção indirecta de Braamcamp contribuiu portanto, logo desde o princípio da laboriosa carreira

(1) *Almanaque de 1791*, pág. 307.

do grande mestre, para dar a Portugal um dos maiores talentos de que pode ufanar-se a Arte musical do século XIX (1).

O 1.º Barão do Sobral e sua mulher foram pais dos seguintes filhos:

9 — *Hermano José Braamcamp do Sobral de Almeida Castelo Branco*, com quem se continua:

9 — *D. Maria Inácia Braamcamp de Melo* nasceu a 18 de Outubro de 1780, e morreu a 5 de Setembro de 1838, tendo casado com António de Melo Correia de Sequeira, Senhor dos morgados de Palhaes, Correias de Sacavém, e outros, Moço fidalgo, Capitão de fragata. Sem geração.

9 — *D. Maria Teresa Braamcamp de Almeida Castelo Branco* nasceu a 7 de Setembro de 1787 e morreu a 5 de Setembro de 1817. Casou a 27 de Abril de 1814 com João Maria Rafael de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria, Alcaide mór de Sintra, Senhor do morgado de Penha Verde (instituído pelo grande D. João de Castro) que morreu a 27 de Setembro 1787, deixando estes filhos:

10 — *António de Saldanha Albuquerque Castro e Ribafria*, que nasceu a 3 de Janeiro de 1815, foi 2.º Conde de Penamacor por Carta de 17 de Dezembro de 1844, Par do Reino, Alcáide mór de Sintra, etc., e morreu em Roma em Maio de 1864,

(1) Pode consultar-se o bem elaborado estudo biográfico de Bomtempo (João Domingos) pelo sr. Ernesto Vieira. Este biógrafo compulsou documentos impressos e manuscritos, e deixou acerca do grande homem a apreciação mais completa que possuímos.

tendo casado a 9 de Janeiro de 1837 com D. Maria Leonor de Melo, filha dos 9.^{os} Condes de S. Lourenço. Com geração.

10 — *D. Maria Emilia de Saldanha e Castro*, que nasceu a 22 de Março de 1816 e casou a 28 de Maio de 1835 com seu primo José Augusto Braamcamp, como ficou dito.

10 — *D. Constança de Saldanha e Castro*, Condessa de Lumiares, nasceu a 25 de Maio de 1817 e morreu a 27 de Março de 1860. Casou a 1.^a vez a 8 de Junho de 1835 com José Felix da Cunha e Meneses, 6.^o Conde de Lumiares, que faleceu a 30 de Novembro de 1843; e a 2.^a a 1 de Julho de 1848 com seu cunhado Manuel da Cunha e Meneses, Capitão do Batalhão Naval, que morreu a 27 de Fevereiro de 1850. Com geração de ambos os casamentos.

9 — *Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco*, nasceu a 4 de Janeiro de 1792, e casou a 21 de Agosto de 1809 com sua prima comirmã D. Maria Inácia Braamcamp. A sua geração já fica expendida a pág. 71.

§ 6.^o

9 — *Hermano José Braamcamp do Sobral de Almeida Castelo Branco*, filho de Geraldo Venceslau supra. Foi homem importante na nossa terra; e tendo herdado no berço muitas honras, acrescentou-as pelo seu mérito, pelo seu trabalho, pela notoriedade dos seus serviços em períodos políticos difíceis de atravessar.

Achava-se em Paris nos primeiros anos do século XIX, ao mesmo tempo que era aí nosso Ministro o célebre D. José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Morgado de Mateus, Cumieira, e Sabrosa, etc., homem dado a letras, apreciador de engenhos, e de optima companhia em qualquer parte. Madame de Sousa, a Ministra de Portugal, casada em 2.^{as} nupcias em 1802 com este Morgado de Mateus, era viuva do Conde de Flahaut, um dos realistas vitimados pela infame revolução.

la certamente às recepções da Legação portuguesa o illustre Conde de Narbonne-Lara Luís Amalrico de Narbonne, antigo realista reconciliado com o Império, homem de esfera muito alta, e reputado pelo seu saber, pela sua bondade, e pela sua graça. Este era casado com Mademoisele Adelaide Maria de Montholon, filha de um primeiro Presidente do Parlamento de Rouen, e tinha duas filhas. Insinua Villemain num livro de que logo falarei, ter sido M.^{me} de Sousa quem promoveu o casamento da mais velha das gentis Narbonnes com o portuguez Hermano José Braamcamp, a quem ele chama erradamente Conde de Braamcamp, mas de quem diz, com verdade, ter-se visto, pela sua cultura, e pelo seu talento, ligado da maneira mais distinta, por mais de trinta anos, às vicissitudes da sua versatil nação onde foi Deputado, Presidente da Câmara, duas vezes Ministro da fazenda, e por fim senador (1).

(1) ... Un noble Portugais, le Comte de Braamcamp, que ses lumières et son talent ont, pendant plus de trente ans,

Com efeito em 1806 celebrou-se em Paris, a 17 de Fevereiro, o enlace matrimonial de Hermano José Braamcamp com Luiza Amable de Narbonne Lara, nobre e distintíssima Mulher, que veio dar novo lustre às famílias portuguezas com quem se aparentou, brilhando entre nós pelas suas altas qualidades morais e intellectuais.

Quanto ao illustre sogro de Braamcamp, duas palavras:

Entre as figuras secundárias que rodearam Napoleão I, e cuja história particular se achou ligada com a crónica imortal do sublime Usurpador, entre os planetas que giraram em volta daquele Sol, guiados por ele, arrastados, fascinados por ele, avulta muito, pela rectidão de princípios morais, pela dedicação patriótica, pelo espirito de cavaleiro antigo, pela lucida e culta intelligencia, e até pelo desinteresse, o Conde Luiz de Narbonne.

Chamei-lhe figura secundária; junto a Napoleão todos o eram; mas Narbonne tem feições que o caracterizam entre os seus pares: a bondade, e a aristocrática finura, que já vinham de muito longe, e naquela Côrte de adventícios brotados do nada o iluminavam do prestígio da Côrte velha.

Era em 1806 homem de 51 anos; tinha sido Oficial de Artilharia (como Bonaparte), Capitão de Dragões, Coronel aos 25 anos, Veador (*Chevalier*

mêlé sous les titres les plus honorables aux vicissitudes de sa mobile patrie, où il fut tour à Député, Président des Cortès, deux fois Ministre des Finances, et enfin Sénateur.— Villemain — *Souvenirs Contemporains*, pág. 111.



O CONDE DE NARBONNE-LARA
Ajudante de campo do Imperador Napoleão I

d'honneur) da Princeza Adelaide, tia del-Rei Luiz XVI, Membro da Assembleia constituinte, Marechal de campo, Ministro da Guerra durante três mezes em 1791, e depois General de Divisão em 1809, Ajudante de campo do Imperador, na campanha da Rússia, Embaixador em Munich e em Viena de Austria, e por fim Governador de Torgau, na Alemanha, onde faleceu de um tifo em 1813 (1).

Feliz dele, que ainda pôde levar para o outro mundo algumas ilusões, e não assistiu à tremenda derrocada de 1815. Fontainebleau, a Ilha d'Elba, os cem dias, Waterloo, Santa Helena, foram os cinco actos de uma tragédia que ele não viu, nem suspeitou. Feliz dele!

Era este Conde irmão mais novo de Filipe, Visconde de Narbonne-Lara, Grande de Hespanha de 1.^a classe, Tenente General, que morreu sem filhos em 1834, passando a representação da Casa para sua sobrinha, a Condessa do Sobral. Foram ambos filhos de João Francisco de Narbonne, 4.^o Senhor d'Aubiach, Duque de Narbonne-Lara em sua vida (*Duc à brevet*), Grande de Hespanha de 1.^a classe em 1789.

(1) Quem quiser apreciar o merito desta notável gente consulte o livro de Villemain — *Souvenirs contemporains d'histoire et de littérature — Monsieur de Narbonne* — Paris, 1854. — Nessas 385 eloquentíssimas páginas encontrará uma serie de quadros admiráveis, onde o talento, a agitada vida os rasgos de M. de Narbonne, apparecem pintados por mão de mestre.

Sobe muito alto esta genealogia; basta dizer aqui o seguinte :

O Conde D. Manrique de Lara, Senhor de Molina, Tutor de D. Afonso VIII de Castela, Governador dos seus Reinos, filho do Conde D. Pedro Gonçalves de Lara e da Condessa D. Eva Peres de Trava, casou em 1140 com Hermezenda, Viscondessa proprietária de Narbonne, e foi morto em combate no ano de 1164. O Viscondado de Narbonne remonta ao ano de 819 da era de Cristo.

Tornando aos noivos, direi que a 18 de Abril do citado ano de 1806 chegaram a Lisboa, indo estabelecer-se na sua quinta da estrada da Luz.

Num interessante diário que deixou a inteligente senhora, a digna filha do Conde de Narbonne, e que se conserva em poder do Conde do Sobral, lêem-se estes pormenores, que transcrevo textualmente :

*... Nous fûmes le même jour de notre arrivée
coucher à Luz, où nous nous fixames, ne voulant
pas déranger la grand'mère de M. de Sobral (1),
qui habitait notre maison de Calhariç*

*.....
... «M. de Sobral ayant été nommé de la dé-
putation qui devait se rendre en France (2), nous
nous empressames de partir à la fin d'avril 1808.*

(1) Era a senhora italiana, D. Maria Madalena Croco, de quem acima tratei, porque a outra avó, D. Maria Inácia de Almeida Castelo Branco, falecera em 12 de Abril de 1796.

(2) Enviada ao Imperador Napoleão I.

.....
Nous restames à Paris jusqu'en 1814. Nous partimes le 19 Mai pour Calais, et arrivames à Lisbonne les premiers jours de Septembre. Je me retrouvai avec plaisir dans ma famille; nous nous établimes dans notre maison de Calhariz pendant plusieurs années....."

Hermano José Braamcamp do Sobral de Almeida Castelo Branco foi 3.º Morgado da Luz, 2.º Barão do Sobral em 3 de Março de 1824, Ministro de Estado, Par do Reino em 1 de Outubro de 1835, Conselheiro de Estado, 1.º Visconde do Sobral em 14 de Setembro de 1838, com Grandeza em 24 de Outubro seguinte, e 1.º Conde do Sobral em 13 de Dezembro de 1844. Este Conde faleceu no 1.º de Fevereiro de 1846; a sr.ª Condessa a 28 de Março de 1849, deixando as seguintes filhas:

10 — *D. Adelaide Braamcamp do Sobral de Almeida Castelo Branco*, com quem se continua;

10 — *D. Maria Luíza Braamcamp de Almeida Castelo Branco*, nascida a 2 de Outubro de 1812, falecida no verão de 1900, casada a 14 de Setembro de 1834 com António de Melo, 1.º Marquez e 2.º Conde de Ficalho, de quem teve

11 — *Francisco de Melo*, 3.º Conde de Ficalho, Par do Reino, Mordomo-mór, Lente da Escola Politécnica, etc., nascido a 27 de Julho de 1837, casado em 1862 com a Condessa D. Josefa Cruz de Brito do Rio. Com geração.

§ 7.º

10 — *D. Adelaide Braamcamp do Sobral de Almeida Castelo Branco de Narbonne-Lara*, 6.ª Senhora e 2.ª Condessa do Sobral, Dama de S. M. a Rainha D. Maria II, nascida a 3 de Junho de 1808, falecida a 15 de Junho de 1886, tendo casado a 6 de Outubro de 1834 com Luiz de Melo Breyner, filho dos 1.ºs Condes de Ficalho, Par do Reino, Gran-Cruz da Ordem de Cristo, Governador civil de Lisboa, etc. Tiveram os seguintes filhos:

11 — *D. Maria Eugénia Braamcamp de Mello Breyner*, nascida a 22 de Outubro de 1837, Marquiza de Sousa-Holstein pelo seu casamento em 1862 com D. Francisco de Borja de Sousa-Holstein, filho dos 1.ºs Duques de Palmela, Dama da Rainha, falecida em 7 de Outubro de 1879. Com geração.

11 — *Hermano José Braamcamp do Sobral de Melo Breyner*, 3.º Conde do Sobral, com quem se continua.

11 — *D. Maria Margarida Braamcamp de Melo Breyner*, nascida a 23 de Junho de 1844, Condessa de Mossamedes pelo seu casamento a 23 de Janeiro de 1866 com José de Almeida e Vasconcelos do Soveral Carvalho Soares de Albergaria, Conde de Mossamedes, filho dos 2.ºs Condes da Lapa, Dama da Rainha. Com geração.

11 — *Hermano José Braamcamp do Sobral de Melo Breyner*, 3.º Conde do Sobral, Oficial-mór da Casa Real, Par do Reino, nascido a 26 de Julho de 1840, casado a 11 de Outubro de 1864 com a

Condessa D. Francisca de Almeida e Vasconcelos, Dama da Rainha, e filha dos 2.^{os} Condes da Lapa acima mencionados. Com geração. É este Conde o actual representante da família.

*

Finda aqui a primeira parte da minuciosa crónica do notável palácio que nos ocupa, desaparecido para sempre. Ainda há poucos anos, depois do incêndio que o devorou, e pouco mais lhe deixou que as paredes mestras, levantava cheio de nobreza a sua carcassa derrocada, e numa linguagem melancólica nos falava do tempo antigo. O que o substituiu, esse não fala; é mudo como a estupidez.

Vamos ver se, interrogando a ruina, lhe poderemos ouvir mais algumas interessantes recordações da sua crónica.



CAPÍTULO IX

No palácio Sobral alojava-se no principio do século XIX a Academia Real das Ciências. É novidade para muitos? eu explico:

Foi numas salas do paço das Necessidades que em 1780 fundou a Rainha, a senhora D. Maria I, esta nobre instituição.

Se não me engano, transferiram-na dali pouco tempo depois; foi para o palacete do bêco do *Carasco* ao *Poço dos Negros*, e aí se achava com certeza em 1791. O palacete ainda lá está, e aí residiu, na sua qualidade de Secretário, o Abade

José Correia da Serra

José Correia da Serra. Não me sei calar; o palacete obriga-me a uma digressão.

*

Nesta mesma casa, hoje transformada e aburguezada, foi em tempo del-Rei D. Afonso VI a Embaixada da Grã-Bretanha. Encontrei essa noticia numa frase incidente da *História Genealógica da Casa Real*; diz o doutíssimo autor assim:

... «O Enviado de Inglaterra, morava nas casas da rua *Direita*, que vão dar ao *Poço dos Negros*, no beco que chamam *do Carrasco* (1).»

Direi mais, que no processo do grande trabalhador D. Rafael Bluteau para Qualificador do Santo Officio (2), em 1674, uma das testemunhas da inquirição é João de la Croix, *q̃ veio de Paris ha perto de hum Anno, e lá conheceo a may, a Irmaã, e a Tia de D. Rafael. mora na calçada do Congro abaixo do poço nouo, defronte das janellas do quintal do Enviado d'Inglaterra.*»

No mesmo palacete se aquartelou uma esquadra da Guarda Real da Policia; aí morou em 1800 o Tenente General D. Francisco Xavier de Noronha.

Em 1840 era no beco *do Carrasco* o Quartel general da 1.^a Divisão militar (3), e aí se conservou longos anos.

Modernamente aí morou o poeta António Xavier Rodrigues Cordeiro, Bacharel formado em Direito, Deputado várias vezes, e abastado proprietário

(1) T. VII, pág. 399.

(2) Torre do Tombo, *Familiares*.

(3) *Almanaque estatístico*, pág. 114.

territorial na aldeia das Cortes, junto a Leiria, casado com D. Maria da Piedade Moreira Freire Correia Manuel de Aboim, irmã do General de Divisão de Engenharia Visconde de Vila Boim. Depois morou a sr.^a Condessa de Mesquitela, D. Mariana da Mota e Silva, com seus filhos, e aí morreu o 3.^o Conde, D. Luís da Costa de Sousa Macedo.

*

Não conheço ao certo a origem do título municipal do beco *do Carrasco*; Carrasco é apelido, e bem podia ali ter tido casa algum membro dessa família. Ouvi porém a pessoa que se dizia bem informada, o seguinte:

Um antigo proprietário do sítio senhor de escravos, era para eles tão deshumano e cruel, que, pelas barbaridades que exercia nos seus, mereceu à vizinhança a alcunha sangrenta de *carrasco*. Pode ser, mas não quebro lanças por essa versão.

Quem fundasse o antigo palacete do beco *do Carrasco* é que não sei; talvez os títulos esclareçam o ponto, mas não os pude ver. Acho que em 5 de Setembro de 1800 o prédio pertencia à Ordem Terceira de Jesus, e que nesse dia havia de arrematar-se em hasta pública, designado como «umas casas nobres com entrada pelo beco do Carrasco, e duas cocheiras» no mesmo (1).

Perdeu este palacete, quasi de todo, a sua antiga feição nobre; as modernas obras fizeram dele um

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.^o XXXIV, Suplemento de 29 de Agosto de 1800.

burguês sensaborão. Contudo quem penetrar pelo extremo do beco, à esquerda, no grande pátio que ainda lá se vê, observará sacadas primitivas, de muito cunho, e, ajudado da imaginação, recomporá o que foi tudo aquilo nos áureos dias da Embaixada de Inglaterra.

Do lado oposto do beco, onde vemos um jardim alto, havia em 1818 uma praça para arlequins e corridas de novilhos, mandada construir por um José Maria Pimentel Bettencourt (1).

*

Voltemos à Academia, que dei como transferida do beco *do Carrasco* para o palácio Sobral.

Dessa residência aí, conservo, pelo ter ouvido a meu Pai, um pormenor interessante para a história das alfaias e dos usos domésticos. Viu ele na

(1) Tinop — *Lisboa de outros tempos* — T. I, pág. 236.

*

Castilho não quebrou lanças pela veracidade da história que tentava explicar a designação municipal de *Beco do Carrasco*. E via bem o caso. O que é provável é que esta escusa serventia derive o seu nome de um Manuel Carrasco, casado com Maria Gomes, que faleceu neste ponto do Poço Novo, em 29 de Outubro de 1616.

A casa nobre onde esteve a Embaixada de Inglaterra e em cujo Jardim alto funcionou o Circo do Poço Novo, servia também de albergue ao 4.º Batalhão Móvel em 1833, como consta da *Crónica Constitucional*, do 2.º semestre desse ano.

O imóvel pertence hoje, por herança familiar, ao nosso grande actor Vasco Santana. (*Nota de M. S.*)

sua meninice aquelas salas, onde seu Pai, também Académico, o levaria de passagem alguma vez. O grande salão das sessões solenes era iluminado por árvores de metal dourado, postas aos cantos, espécie de serpentinas colossais, donde rutilavam de entre a ramaria e o folheto as velas de cera. Esses móveis, tão pesados e ricos, seriam (quem sabe ?) pertença do palácio, e não da Academia, e figurariam como adorno dos bailes e das serenatas dos Cruzes. Talvez fossem os grandes *lustres-de-pé*, ou candelabros enormes, de que fala a descrição de Sousa e Meneses. Com efeito móveis desse feitio são antigos, ornamentação medievá e quinhentista, que certamente se perpetuou em Portugal.

*

Os Almanques de 1803 dão aí a Academia, e dão também como aí morador o Desembargador Sebastião António da Cruz Sobral; donde se conclui que, sendo enorme a casa, num andar moraria o dono, e no outro se alojaria a Academia das Ciências.

Em 1816 encontro rasto certo da Academia no palacio Sobral; e em 1812 a descrição de uma sua sessão notável, para mim muito interessante, e decerto para os meus leitores também; escutem pois:

*

Foi em 24 de Junho, dia onomástico do Príncipe Regente, então no Brasil. Começaram a chegar nas suas seges e traquitanas o Vice-Presidente Marquês de Borba, os Governadores do Reino, e os Sócios.

Reunida a Assembleia, proferiu o Vice-Presidente um breve discurso de abertura, e deu a palavra ao Secretário, que leu o seu relatório dos trabalhos desde a última sessão; depois do que, subiram sucessivamente à tribuna e leram memórias os seguintes Sócios:

José Martins da Cunha Pessoa, Médico da Câmara Real, uma memória, que Inocêncio não cita, sobre os meios de tornar mais salubre a cidade do Rio de Janeiro;

Francisco de Paula Travassos, Lente de Matemática na Universidade, Coronel de Engenheiros, um discurso sobre Matemática, premiado pela Academia, e cujo autor se viu então, pela abertura, ser Mateus Valente do Couto, que recebeu os aplausos da assembleia;

João Croft, um estudo sobre o resultado da análise das quinças do Brasil;

Sebastião Francisco de Mendo Trigo, Tenente-Coronel do Regimento de Voluntários Reais a cavalo, Censor Régio, etc., uma memória sobre a pretendida chuva de algodão, que caiu em alguns lugares das vizinhanças de Lisboa; e finalmente o dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, Lente de Coimbra, um comentário e observações sobre o capítulo XXVII do profeta Ezequiel acerca das riquezas e vasto comércio dos Fenícios, nota illustrativa ao seu Ensaio sobre a história e processos da Metalurgia desde os primeiros tempos até à irrupção dos Bárbaros do norte (1).

(1) *Gazeta de Lisboa* n.º 160, de 11 de Julho de 1812.

*

Continuo a encontrar a Academia alojada aí até 1820, onde já tinha na porta n.º 18 a sua tipografia, e onde possuía, em algum dos seus numerosos aposentos, um Museu e Gabinete de física; aí se realizavam em certos dias *demonstrações públicas* (¹).

Em 1817 encontro uma disposição singular: é um aviso ao público, de que na quinta-feira 20 de Março se celebraria sessão solene, para ser lido o elogio histórico da recém-falecida Rainha, a senhora D. Maria I, na sala da Aula do Comércio, «que el-Rei Nosso Senhor, foi servido destinar para se fazerem daqui em diante as assembleias públicas da Academia Real das Ciências» (²).

Porque seria isto? não tinha a Academia as suas salas? estariam em obras? e onde eram as da aula do Comércio? tudo perguntas a que não sei responder.

Quando saíu a Academia? No fim do 2.º semestre de 1834, visto que, por decreto de 27 de Outubro desse ano, a Rainha cedeu para residência da douta corporação o vasto edificio do extinto convento de Nossa Senhora de Jesus, de Franciscanos da 3.ª Ordem da Penitência.

Quando começou a reinar a senhora D. Maria II teve a Academia uma renovação de vitalidade. Está-me diante dos olhos o discurso lido pelo Se-

(¹) *Almanaque* de 1804, pág. 544.

(²) *Gazeta*, n.º 65, de 17 de Março de 1817.

cretário perpétuo, Conselheiro Costa de Macedo, na sessão pública de 15 de Maio de 1838, primeira celebrada depois de seis anos de interrupção. «Motivos que a todos são patentes — dizia o Secretário —, e que é doloroso recordar, causaram tão longo silêncio, em que as Letras portuguezas tiveram a sorte de tudo mais: gemeram, esmoreceram, e ameaçaram por muito tempo total esquecimento».

Depois de desenhar a traço largo as conquistas científicas da Europa e do mundo, diz:

«E que fazia entretanto Portugal, e a Academia?»

«Portugal, estranho ao movimento geral da Ciência, como que estava fora da esfera da sua actividade, Portugal, mostrava a aparência definhada e mortal de uma desorganização completa, e a hebeção mental acompanhava o marasmo político.

«A Academia, orfã de uma parte de seus membros, agrilhoados em masmorras, desterrados e dispersos, caminhava lentamente, por uma inanição gradual, à sua total dissolução.

..... «Uma série de prodígios trouxe a Portugal o senhor D. Pedro; e o Libertador da Pátria não podia deixar de procurar ser também o Restaurador das Letras.»

Com efeito, a Portaria de 9 de Maio de 1834 nomeia uma Comissão para apresentar as bases da reorganização da Academia; essa Comissão apresentou o seu plano em 2 de Julho; mas o definhamento gradual do Duque de Bragança impediu-o de pensar mais no assunto. Só em 15

de Outubro, já depois de falecido o senhor D. Pedro, é que sua Augusta Sucessora aprovou os estatutos novos.

Fez mais a Rainha: por Decreto de 27 cedeu à Academia o edificio de Jesus, da Terceira Ordem da Penitência, e elevou a dotação académica de 4:800\$000 reis a 6:000\$000 reis.

Logo tratarei do assunto, e veremos a instalação da Academia na casa roubada aos Frades.

*

Como o palácio do Calhariz era central, nele esteve estabelecido em 1811, ao mesmo tempo que os Académicos, o quartel general de Lord Wellington. (1)

Durante muito tempo hesitei se o quartel general seria neste palácio, ou no próximo, da Casa Palmela; hoje não hesito. Esteve também aí o Marechal Beresford, segundo informação autêntica e irrecusável; e há até um pormenor interessantissimo: o Conde do Sobral actual, meu bom amigo, e que muito me auxiliou nestas pesquisas, com o seu amor de família, e o seu espírito conservador, disse-me que numa das janelas da sala 10.^a, que deitavam para a rua do Carvalho, se via na vidraça um vidro, onde muitas vezes leu o nome de Beresford arranhado a diamante. Esse precioso *autógrafo* desapareceu decerto naquele incêndio

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 273, de 16 de Novembro de 1811.



O Duque de Wellington



C. M. L.
6430 12
OF 211-008
11. 1925

Há em 1812 e 1813 muitas ordens do dia assinadas pelo Marechal Beresford, Conde de Trancoso; trazem-nas as *Gazetas*; são datadas do *quartel general no Calhariz*; ordens do dia decerto muito comentadas, durante o entusiasmo político do tempo, pelos frequentadores do fronteiro café Toscano.

O *café Toscano* era uma loja de bebidas que aí existia já em 1814⁽¹⁾, e onde no verão ia o público tomar sorvetes. Os cafés são muitas vezes umas academias em ponto pequeno. Quem sabe se este não competiria, até certo ponto, na loquela e no *espírito*, com a sábia agremiação que estanciava no próximo palácio?

*

Mas essa notícia é que certamente não pode competir em importância com estas outras:

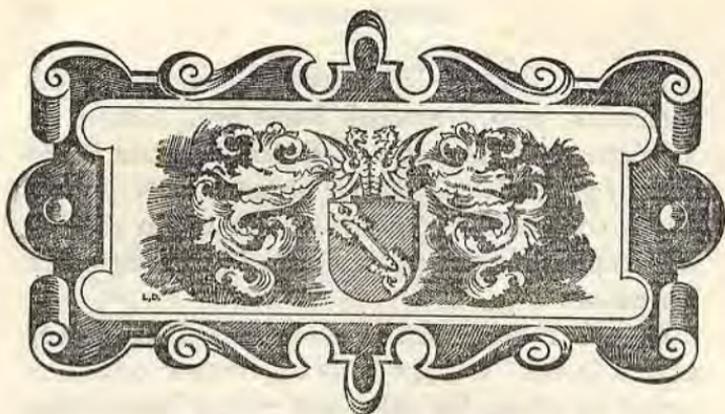
Nesse mesmo largo do *Calhariz*, habitava em 1791 (não conheço a casa) o Advogado da Casa da Suplicação Dr. Francisco Martins de Sampaio, que aí possuía um gabinete de moedas e história natural⁽²⁾.

Em 1820 morava aí também, no n.º 14, o honrado e talentoso liberal Manuel Fernandes Tomás⁽³⁾. Como tudo quanto se refere a um homem notável é interessante, sê-lo-ia certamente averiguar a qual daquelas casas correspondia o n.º 14 da antiga numeração.

(1) *Gazeta*, n.º 147, de 24 de Janho de 1814.

(2) *Almanaque*, de 1791, pág. 461.

(3) *Almanaque*, do tempo, pág. 344.



CAPÍTULO X

O que vejo é que esta illustre familia dos Sobrais e Braamcamps morou muitos anos no seu outro palácio do *Terreiro do Paço*, na esquina da *Rua da Prata*, construido por Anselmo José da Cruz Sobral, quando Fiscal das Obras públicas. Em 1791 aí morava ele, sendo Contratador do Tabaco, sua mulher, e seu filho Sebastião António da Cruz Sobral, Desembargador extravagante da Casa da Suplicação.

Passando o prédio ao genro de Anselmo, o citado Geraldo Venceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco, 1.º Barão do Sobral, este também aí morava em 1820, segundo os Almanagues do tempo.

Aí padeceu em 3 de Janeiro de 1830 um incêndio medonho, que não foi (digo-o de passagem) o que destruiu o retrato de José Francisco Braamcamp pintado por Sequeira. Desse incêndio tratarei noutro volume. Reedificado o palácio, coube em partilhas ao filho segundo do Barão, que era

Anselmo José Braamcamp, deste a sua filha a Baroneza de Almeirim, e desta senhora a seu segundo filho o actual Anselmo Braamcamp Freire, que em Junho de 1889 o vendeu a Ernesto Jorge, Director e agente de Companhias de vapores (1).

Depois do incêndio do Terreiro do Paço mudou-se a família outra vez para o Calhariz.

*

Quando em 1845 era Ministro da Prússia em Lisboa o Conde Raczynski, achou dignas de menção as preciosidades artísticas conservadas no palácio; e diz:

«Vi em casa do Visconde do Sobral muitos objectos notáveis. Devo em primeiro lugar o tributo da minha homenagem a uma pequena *Sacra Família* atribuída ao Corregio; acho-a encantadora, e parece-me original. A ser cópia, é já antiga,

(1) Quanto ao incêndio direi alguma coisa:

Dea-se em 3 de Janeiro de 1830, devorando as labaredas o prédio, tanto para a banda do *Terreiro do Paço*, como para a da rua *Nova del-Rei*. Foi tal a violência do sinistro, em tempo de menos pericia técnica e prontidão nos socorros do que hoje, que houve perda de vidas. Entre os mortos figura o am Luiz Ferreira da Silva, confeitiro, com loja na rua *Nova del-Rei* então n.º 124, e conhecido por uma alcunha picaresea impossível de reproduzir aqui. A justiça, indo proceder ao inventário do estabelecimento do pobre homem, achou-lhe numa gaveta, entre os destroços, o testamento, pelo qual ele constituia herdeira universal sua mulher; mas provando-se ter ela morrido em 1826, foram os bens á praça. Entre outras coisas possuía o falecido um prédio na rua de S. Bartolomea, hoje 7 e 9, e em 1846, 4 e 5. Este prédio fo

e excelente. Delicioso quadro! As minhas dúvidas proveem menos do meu sentir, do que da reflexão. São raras as obras de Corregio; e contudo, parece-me esta ser trabalho do mestre. Se fôsse minha, não hesitava um instante em mandá-la autenticar, ainda que tivesse de a mandar a Parma; confesso que me seria impossível viver numa dúvida assim.

«Também merece elogios um Salvador Rosa autêntico, representando S. Romualdo no deserto; tem 5 palmos e meio por 4 e meio (1,10 por 1,00): as figuras medem talvez 12 polegadas (32 centímetros). De Salvador Rosa não conheço quadro histórico de maior valia; verdade é que poucos vi desse género (1).

avaliado em 2:044\$800 reis; comprou-o a 16 de Dezembro de 1830, em hasta pública, o confeitiro Joaquim Laís por 2:909\$000 reis.

Joaquim Laís faleceu a 25 de Agosto de 1846, deixando sua viúva, Mariana da Assunção e Silva, e vários filhos e filhas. Nas partilhas coube a casa de S. Bartolomeu à filha D. Henriqueta Rosa da Silva, casada com Augusto de Deus de Oliveira Bastos, Capitão de Infantaria 10 e tiveram filha D. Henriqueta Augusta da Silva de Oliveira Bastos, a qual casou com Eagéio Rodrigues Severim de Azevedo, Oficial de Engenheiros. Estes possuidores venderam o prédio a António das Neves Martins, por escritura de 28 de Dezembro de 1830. Informações tiradas dos títulos, que me foram obsequiosamente emprestados. Se todos os proprietários tivessem a generosidade do sr. Martins, autenticava-se muita notícia histórica.

(1) Este quadro coube em partilhas à sr.^a Marqueza de Sousa-Holstein. O Marquez vendeu-o ao Conde de Daxilas, argentário, amador de belas-artes. Não sei aonde foi parar depois do leilão dele.

«O retrato do Conde de Narbonne pai da sr.^a Viscondessa (Ajudante de Campo de Napoleão, Tenente General, morto em Torgau) é do pincel de Gérard (1). e do de M.^{me} Guiard o da Duqueza de Narbonne-Lara sua avó (2). O retrato de um tio do Visconde do Sobral, Gerret Braamcamp, por Therbouché, pintor d'el-Rei de França, é de todos três o que tenho em maior conta, se bem que outros também sejam bons. Este Braamcamp (Gerret) possuía uma colecção opulenta de quadros em Amesterdão, e o Visconde possui ainda o catálogo com o retrato do dono gravado à frente do livro (3).

«Tambem lá vi uma enorme Biblia pertencente a seu genro, o Marquês de Ficalho. Os assuntos históricos são tratados muito finamente; excelente especimen este das iluminuras borgonhezas do xv.^o século. Pelo que toca aos arabescos são grosseiros.

«A sr.^a Viscondessa também possui um curioso objecto, que é ao mesmo tempo valiosa recordação de família, e documento histórico; são retratos em esmalte dos filhos de Luís XV. Estes oito retratos acham-se reunidos em duas chapas de metal, que se fecham uma sobre a outra. Como obra de arte são valiosos (4).

(1) Pertence hoje a seu descendente o Conde do Sobral.

(2) Pertence também ao Conde do Sobral actual.

(3) Idem.

(4) Existem, e pertencem também ao Conde do Sobral.

«Em França houve sempre, desde Petitot até Augustin, quem pintasse perfeitamente em esmalte; estes cá, com quanto um pouco amaneirados, são de grande acabamento, e de desenho impecável. Foi o próprio Luís XV quem os mandou fazer para os oferecer a sua filha mais velha, a Princesa Adelaide; deu-os esta à sua dama de honor a Duqueza de Narbonne, de quem os recebeu a sr.^a Viscondessa do Sobral para os transmitir a seus filhos (1).»

O Conde do Sobral, meu velho amigo e discípulo, conserva também com muito apreço um retrato de sua avó a sr.^a Condessa de Narbonne, desenhado por M.^{me} Vigée-Lebrun, célebre retratista da Rainha Maria Antonieta.

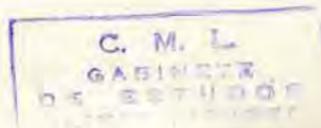
*

Neste prédio interessantíssimo nasceram vários membros da família: o actual Conde do Sobral, Hermano, em 1840; o infeliz irmão dele; suas irmãs: duas filhas deste Conde, e quatro sobrinhos.

Se tantas memórias alegres se acham ligadas a essa casa, também as há tristes.

Aí faleceu, como disse, o fundador em 1781; seu irmão Anselmo José em 1802; em 1805 o Desembargador Sebastião António da Cruz Sobral; em 1807 a cunhada de Joaquim Inácio, mulher do herdeiro do vínculo, Anselmo, D. Maria Madalena; em 1846 o Conde do Sobral; em 1849 sua mulher a sr.^a Condessa (Narbonne-Lara).

(1) *Les Arts en Portugal* — Pág. 273.



Em 1879 ali funcionava desde anos, e continuou algum tempo, o afamado Hotel Mata. Lembro-me de aí ter jantado duas ou três vezes; a grande sala de meza era a 4.^a, a antiga sala da música de 1793!

Achava-se o palácio onerado de pesadas hipotecas na Companhia do Crédito Predial pelo Marquês de Sousa, malgrado e talentoso homem!



CAPÍTULO XI

Por Carta de Lei de 2 de Agosto de 1887, sendo Ministro da Fazenda o sr. Conselheiro Mariano de Carvalho, foi mandado comprar um prédio para instalação da Caixa geral dos depósitos e Caixa económica portuguesa. O Governo comprou este palácio ao Banco predial por 50:522\$00 reis, tirados dos lucros líquidos da Caixa geral no ano económico de 1886-87.

No entanto, não parecia conveniente afastar do centro do movimento da Baixa a Caixa geral, e nessa ideia projectou-se dar a esta o edificio todo do Ministério da Justiça, em cujo andar superior aquella repartição funcionava com poucas comodidades; chegou-se a fazer o orçamento das obras necessárias. O Ministério da Fazenda queria se desse o trabalho de empreitada adjudicada em concurso; ao que, se opoz o das Obras públicas.

Nisto se estava (porque Portugal vive perene-mente afogado em papelada, e embalado em indecisões e reconsiderações burocráticas), quando o palácio ardeu. Nova delonga.

Caindo o Ministério progressista, voltou a reinar a ideia de pôr no Calhariz a Caixa geral. Começaram as obras de transformação completa, presididas pelo mais escandaloso e extraordinário mau gosto. Demoraram-se muito, e saíram caríssimas. Em lugar de um lindo e majestoso tipo de architectura urbana do século XVIII, tipo que por fora devia ter-se conservado com escrúpulo, as Obras públicas deram-nos um monstro, que é uma vergonha (!).

Repito o que lá se fez, ou se perpetrou, não tem nome. Ignoro quem fosse o architecto, nem quero sabê-lo; mas quem quer que fosse, não tem imputação. A culpa vem de mais alto: vem dos dirigentes, vem dos ministros que então reinavam. A eles pertence vigiar, e nunca sancionar com seu nome atentados artísticos que nos delustram.

Dir-se-me-ha: os Ministros não podem nem devem descer a pormenores. Respondo: aquilo não era um pormenor desprezível; era uma obra nacional, que ficava como atestado do que sabemos; era um traçado que ia substituir um traçado elegantíssimo; era um prédio do Estado, e como tal

(!) Informações quasi todas colhidas (menos as apreciações severas, que são minhas) de um artigo do jornal *O Popular*, de 21 de Dezembro de 1896, e de apontamentos oferecidos ao autor.

merecia atenção. Todo o edificio público deve ser uma escola, um padrão, um exemplo. Com aquilo assinalámos um tremendo retrocesso com respeito a nossos avós. A culpa cabe toda aos Ministros que o aprovaram.

Não sei quem foram, nem isso importa muito à História. Entram uns, entram outros, todos *rotativos*; o público vê-os com supina indiferença num eterno girar de alcatruzes... cheios de água doce; as responsabilidades cabem a todos os que vão agarrados ao calabre.

Em 15 de Fevereiro de 1897, dez anos depois da compra, concluiu-se a instalação da Caixa no seu novo domicilio.

*

Eis pintada em esboço a acidentada crónica deste casarão. Quando ali passo, revive-me tudo isto no espirito, e pasmo do que é o mundo: um sonho!...

DECLARAÇÃO FINAL

Para escrever a história sucinta desta familia notável, vali-me das seguintes fontes, além da tradição oral conservada entre os descendentes:

I — *Resenha dos Titulares*, por A. A. da Silveira Pinto e o Visconde de Sanches de Baëna.

II — *Gazetas de Lisboa*.

III — *Recordações*, de Jacome Ratton — 1813.

IV — *Ao senhor José Francisco da Cruz Alagôa, Fidalgo da Casa de S. M. F., do seu Conselho e do da Real Fazenda, Tesoureiro mór do Real*

Erario, Donatário do Morgado de Alagoa, etc. etc. etc.—Romance hendecasyllabo — e dois Sonetos—Este folheto saiu anónimo, mas é de *Rogério Barguda Teles*, criptonimo anagramático de *Alberto Rodrigues Lage*. Sem data.

V — *Elogio funebre, e histórico, que na sentidissima morte do senhor Joseph Francisco da Cruz Alagoa, recitou dentro das enlutadas sombras do seu coração, e oferece ao senhor Joaquim Inácio da Cruz, etc. etc. etc.* Rogério Barguda Teles. — Lisboa, Na Oficina de Joseph da Silva Nazareth. — MDCCLXVIII. — Com licença da Real Mesa Censoria. 4.º — 1 folheto de 40 pág.

VI — *Carta de amisade do autor* (Rogério Barguda Teles, anagrama de Alberto Rodrigues Lage) para um amigo particular e homem verdadeiramente sábio pedindo-lhe parecer sobre o *Elogio de José Francisco da Cruz Alagoa*. Manuscrito. 12 pág.

VII — *Ração de formar este Panegirico* — mss.

VIII — *Carta de Damião José Saraiva*, a Alberto Rodrigues Lage, em Lisboa a 21 de Setembro de 1768. Manuscrito autógrafo.

IX — *Carta de D. Tomás Caetano de Bem*, a Alberto Rodrigues Lage, em Lisboa a 25 de Setembro (de 1768). Manuscrito autógrafo.

X — *Ao Autor do Elogio funebre do Conselheiro Joseph Francisco da Cruz Alagoa, sendo o primeiro que com pura elegancia louvou suas acções com a modestia de occultar seu nome, em Anagrama — Soneto* — assinado D. B. M. (Diogo Barbosa Machado?) — Manuscrito autógrafo.

XI — *Admirando o precedente Elogio Funebre, e Histórico, e decifrando o Anagrama do Nome do seu modesto Autor, mui digno de se publicar, rompo nesta — Rima Decastica.* (Décima manuscrita autografa assinada pelo Dz.^{or} João Gomes Ferreira).

XII — *Carta do Padre António Pereira de Figueiredo, manuscrita e autógrafa, a Alberto Rodrigues Lage* (sem data) a respeito do seu Elogio funebre de José Francisco da Cruz Alagoa.

XIII — *Resposta de Alberto Rodrigues Lage á carta precedente, manuscrito autógrafo, mas não assinado.*

XIV — *Elogio consagrado á saudosa memória do senhor Conselheiro Joaquim Inácio da Cruz Sobral, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, do seu Conselho e do da sua Real Fazenda, Tesoureiro mór do Erário, Régio, Tesoureiro e Conselheiro da Casa da Rainha N. S., Provedor e Feitor mór das Alfandegas do Reino, Alcaide mór de Freixo de Numão, e Senhor Donatário de Reguengo, e Vila do Sobral de Monte Agraço, etc. etc. etc. por João Joseph Pinto de Vasconcelos, Secretário que foi do Governo, e Estado do Reino de Angola.* — (Logar de uma vinheta em cobre com o retrato de Joaquim Inácio) — *Lisboa — Na Oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno. — M. DCC. LXXXI. — Com licença da Real Mesa Censória. — 4.^o — 1 folheto de 20 pág.*

XV — *Elogio do senhor Joaquim Inácio da Cruz Sobral, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo, do Conselho do Senhor Rei D. José I e da Rainha N. Senhora, Conselheiro da*

sua Real Fazenda, Administrador da Alfândega desta Corte, Tesoureiro mór do Erário Régio, Alcáide mór do Freixo de Numão, Senhor da Vila do Sobral de Monte Agraço, e seu Reguengo, Padroeiro da Freguesia de S. Isabel. Por seu reconhecido amigo Lourenço Anastácio Mexia Galvão, Estribeiro da Rainha nossa Senhora, etc. — (Lugar de uma vinheta em cobre) — Lisboa — Na oficina Patriarcal de Francisco Luís Ameno. — M. DCC. LXXXI. Com licença da Real Meza Censória — 4.º — folheto de 27 pág.

XVI — *Carta* anónima a Lourenço Anastácio Mexia Galvão atacando-o por causa do seu *Elogio* de Joaquim Inácio da Cruz Sobral. É uma série de miseráveis invectivas contra o auctor, e sobretudo contra o falecido; obra cobarde de chagal que devora carne morta. Manuscrito coevo. Tem no alto, por letra de Alberto Rodrigues Lage o seguinte: *Satira perfida feita a q.^m fez um Elogio ao Cons.^{ro} Joaq^m Ign.^o da Cruz Sobral por F. J. da Serra mal contente de o não atenderem: á qual respondeu o M.^c de meninos da Escola do Sobral. Faleceu em 24 Maio 1781.* Manuscrito.

XVII — *Carta* a Francisco José da Serra. Deve ser do Professor do Sobral; é manuscrita. Tem no princípio, por letra de Alberto Rodrigues Lage, o seguinte: *A carta em frente e em desforço da Sátira que o mentiroso satirico fez contra Lour.^{so} Anast.^o Mexia Galvão Elogiador do Cons.^{ro} Joaq.^m Ign.^o da Cruz Sobral, e atacando a fama deste Min.^o. A ele responde na Carta em frente o M.^c de Ler, e escrever, e contar da V.^a do Sobral e Sou-*

besse que Fran.^{co} Iozê da Serra q foi famulo do Deç.^{or} Ign.^o Barbosa Machado a q.^m servia de Amanuense e escovador de sua Livraria rompera naquela furia em resão de lhe não deferir e proteger hua injust.^a q lhe pedia. Este clérigo simples e Doutor de Tibiquoque se armou de Soli Deo, barrete, anel Doutoral etc. que era Plagiário.

XVIII — *Ao senhor Joaquim Inácio da Cruz, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, do seu Conselho, e do de sua Real Fazenda, do da Rainha nossa Senhora, Tesoureiro mór do Erário Régio, Provedor da Junta do Comércio destes Reinos, e seus Domínios, Administrador geral da Alfândega de Lisboa, e Feitor mór das mais do Reino. Ode — (2 pág.) — e soneto por seu Compadre e fiel Criado João Dias Talaya Sotomayor. Fol. —*

XIX — *Elogio funebre do Conselheiro Anselmo José da Cruz Sobral, etc. etc. etc. por João José de Vasconcelos, Consul Geral da Nação Portuguesa em Dinamarca. — Lisboa: — Na officina Nunesiana. — Ano M. DCCCII. — Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço 4.^o — 1 folheto de 23 pág.*

XX — *Ecos saudosos ouvidos na Capital portuguesa na passagem a melhor vida do illustre Conselheiro o senhor Anselmo José da Cruz Sobral, etc. etc. etc. recolhidos e oferecidos a seu illustre filho o senhor Sebastião António da Cruz Sobral, do Conselho de Sua Magestade, etc. etc. etc. apresentados na Igreja de Nossa Senhora da Vida da Vila de Sobral, de que é Senhor Donatário, por*

ocasião das solenes Exequias por um dos seus mais obrigados. — (Logar de uma vinheta com Armas Reais) — Lisboa — Na régia Oficina Tipográfica. Ano. M.DCCCII. — Por Ordem Superior. — 8.º — 1 folheto. Contém poesias: de Manuel Maria Barboza du Bocage, uma Elegia em tercetos; mais quatro Sonetos, e três décimas anónimas.

XXI — *Soneto á família dos Cruzes*, por Domingos dos Reis Quita: é o LXVII das *Obras poéticas* do mesmo.

Todos estes documentos, vi na livraria do meu querido amigo Anselmo Braamcamp Freire.

XXII — *Livro primeiro dos Brasões*, da Sala do Paço de Cintra, por Anselmo Braamcamp Freire.

XXIII — *Informações autênticas obtidas das seguintes pessoas, a quem apresento aqui a expressão do meu agradecimento mais cordeal*: S. S. Ex.^{as} as senhoras:

Condessa de Mossâmedes D. Maria Margarida Braamcamp de Melo Breyner;

D. Maria Luísa da Cunha e Meneses.

e os senhores:

Conde do Sobral, Hermano José Braamcamp do Sobral de Melo Breyner;

Anselmo Braamcamp Freire;

Luís António Neto da Silva.

P. S. — Relendo o que escrevi sobre este palácio, mais célebre que muitos outros que teem séculos, receio que o leitor ache o mesmo que eu achei: que disse pouco. Posso porém afirmar-lhe fiz tudo quanto estava ao meu alcance. Importunei pessoas

amigas, descendentes dos antigos Sobrais, revolvi papelada, consultei impressos e manuscritos, para mesquinho resultado.

Como acima mostrei, o Marquez de Sousa Holstein, casando com a sr.^a Marqueza D. Maria Eugênia Braamcamp de Melo Breyner, recebeu uma parte da desvinculada casa de seu sogro o Conde do Sobral. Nesse quinhão foi o palácio do Calhariz. Os preciosos títulos desse prédio, a instituição do vínculo, e muitos outros documentos, que poderiam esclarecer estes assuntos, e dar-lhes côr e interêsse, passaram para o filho do mesmo Marquês, o sr. D. Luís de Sousa. Não os vi, mas é de crer que o mesmo senhor, apreciando este depósito sagrado, que lhe fala dos Cruzes, seus próximos avós, o guarde, o conserve como um tesoiro. O sr. D. Luís tem obrigação dupla de o fazer: como descendente daqueles beneméritos, deve zelar-lhes a fama e a honra; como filho do talentoso Marquês de Sousa, e neto do grande Duque de Palmela, cabe-lhe o dever de prezar glórias artísticas, que pertencem tanto ao seu sangue como ao País.

Isto de guardar papeis antigos não é para todos. O apreço ao documento velho é uma prova de cultura de espirito; honrar os avós é prova de coração e alma. Quero portanto crer que o sr. D. Luís de Sousa venera essas preciosidades, e ha-de testar conscienciosamente a seus netos o que herdou de seus avós os Cruzes.

Qualquer outro de menos fino espirito queimaria esse cartório... e passava á ordem do dia.



CAPÍTULO XII

Há uma tradição confusa, que me chegou por intermédio de um distinto membro da família Sobral, relativamente à construção do palácio do Calhariz.

Dizia-se, há duas gerações, que Joaquim Inácio levantara o seu prédio sobre restos comprados ao Principal Lázaro Leitão Aranha. Ora tem-me ensinado a experiência que nunca se devem desprezar tradições de família, embora vagas; o prudente é registá-las, e esperar que um dia as venha confirmar, ou reduzir a pó, um documento qualquer.

Esta era verdadeira. Os títulos do edificio, as escrituras da compra pelos Cruzes, podiam esclarecer o assunto; infelizmente não vi esses papeis; mas prescindindo deles; tenho prova muito cabal sacada de fonte genuína e irrecusavel. Essa fonte é o Tombo da Cidade, levantado depois do terremoto de 1755, e de que estudei a bela cópia que existe, da letra de José Valentim de Freitas, na Biblioteca Nacional.

Com efeito, correndo as medições e confrontações do Bairro de Santa Caterina, vejo, a página 15, que os engenheiros, depois de mencionarem o palácio da travessa *de André Valente*, seguem pelo lado setentrional da grande artéria que se dirigia para o Loreto, deixam o grande palácio do Monteiro mor (o nosso antigo Correio geral), e, passada uma casa de João de Setem, apresentam «o palácio do Principal Lazaro Leitão Aranha», que era, como se vê, sem tirar nem pôr, no sítio exacto do palácio Sobral, que ainda não pertencia à família, nem existia como o conhecemos.

A página 19, quando descrevem a banda oriental da rua *da Rosa*, subindo, tornam a mostrar-nos nessa rua o mesmo palácio, isto é a sua face ocidental.

A página 20, tornam a mencionar-lhe a face do norte na rua *das Mercês*.

Não pode haver pois a mínima dúvida: são as mesmas marcações.

Parece-me contudo que, no tempo do Principal, o palácio não ocupava exclusivamente, como agora, um quarteirão inteiro, pois vejo confrontava, não sei já por que banda, com casa de Luiz de Bem Salinas.

O que se vê, pois, é que Joaquim Inácio comprou ao Principal, ou a seus herdeiros, o palácio, e o reedificou.

Era esse Lázaro Leitão Aranha, em dias do 1.º Patriarca D. Tomás de Almeida, filho de um ourives da prata chamado Manuel Leitão. Estudou, formou-se, foi Colegial de S. Paulo, Cónego da

Colegiada de S. Tomé, Secretário de Embaixada a Roma, Deputado da Meza da Consciência e Ordens, etc. (1).

Subiu depois à elevada dignidade de Principal na Sé.

Parece que era rico; e tanto, que fundou, do seu bolsinho, o Recolhimento, que ainda hoje lhe perpetua o nome, entre Santa Apolónia e a Cruz da Pedra.

Fiado pois na tradição, e no Tombo, admito que Lázaro Leitão possuísse um palacete, e que Joaquim Inácio da Cruz lho comprasse. O que é certo é que a sessão da Arcadia de 19 de Junho de 1764 se celebrou nas casas do Principal Lázaro Leitão Aranha (2); o que nos mostra o palácio resistindo ao terremoto, ou reedificado pelo dono nalgum desses nove anos (1755 a 1764).

*

Que já era prédio nobre, demonstra-o uma circunstância interessante: morou aí em 1755 o Embaixador de França, Marquês de Baschi. Eu explico:

Tinha recolhido á sua Côrte o Marquês de Chavigny, que em Lisboa residira alguns anos por Embaixador del-Rei Luís XV, e me parece morou, segundo li algures, em parte do palácio Pombal,

(1) Vi isso numa lista de cônegos, numa Miscelânea manuscrita da Bibliotheca Nacional B — II — 6, na fl. 9.

(2) José Ramos Coelho — Estados sobre o *Hyssope*.

à rua *Formosa*. Na vaga desse diplomata, nomeou o mesmo Soberano outro membro não menos ilustre da aristocracia franceza, o Marquês de Baschi, cuja familia, oriunda de antiquíssima estirpe italiana, que o dicionarista Moreri traz por miudos, se estabelecera havia séculos em França, e possuia lá, no Languedoc, na Diocese de Nimes, um solar de admirável estrutura, e terras consideráveis.

Ao certo o título deste Ministro era o de Marquês de Pignan, Barão de Aubais e de las Ribes. Nascido em Montpellier, em 1687, casou em 1725 com Ana Renata d'Estrades. Era pois ao tempo da sua embaixada sujeito que andava pelos 68 e certamente digno da confiança do seu Soberano.

Morou neste palácio em Lisboa, e teve em Junho de 1755 de fazer a sua entrada pública e solene, pela forma que vou referir.

A 8 passou a residir três dias, por conta e como hospede del-Rei de Portugal, na quinta patriarcal da Mitra em Marvila (Poço do Bispo).

*

A quinta da Mitra! admirável edificio, cheio de recordações, para mim em especial. Já que aí vamos poisar, na agradável companhia do Embaixador, falemos da casa.

Possuiam, imagino que desde séculos, os Prelados lisbonenses este retiro suburbano, que, pela sua situação à beira do Tejo, pela sua parte rústica opulentamente arborizada, e pelo esplendor do



QUINTA DA MITRA (Poço do Bispo)
desenho de Roque Gameiro

edifício em si mesmo, era uma verdadeira pérola dos arredores da Capital. O Cardeal D. Tomás de Almeida, magnífico sempre, reformou tudo, imprimindo às bemfeitorias o seu cunho de elegância e gosto.

A calçada em frente do palácio fê-la também D. Tomás, mais um cais, onde certamente Sua Eminencia embarcava quando ia a Lisboa em galeota.

Chegou intacta aos nossos dias esta habitação sumptuosa, que vista do Tejo apresenta o aspecto dos mais aristocráticos palácios do século xviii. Compõe-se de sobreloja muito alta e andar nobre, com suas nove sacadas elegantíssimas coroadas de cornija. Ao poente, entre duas janelas gradeadas, rompe-se o vistoso e largo portão de ferro para o pátio, donde sobe a bela escadaria largamente iluminada, que leva ao primeiro salão. É num dos vastos patamares desta escada monumental, que se abre a porta da tribuna, que domina a linda capela particular da casa.

Os salões, todos com muito pé direito, revestidos de azulejos ricos, mostram um ar quasi Real. O 1.º tem duas sacadas sobre o pátio, e três sobre a estrada. O 2.º duas sobre a estrada. O 3.º quatro sobre a estrada, e duas portas sobre o jardim. Segue sobre o mesmo jardim a vasta e elegante sala de mesa.

O jardim, desenhado à antiga, repartido em buxos recortados, ainda ostenta estátuas velhas, enegrecidas do tempo, um desafogado tanque, e numerosos azulejos ornamentais.

Ao fundo um portão sobre a mata sombria, chilreada, profunda, infelizmente cortada lá em cima pela linha ferrea, mas comunicada por uma ponte com o resto da propriedade.

Tal é, ao correr da pena, a célebre quinta dos Prelados, para onde se transportou o Marquês de Baschi.

*

À chegada dele, recebido por D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, Comendador nas Ordens de Cristo e Santiago, Védor da Casa Real, tudo ali respirava festa, porque do Tesoiro del-Rei se tinham levado para lá as mais vistosas armações de parede, os mais belos cortinados, camas completas para o Ministro e seu séquito, a baixela de prata mais opulenta, acrescentada então de doze dúzias de pratos de trinchar primorosamente lavrados em prata. Bizarrias portuguesas!

Vamos, com licença do ilustre habitante, percorrer as salas.

*

Nas duas primeiras viam-se os antigos retratos dos Arcebispos, renovados segundo diz João Baptista de Castro (1), pelo pincel eloquente e conceituoso do meu grande Vieira Lusitano. Examinemo-los.

O 1.º retrato da primeira sala não tinha nome. «Fatal descuido!» — observa Castro, e muito bem. Regra sem excepção, quanto a mim: todo o retrato

(1) — *Mapa de Portugal* — freguesia dos Olivais.

deve levar, patente ou disfarçado, o nome da pessoa figurada. Faça o pintor como quiser; mas consideremos: muito mais valeriam para nós, se lhes conhecessemos os assuntos, certas telas de Rubens, Van-Dick, ou Murillo, hoje só apreciadas como pintura.

O 2.º era D. António de Mendonça, da Casa de Val-de-Reis, 18.º Arcebispo. Por ter ele vinculado toda a sua fazenda ao morgado dos seus, fingiu-lhe Vieira no mesmo quadro um painel de Enêas com o pai ás costas, e por mote na moldura: *Pius in Parentem* (Compassivo e respeitoso para com seu Pai).

O 3.º, o Cardeal D. Luís de Sousa, 19.º Arcebispo. Liam-se os seus títulos num papel dobrado encostado a um copo com as suas Armas gravadas.

O 4.º, D. Rodrigo da Cunha, 17.º Arcebispo, no meio de uma livraria, em cujas lombadas se liam os títulos das suas obras literárias, tão conscienciosas e eruditas. Por baixo estes dois disticos:

*Invida Naturæ potuit tibi tollere vitam
Mors; vitam Famæ tollere non poterit.
Vivit adhuc, spiratque simul tua, Præsul, imago.
Vivit in his libris, spirat in hac tabula.*

(Invejosa da Natureza, pôde a Morte arrancar-te a vida; não lhe será dado, porém, destruir a tua Fama. Essa, ó Prelado, vive ainda, assim como a tua figura aqui respira; vive nesses livros, respira nessa tela).

O 5.º, D. Jorge da Costa, o chamado Cardeal de Alpedrinha, 8.º Arcebispo. Representava-se o Cardeal encostado a um bufete; sobre este um

livro aberto, onde aparecia a estampa do paralítico, a quem disse Cristo: *Tolle grabatum tuum* (!). Alusão à fugida do Prelado para fora de Portugal em dias del-Rei D. Afonso V. Sobre o bufete via-se também um globo com uma roda de navalhas de Santa Caterina; alusão à Infanta D. Caterina sua protectora. Ao canto as Armas dos Costas de Alpedrinha.

O 6.º, D. João Manuel, 16.º Arcebispo, Vice-Rei de Portugal.

O 7.º, D. Afonso Furtado de Mendonça, 15.º Arcebispo.

O 8.º D. Miguel de Castro, 14.º Arcebispo. «Deste Arcebispo — conta o incansável Castro — não se achou em todo Portugal outro retrato, mais que um, feito depois dele morto, com os olhos fechados, e deitado; e dizendo el-Rei a Vieira que era preciso ressuscitá-lo, ele o expressou com a mão esquerda no peito, e com a direita apontando para um reló io, que mostrava em duas aberturas adequadas o número do dia, e o nome do mês em que nascera, e no termo inferior do dito relóio o ano; e para significar que o tal relógio ali cessara, fez-lhe o apontador caído no bufete; e para dar satisfação à ordem do Rei, figurou-lhe no fundo um medalhão pendurado com a ressurreição de Lázaro, e um letreiro na moldura, que diz: *Veni foras.*» (Sai daí).

(!) — Levanta o teu leito e caminha — disse Cristo ao paralítico de Capharnaum. S. Marcos, II, 9.

O 9.º, D. Jorge de Almeida, 13.º Arcebispo.

O 10.º, o Cardeal Rei D. Henrique Descreve-o Castro assim: «Está figurado em um jardim solitário, em acto pensativo, com um masso de papeis na mão, e estas encruzadas. Ao lado direito uma estátua de bronze, que representa a Lusitânia, com a sua lança caída, e a figura disposta de modo, que está sem cabeça, porque justamente fica cortada com a moldura para simular o conceito. Junto do pedestal da dita figura está uma planta de cardo seco com dois caracóis pegados. Da parte esquerda está um bufete de pedra avermelhada, e sobre este um livro grande fechado, que tem no lombo escrito um letreiro, que diz *Reino de Portugal*. Sobre o dito livro está uma corôa de loiro, e sobre ela uma corôa Real, e um coelho, simbolo de Espanha, que desde um canto pucha pela laurea, e tomba a dita corôa Régia».

O 11.º, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, 11.º Arcebispo. Tinha, na parede do quarto em que figurava estar, um *Agnus Dei* de Paulo III, que foi o Pontífice que o criou Arcebispo (1).

O 12.º, o Cardeal Infante D. Afonso, 10.º Arcebispo. Expressava (não sei como) preferir a Teologia à Filosofia.

(1) — «*Agnus-Dei*. — Assim se chamam umas relíquias de cera branca, em forma de medalhas, que de uma parte teem a figura de um cordeiro, simbolo de Nosso Senhor Jesus Cristo, e da outra alguma outra devota Imagem. O Sumo Pontífice os benze e os consagra, o 1.º ano do seu Pontificado, e regularmente de sete em sete anos.»

O 13.º, D. Martinho Vaz da Costa, irmão do Cardeal D. Jorge, e 9.º Arcebispo. Estava em acto de ler umas conclusões, em que se lia o seu nome, e numa urna indiana as suas Armas.

Que bela galeria! onde parará hoje? o nosso desleixo português que responda, se pode (!).

Noutras salas armaram-se mezas para os festins, ricamente adornadas e providas. Na principal comia o Embaixador com o seu hospedeiro, e nas outras o séquito, sendo servidos todos por criados da Casa Real. O que havia melhor na cozinha elegante, e mais «toda a sorte de limonadas e orchatas nevadas, vinhos generosos, chocolates, e outras várias bebidas», tudo appareceu.

*

Acabados os três dias de hospedagem, recolheu-se o Embaixador à sua casa da rua do Loreto, onde foi visitado por todos os senhores da Córte, que tinham ordem de o acompanharem à audiência del-Rei D. José.

Nesse mesmo dia 11 aí appareceu pelas 3 horas da tarde o Marquês de Valença, D. José Miguel de Portugal e Castro, em coche Real admirável, acompanhado de mais quatro vassios para a comitiva estrangeira, escoltado de outros seus, e com

(!) Já alguém me affirmou que se acha no paço de S. Vicente. Não creio. Os retratos que há numa das salas de sua Eminência, e que muitas vezes tenho examinado, não são (nem podem ser) os que Vieira retocou. São outros.

o seu estribeiro à portinhola. Desceu o Embaixador a escadaria; o condutor apeou-se, e ainda o encontrou na escada. Saudaram-se reciprocamente com todo o cerimonial antigo, e subiram às salas, dando o Francês sempre a direita ao Português, o primeiro passo nas portas, e o lugar reservado nos sofás. Feito o cumprimento do pesado protocolo, levantaram-se; e, como desde esse instante começavam as funções diplomáticas do condutor, deu este à descida a direita ao Embaixador, fê-lo entrar em primeiro lugar no coche, e sentou-se-lhe à esquerda.

*

O Marquês de Baschi ia flamante: de capa e volta, com um vestido de veludo negro bordado a ouro, com bandas e canhões de setim encarnado também bordado a ouro, e abotoadura de ouro guarnecida de diamantes. O seu condutor D. Francisco ia também tão ricamente vestido, quanto o permitia a última pragmática.

Logo foram entrando todos nas suas carruagens, que enchiam os arredores, entre as admirações beatificas do povo; seguiram pelo Loreto, Chiado, rua Nova do Almada, Calcetaria, rua Nova dos Ferros, praça do Pelourinho velho, e desembocaram no canto oriental do Terreiro do Paço. Era uma fileira de cinquenta e sete coches; primeiro os Fidalgos da Corte; depois os Grandes acompanhados dos seus gentis-homens; depois dois coches riquíssimos do Marquês de Gouveia,

D. José de Mascarenhas de Lancastre, Mordomo-mór, Presidente do Desembargo do Paço; depois três coches do Marquês condutor, indo vasio o da sua pessoa, todo coberto de veludo azul guarnecido de doirados; as polés eram escultura com chaparia de bronze, tudo coberto de folha de oiro; depois outro do senhor D. João filho do Infante D. Francisco; outro do Cardeal Patriarca; outro de estado da Rainha, vasio; e logo a seguir, tirado por seis formosos cavalos murzelos, o riquissimo coche que levava os Marqueses de Baschi e de Valença, seguido de dois estribeiros a cavallo; logo os quatro coches com os gentis-homens do Embaixador, três em cada um, trajando pano fino cor de chumbo agalado de prata; por último o sequito do Embaixador, composto de três coches: o de estado, que ia vazio, com quatro criados a pé a cada portinhola, forrado de veludo carmesim agalado e franjado de oiro, e tirado por seis cavalos castanhos; nos outros dois iam criados graves, e Franceses nobres da colónia domiciliada em Lisboa; um com murzelos, o outro com urcos, ricamente adornados de xaireis, jaezes, e tirantes de cores, que respondiam às dos forros dos mesmos coches, e cada um com dois creados ás porteiras. Fechavam o préstito quatro picadores do Embaixador, a cavallo, de casacas verdes, véstias e canhões amarelos, tudo agalado de prata; e por último o seu ferrador e o seu porteiro, ambos a cavallo e com a mesma libré, e este último com um talabarte agalado, e empunhando um grande bastão de castão de prata.



O PAÇO DA RIBEIRA

Chegada do cortejo de um Embaixador à audiência d'el-Rei

*

No Terreiro do Paço achavam-se formados quatro regimentos de Infantaria; a saber: os da Armada e Marinha, de que eram Coroneis D. João de Lancastre e D. Luís Henriques, e dois da guarnição da Côrte, Coroneis o Conde de Lumiares e Manuel de Beça. Tudo a uma voz apresentou armas ao Embaixador, que suavemente inclinava a frente.

Entraram no pátio da Capela Real os coches Reais, ficando de fora os estribeiros.

Os Marquezes ambos se apearam no pé da escada da sala dos Tudescos, onde os receberam D. Antão de Menezes, Mestre-sala, servindo de Mestre de cerimónias, e D. Francisco Xavier Pedro de Sousa, já nosso conhecido, Védor da Casa del-Rei. Demoraram-se algum tempo na sala dos Gentes homens, talvez para dar tempo a que na sala do docel se formasse a Côrte na sua ordem. Depois conduziram os dois entre si o Embaixador à presença del-Rei.

Estava el-Rei no Trono, e formavam parede os Officiais mores, e os Grandes eclesiásticos e seculares.

Inclinou o Marquês, ao entrar, e ao passo que ia caminhando, as três cortesias, e chegou junto del-Rei, que se descobriu, e se cobriu logo. Falou o Embaixador, respondeu el-Rei, e retirou-se com outras três cortesias.

Dai passou ao quarto da Rainha D. Mariana Victória, e depois ao dos Infantes, D. Pedro e D. António.

*

Pelo mesmo caminho tornou o mesmo préstito ao palácio do Calhariz, dando sempre o condutor a direita ao Francês. Chegados à sala principal, concluída a cerimónia, logo se trocaram os papeis, passando Baschi a dar o lugar de honra ao Marquês de Valença. Serviu-se um *grandioso púcaro de água*, e terminado ele despediu-se o Português. O Embaixador deu-lhe a mão direita, e acompanhou-o até ao extremo inferior da escada, sem se retirar em quanto o não viu entrar no coche e abalar (1).

*

Acabei de descrever essa pomposa festa. Grandezas humanas, o que sois vós?!... Menos de cinco mezes andados, estremecia nos seus alicerces a esplêndida Lisboa que tal vira; e o paço da Ribeira, com as suas pompas, os seus arrazes, as suas colunatas, os seus salões, os seus quadros, as suas estátuas, as suas memórias... desatava-se num montão de ruínas!

Quem o diria aos Marquezes no dia 11 de Junho?!

(1) — Tudo isto é tirado do folheto *Relaçam da magnifica, e pomposa entrada que fez nesta Corte de Lisboa no dia 11 de Junho de 1755 o Excelentissimo senhor Marquês de Baschi, Embaixador de el-Rei Cristianissimo*. — Lisboa — Com todas as licenças necessárias.



CAPÍTULO XIII

Mais duas palavras sobre a quinta da Mitra.

Foi para aí que fugiram, a acolher-se do estrago do terremoto de 1755, as Freiras de Santa Mónica. Primeiro albergaram-se em confusão numa quinta próxima a S. Vicente, donde, logo a 3, partiram para Marvila procissionalmente, ás 8 horas da manhã, chegando às 5 da tarde. Já é andar!

Diz Castro:

«Acomodaram-se em algumas casas do palácio, que lhes mandou franquear Sua Eminencia, onde existiram exercitando recta e exemplarmente as suas obrigações religiosas, em quanto se não restituiram ao seu antigo domicilio.»

O sumptuoso palácio desta quinta resistiu ao terremoto. A escada é das melhores que tenho visto. Mármore, azulejos, traçado, tudo é magnífico.

Neste palácio faleceu a 7 de Maio de 1845 o grande D. Frei Francisco de S. Luís, e consta-me que as suas visceras, extraídas por ocasião do embalsamamento, se acham sepultas na ermida. (1)

*

Um dos seus sucessores entendeu alhear esta quinta, célebre por tantos motivos, e vendeu-a, comprando em seu lugar o palácio dos Condes de Barbacena no campo de Santa Clara. Sem me atrever, senão com muito custo, a discutir actos de tão elevadas personagens, direi apenas: não se percebe o motivo que obrigou à venda. Ruína do prédio de Marvila? não. Operação financeira que melhorasse os rendimentos da Mitra? também não, visto que o preço foi pagar a compra de outra grande casa. E para que foi esta compra? para morada urbana do Prelado? não, visto que Suas Eminencias teem habitado sempre o paço de S. Vicente. Logo, o que se lucrou foi só a perda de uma tão bela residencia suburbana a dois passos da Capital.

Poderá o leitor objectar-me:

— O Prelado lisbonense vendedor da quinta não tinha que dar ao público explicações da venda.

Respondo:

Não teria, de certo, se se tratasse de um prédio vulgar e banal, sem passado e sem interesse, como

(1) *Mapa* — freg. de S. Vicente.

há tantos; mas tratando-se de uma propriedade desta ordem, temos direito nós outros, nós os artistas, os homens de letras, os Portugueses estudiosos, enfim, de perguntar: que resultou a bem do público, a bem da Arte, a bem das tradições, que a Mitra representa, que resultou dessa venda de tão nobre propriedade? sendo um brasão dos Prelados lisbonenses, e um espécime architectónico de primeira ordem, era não menos um brasão da Arte em Portugal. Era preciso conservar aquele edificio.

Há objectos, que, mais ou menos, pertencem á Nação; alheá-los, despresá-los, é defraudar o País. A Lei moral, que rege a propriedade artística, é superior aos códigos humanos.

Nem toda a gente assim o entende, e isso é que escandalisa o bom senso.

Deus me livre de que os espiritos acanhados, fabricantes de interpretações, queiram ver nas minhas palavras francas e leais a mínima falta de respeito aos Prelados. Não os posso discutir na esfera da sua acção eclesiástica; no mais, em matérias artisticas ou administrativas, são falíveis como qualquer.

Ainda assim, é bem provável que a iniciativa da venda não provisse do senhor Cardeal; foi-lhe talvez suggerida essa triste ideia por algum administrador secundário sem responsabilidades; mas o que é certo é que o Prelado sancionou esse acto com a sua bondosa aquiescência, e a quinta da Mitra saíu da posse dos seus antigos e veneráveis donos.

*

Foi comprador o argentário castelhano Marquês de Salamanca; este vendeu-a em 1874 ao meu saudoso amigo o sr. Horatio Justus Perry, Encarregado de Negócios dos Estados-Unidos em Madrid, e um dos melhores, mais finos, e mais cultivados homens que tenho conhecido na minha carreira, que já não é curta. Como Perry se achava em Lisboa, foi seu representante na escritura de compra em Madrid seu cunhado o sr. D. Alexandre Groizard, depois Embaixador em Roma e Ministro de Estado e da Justiça del-Rei Católico. A quinta custou 54:000 duros (54 contos de reis).

Ficou pertencendo à ilustre viuva do bom Perry, a sr.^a D. Carolina Coronado, cujo nome dispensa elogios. Aí vou de vez em quando, áquele ninho de um glorioso passado, refocilar o espírito na conversação de S. Ex.^a, como um dos seus mais devotos e gratos admiradores e amigos, e na de sua filha a sr.^a D. Matilde, casada hoje com o meu querido D. Pedro de Torres-Cabrera, filho dos ilustres Marqueses de Torres-Cabrera.

A sr.^a D. Carolina Coronado vendeu em 31 de Outubro de 1902 esta residência célebre ao sr. António Centeno, banqueiro em Lisboa.



CAPÍTULO XIV

Ser-me-ia muito agradável, neste livro de *memórias*, deixá-las minuciosas do bondoso Mr. Perry: de mais a mais, desde que ligou o seu nome ao da grande e incomparável CAROLINA CORONADO, pertence á história literária de Hespanha, e «Hespanhóis somos nós todos, os Peninsulares». Como a biografia completa de tal homem seria impossível aqui, algumas palavras ao menos.

*

Horácio Justus Perry, filho de Justos Perry e Mary Edwards nasceu em Keene, cidade ferromineira do New-Hampshire, na florescente República dos Estados-Unidos da América do norte, a 23 de Janeiro de 1824. O pai, opulento proprietário, e cidadão conspícuo de Keene, e a mãe, senhora de Boston, no Massachussetts, faleceram

deixando filhos de menor idade, mas este já começado a encarrear num daqueles admiráveis colégios, ou antes academias, como tem a juvenil América, onde a educação física e prática, sábiamente unida à instrução gradual e profunda, tanto costuma desenvolver as faculdades dos alunos. Os cursos de Horácio foram brilhantes; em todas as humanidades deu provas de muita intelligencia, muita applicação e muito senso.

Saído do colégio de Keene, entrou no de Harvard em 1840, onde cursou Direito, e ao mesmo tempo estudou a fundo química e electricidade, etc., tudo coisas eminentemente práticas, ao passo que se tornava sabedor em todos os exercícios corporais, a carreira, o tiro, a equitação, o remo, e em todas as prendas de sala.

Depois de ter cursado Leis, levou-o o seu espirito aventureiro a uma viagem com o seu amigo e condiscípulo T. Bigelow pelos Estados do Sul, correndo e estudando as principais cidades. Chegado á Nova Orleans achou a população a preparar-se para a invasão do México sob o comando do General Scott.

O que se representou por esses anos aos olhos do mundo é mais uma prova de que o velocino áureo e os Jasões são de todos os tempos.

Foi o caso, que a fertilidade de certas regiões mexicanas suscitou as cubiças, quasi silvestres, da República sua limitrofe, e, mais do que essa fertilidade, a porta aberta da baía de S. Francisco. Em nome da comunhão dos interesses, reclamaram os Estados-Unidos o Orégon, conquistaram o Texas,

e fitaram os olhos na Califórnia, torrão pejado de oiro, e inexplorado pelos possuidores, com detrimento geral. Abortando, como abortou, a tentativa do Comodoro Jones, à mão armada, o gabinete de Washington, contra todos os princípios do direito comum e da equidade, começou hostilidades claras contra o vizinho México. Muito sangue correu, à voz do General Taylor pela banda do norte, e do General Scott pela do sul.

Nessa conjectura, e no meio da fumaceira das batalhas, chegou o jovem Perry, como disse, à Nova Orleans. Acendeu-se-lhe a imaginação, o patriotismo, o valor pessoal. Obteve logo licença para se alistar entre os valorosos voluntários, e tomou lugar a bordo de um navio carregado de recrutas, que iam preparar-se para a invasão de Vera-Cruz. Apresentou-se, apenas armado de uma pistola fabricada por ele próprio, porque neste homem singular as faculdades mecânicas sabiam unir-se às intellectuais.

Ofereceu-lhe o General James, a quem foi recomendado, o cargo de seu Ajudante de campo, com o posto de Capitão, deu-lhe a sua própria espada, e forneceu-o com um bom cavalo.

Serviu Perry valentemente no cerco e bombardeamento de Vera-Cruz; e finda a campanha pela capitulação da cidade, foi mandado a Nova Orleans portador de despachos, com tenção de voltar à guerra.

Tendo coincidido a sua viagem com o falecimento de sua querida irmã, teve que se demorar nos lares da família; mas a mudança do clima

temperado de Vera-Cruz para os frios de New-England atacou-lhe a saúde, já de si combalida, e ordenaram-lhe os médicos deixasse por certo tempo a guerra, e empreendesse uma viagem á Europa. Pelo que, saiu para o Havre, demorou-se pouco em França, bebeu as primeiras bafagens dos ares europeus, viu de perto a República francesa, e, quando se sentiu robustecido, embarcou a bordo do «Tay», com destino à Havana, donde esperava transportar-se de novo, retemperado de forças, para Vera-Cruz.

Mas o homem põe, e Deus dispõe. Intrometeu-se uma série de incidentes e demoras, que protraíram a viagem de três semanas a vários meses; e ao chegar Perry às águas de Vera-Cruz, achava-se a guerra concluída. Contudo, montou a cavalo, e encaminhou-se para a cidade do México, atravessando os principais campos de batalha, visitou os postos ocupados ainda pelo exército americano, assistiu à rendição do General Sant'-Ana, e teve uma interessante entrevista com o General Scott, voltando à costa com um troço de oficiais que abalavam com licença, entre eles o General Caleb Cushing.

Aquela conquista, que valeu, ainda assim, ao México a indemnização de 15 milhões de piastras (uns 40 milhões de cruzados), interessará a todos. Trásbordou sobre a Califórnia um dilúvio de forasteiros à busca de oiro; fizeram-se fortunas colossaes; houve um estremecimento de alegria no mundo comercial; e mais uma vez se viu, que as prepotências dos Governos fortes redundam não

raro em civilização. É triste, mas a espécie humana é assim; é preciso ás vezes desemperrar a força as molas da máquina.

Para descansar, e dar largas ao seu espirito irrequieto e aventureiro, empreendeu Perry, moço então de 23 anos, uma digressão pelos Estados Occidentais, e visitou pela segunda vez o célebre Niagara.

Ao chegar o seguinte inverno, de 1848 para 49, tornando a sentir-se incomodado, mandaram-no servir como Consul num porto da India, donde foi logo transferido, a instâncias do Presidente Taylor, para Madrid na categoria de Secretário de Legação. É a sua nomeação datada de 4 de Outubro de 1849.

Começa com esse novo emprego uma longa série de serviços, prestados ao seu País com um zelo, uma pontualidade uma intelligência, superiores a toda a expressão. Era Perry um formoso mancebo, cheio de talento, amável, conciliador, e soube grangear na Côte de Espanha as mais dedicadas simpatias, que muito contribuíram para aplanar dificuldades políticas, e dispôr sempre favoravelmente o Governo castelhano em favor dos interesses da grande República.

Quem lhe diria então, que esse doirado exilio diplomático nas terras peninsulares havia de afastá-lo para todo sempre da Pátria! assim foi; nunca mais a ela logrou voltar.

Serviu como Secretário da Legação dos Estados Unidos, e durante temporadas de anos como Encarregado de Negócios, no interregno dos Ministros titulares, ou na ausência deles; foi em conjuncturas

díficeis verdadeiro Ministro, assumindo com denodo responsabilidades árduas, e conseguindo temperar pelas suas maneiras, pela sua finura, e pela sua nurca desmentida bondade, as asperezas do serviço.

Passo por alto a lista dos Ministros com quem trabalhou, e a quem muito auxiliou, conservando-se na sombra quanto podia, e desejando só uma coisa: que os Estados Unidos obtivessem nas Côrtes do velho mundo a alta e merecida consideração.

Passo também por alto os tratados internacionais em que interveio, e chego a um marco miliário da sua existência: o seu casamento com uma formosa e talentosíssima Castelhana.

Nas salas da primeira sociedade madrilena florescia, entre o aplauso e a estima de todos, a começar em S. M. a Rainha D. Isabel II, uma graciosa adolescente, cheia de prestígio, celebrada pelos poetas, admirada do público, e rutilando já então como estrela de primeira grandeza na Literatura de Castela; falo de Carolina Coronado, filha de D. Nicolau Coronado Cortez, de la Serena, e de D. Maria Antónia Romero de Tejada, de Almedralejo. Descendiam ambos de famílias antigas da aristocracia provincial, mas nem sequer suspeitavam ainda, talvez, que a maior aristocracia da raça havia de provir-lhes de uma tal filha.

Entre todos os mais nobres e distintos pretendentes, preferiu a juvenil Carolina o Secretário de Legação Perry, a quem deu mão de esposa, a 6 de Julho de 1852, provando assim a sagacidade e os dotes da sua alma.

Diz um jornalista americano :

«Era já então a jovem noiva escritora de finos quilates, e apreciavam-na já os melhores críticos como a primeira poetisa das Espanhas. A estima que lhe grangeavam os seus talentos e as suas virtudes, o seu encanto pessoal na sociedade, a sua influência, como chefe nos centros literários (que o eram também políticos, porque os estadistas madrilenos são muitas vezes altos cultores das Letras), o especial agrado que lhe mostrava a Rainha Isabel, todo esse conjunto de circunstâncias contribuiu para o bom êxito do papel diplomático do marido, e, unido à sua reconhecida perícia, elevado carácter, e maneira insinuante, lhe grangeou junto do Govêrno de Espanha influência sem precedente entre os diplomatas americanos.»

Tencionava, e desejava ardentemente, o nosso zeloso servidor ir matar saudades da Pátria; mas quando se preparava para a viagem, o estado de sua mulher, muito abalado desde o nascimento da primeira filha, Carolina, obrigou a família a adiar o projecto.

Nisto, principiava a comunicar-se aos antigos continentes a actividade industrial e científica da grande América; ia despertando a opinião para o estabelecimento de linhas telegráficas submarinas internacionais; e Perry aproveitado aluno de bons mestres electricistas na terra clássica de Edison, entrou em empresas colossais, sob a direcção e com a cooperação de grandes sábios, tais como o Professor S. F. B. Morse, Sir Charles T. Bright, Mr. John Wskkins Brett e outros ingleses e ame-

ricos, para a fundação de cabos electricos entre a Espanha e vários pontos do Mediterrâneo, projectando a larga rede entre as principais ilhas Oest-ocidentais e os continentes americanos do sul e do norte. Tudo isso, hoje aproveitado, se deveu aos privilégios originariamente concedidos pelo Governo espanhol a Mr. Perry em 1859.

A medonha luta da secessão veio encontrá-lo prestes a largar os seus pacíficos empregos, aliás tão trabalhosos, e a ir oferecer o seu braço e a sua espada em defesa da União; o que não pôde realisar, porque as instâncias do seu Govêrno o constrangeram a ficar em Madrid, com a graduação de chefe de Missão interino. A 5 de Junho de 1861 tomou posse da Legação americana; e tão influentemente lidou, que em poucos dias alcançou do Governo da Rainha a proclamação da neutralidade, datada de 17 do mesmo mês.

Nenhum dos muitos e valiosos serviços que prestou mereceram à sua ingrata Pátria, onde os governos e as intrigas se sucediam com vertiginosa rapidez, ser elevado, como auspiciavam os amigos, à categoria de Ministro Plenipotenciário; e achando-se aos quarenta e seis anos de idade, e cansado de lutas, resignou o cargo, e retirou-se à vida particular, continuando em Madrid, onde o retinham os seus interesses, assim como a casa e a saúde de sua virtuosa mulher.

Ficou Director da Companhia de telégrafos de Cuba, e de outras, protegendo sempre os seus concidadãos, conservando a consideração do corpo diplomático, e a estima da alta sociedade madrilena.



HORATIO JUSTUS PERRY

Perry, além das outras prendas com que o dotara Deus, era escritor; mas tão modesto quanto distinto. Em trechos autobiográficos, por ele publicados em algumas folhas da sua terra, mostra dotes raros de contista, um *humour* sereno e fácil, um coração afectuoso e lembrado, e um estilo terso e puro, que é verdadeira delícia literária. Nisso, e em alguns estudos históricos empregava os ócios que lhe sobravam da vida elegante e da vida de família.

Em 1873 teve a desgraça de perder sua filha primogénita, com dezasseis primaveras; esse desgosto, que o surpreendeu e acabrunhou, esteve a ponto de destruir a existência da sua gloriosa companheira; pelo que, saíram de Madrid e fixaram-se em Portugal.

Comprou Perry a Tomás Maria Bessone a linda casa e quinta de Paço de Arcos; habitava quasi sempre no Hotel de Bragança; e comprou ao Marquês de Salamanca a soberba quinta da Mitra, no Poço do Bispo.

Estimadíssimo entre nós, frequentando um resumido círculo de amigos e diplomatas, em Paço de Arcos veio a falecer entre os braços de sua mulher e de sua segunda filha, Matilde, a 22 de Fevereiro de 1891.

A sua morte foi inolvidável perda para todos os que o conheciam, para as Companhias onde o seu nome era garantia segura, e para a sua Pátria, onde os jornais celebraram, em termos calorosos, a instrução, a probidade, a bondade, o t t o tão bem personificados pela Providência no simpático e digníssimo Horácio Justus Perry.

Possam estas linhas durar na memória dos homens, e levar à posteridade os exemplos de um bom.

Conheci-o de perto; tive a honra da sua intimidade; as minhas palavras de elogio póstumo devem ser acolhidas como verdadeiras. (1)

(1) O palácio da Mitra foi adquirido pela Câmara à Sociedade Exploradora da Fábrica Seixas, em 15 de Abril de 1930, na intenção de instalar ali o Matadouro que acabou por ser instalado nos Olivais. Nos terrenos da Sociedade Seixas, acomoda-se, então, a Estação da Limpeza Oriental, e, em parte deles, cria-se o Albergue da Mitra. No Palácio que fôra dos Prelados de Lisboa, onde esteve, no rez do chão a Biblioteca do Poço do Bispo, inaugurada em 17 de Outubro de 1934, acha-se agora, e desde 1942, depois várias obras de adaptação, o Museu da Cidade de Lisboa que, decerto, terá, em melhor oportunidade, uma acomodação mais apropriada e mais central. (Nota de M. S.)



CAPÍTULO XV

Ao nascente do palácio Sobral, hoje da Caixa geral dos depósitos, e separado dele apenas pela rua *da Rosa*, vemos o belo solar que deu nome ao sítio. Pertence aos srs. Duques de Palmela, descendentes e representantes dos antigos Sosas Calharizes, morgados do Calhariz.

Até se fundar este palácio, pelo modo que vou narrar, encontro estes Sosas morando em várias partes, não saberei dizer se de propriedade, se de aluguer. Em 1561 na rua *da Pelada*, freguesia dos Martires, a dentro do postigo do Duque de Bragança; ⁽¹⁾ e possuíam nos principios do século xviii umas casas ao *Forno do Tejolo*, em Lisboa, avaliadas em 19 mil cruzados (7:600\$000 reis), as quais subrogaram ⁽²⁾.

(1) J. C. Feo — *Os Duques* — pág. 438.

(2) J. C. Feo — *Os Duques* — pág. 460.



Vivia no século xvii D. Francisco de Sousa, de quem tratei no volume antecedente, homem notável muito importante na sociedade do seu tempo, nascido a 7 de Agosto de 1631, 4.º Capitão da Guarda alemã, filho de D. António de Sousa e de D. Leonor de Melo Coelho. Fala dele, e de todos os parentes, João Carlos Feo, o conhecido e apreciadíssimo genealogista, no seu livro *dos Duques*, e diz por outros termos muito mais do que vou dizer.

Morava D. Francisco pelo 3.º quartel do século, na rua *do Lambaz*, por trás da paróquia de Santa Catarina. Esse nome tomou-o a rua por causa de um irmão de seu bisavô, o qual irmão se chamou D. Diogo de Sousa, o *Lambaz* de alcunha, guerreiro valente, morador em Abril de 1590, segundo um documento, «a Santa Catherina», o que decerto se refere à mesma casa, vista a situação da mencionada rua.

Essa alcunha do *Lambaz* (sempre fomos muito fortes neste género de epigramas) não me consta donde proviesse : ou da guedelha hirsuta do sujeito, ou talvez antes de ser ele guloso, lambareiro, apreciador e entendedor dos produtos culinários (*gourmet*), ou lambão, comedor, lambaz, palavra que diz muito, mas quasi desapareceu da circulação.

Morava aí ; mas onde ? não vejo outra habitação nobre nessa curta viela, senão aquela onde viveu muitos anos o Conselheiro José Silvestre Ribeiro, e onde várias vezes o visitei.

Se do escolhido dos manjares, e da perícia dos cozinheiros proveio a alcunha que distinguia a D. Diogo na alta sociedade contemporânea, não sei decidir; há problemas indecifráveis. O que não é duvidoso é o elevado merecimento de D. Francisco.

*

Era D. Francisco pessoa muito culta, e amiga dos doutos. Haja vista uma carta, que em 15 de Setembro de 1699 escreveu, em termos affectuosos e lisonjeiros, ao grande Bluteau então em Paris (1); e o Theatino denuncia-o á posteridade como «varão cortado dos astros para modelo da galantaria aulica e da política sagacidade» (2). Noutra parte dá-o como «cavalheiro em toda a matéria aulica consultado como oráculo; cuja presença inspirava respeito, e cuja ausencia ainda hoje martirisa a nossa saudade» (3).

*

Talvez mal contente com a sua casa de Belver, ambicionou D. Francisco de Sousa outra residência, em sítio mais alegre e frequentado; deitou os olhos a um terreno aí perto, enquadrado entre a rua *direita do Loreto*, a *do Trombeta*, a travessa *das Mercês*, e a *da Rosa*. Era proprietária do chão a Condessa Baroneza de Alvito, muito sua parenta, que lhe vendeu o seu quinhão por 18.000 cruzados, mais um terreno e umas moradinhas contíguas na

(1) Acha-se no princípio do T. I. do *Vocabulário portuguez e latino*.

(2) Prologo *Ao leitor malevolo no Suplem. do Vocab.*

(3) *Prosas académicas* — P. I.

mesma *ilha*. Havia também outro casebre na travessa *das Mercês* pertencente à capela instituída por um certo Fernão Peres, com encargo de Missas no convento de S. Francisco; administrava-a o Licenciado João Batista, que a subrogou a D. Francisco por um juro de 5\$000 reis, rendimento dela, no Estanque do tabaco; para o que, se lhe passou alvará de licença em 20 de Outubro de 1699.

D. Francisco, precisando dinheiro para essas transacções, que fez? vendeu uma casa nobre de dois andares, que possuía na vizinhança de S. Crispim, e onde moravam, cada um em seu piso, João Pereira de Araújo, e o Prior da Madalena, e também outras, que lhe pagavam 8\$000 reis de foro, no mesmo sítio, todas elas pertença do vínculo instituído por D. Maria da Silva; renderam-lhe 8.000 cruzados. Precedeu esta alheação o alvará de 23 de Janeiro de 1698. Vendeu mais uma quinta, herdades, e terras, que possuía em Tavira, e que eram do morgado de Francisco da Costa e D. Filipa Barreto, subrogando-as, em virtude do alvará de licença de 2 de Fevereiro de 1703, a Sebastião da Fonseca Pimentel, Escrivão da Câmara da dita cidade, ficando os compradores obrigados aos encargos pios (1).

Realizou então o seu sonho, e edificou o grande e alto prédio, que, por ser do Morgado do *Calhariz*, deu nome ao sítio.

(1) Tado isso vem nas *Mem. dos Duques* — pág. 448. — Pergunto: seria esse Sebastião pai, ou avô, da boa, da talentosa Leonor da Fonseca Pimentel, que tanto brado deu em Itália?

Apesar de que o palácio teve modernamente muitas alterações, percebe-se que foi desde o seu princípio obra notável. Um anexo lhe faltava: jardim.

E apesar disso, parece ter sido este D. Francisco de Sousa muito apreciador de flores. Sabem porquê? porque possuía, não sei em que quinta, talvez nalguma estufa, uma flor muito especial, chamada então *Cabo da boa-esperança*, por ser oriunda desse promontório célebre. Algum jardineiro saberá dizer a que planta corresponde hoje aquela denominação. Os sinais são estes, segundo Bluteau (1): «Tem as folhas vermelhas, com visos de oiro; tarda anos em nascer».

À mesma flor fez um antigo o soneto seguinte, que o bom do Theatino se não dedignou de transcrever:

Esta nova africana flor vestida
de oiro purpureo e purpura doirada,
do Tormentoso Cabo trasladada,
dos nossos olhos nunca conhecida,

as vistas busca, as atenções convida,
pois que rica se vê, se ostenta ornada,
entre luzidos raios encarnada,
entre encarnados nácares luzida.

Quando os realces, quando os resplendores
da purpura consegue, do oiro alcança,
resplandece na côr, no metal arde.

E se tarda em nascer mais que outras flores,
como natural é de uma esperança,
traz da pátria a razão para que tarde.

(1) *Vocab.* — Suppl. — verb. Cabo.

*

Já neste novo palácio da rua *direita do Loreto* habitou um filho do fundador, chamado também Francisco, e nascido em Lisboa, talvez na rua *do Lambaz*. «Passando para o sumptuoso palácio que seu pai edificou, desde os primeiros anos floresceram e fructificaram os seus estudos». — palavras do Conde da Ericeira no *Elogio* recitado a 17 de Novembro de 1729 numa conferência da Academia Real da História (1).

D. Francisco, o fundador, faleceu a 5 de Fevereiro de 1711, com seus noventa anos de vida e poucos de goso do seu magnífico prédio.

*

Seu filho, o mencionado D. Francisco, também ali faleceu em 14 de Novembro de 1729, com vinte e nove anos, nove meses, e vinte dias, havendo nascido a 25 de Fevereiro de 1700. Foi senhor da Casa, e Capitão da Guarda alemã dos Archeiros. Sepultaram-no na sua capela dos Santos Reis, em S. Francisco de Xabregas (2)

Parece ter sido rapaz aplicado e inteligente. Inocência não me dá notícia dele; mas num volume de antigas Miscelâneas manuscritas, que possuo, e que pertenceu a meu Pai (3) topei com uns sen-

(1) Colecção da mesma Academia — T. X.

(2) *Gazeta de Lisboa*, n.º 46, de 17 de Novembro de 1729.

(3) E o códice 220 da minha colecção *Olisiponiana*.

saboríssimos versos, de autor anónimo, que dedicou a D. Francisco, Capitão da Guarda Alemã e Académico da Academia Real da História, uma série de insulsas oitavas ao casamento do Príncipe D. José em 1729. A sua dedicatória ergue ás nuvens os merecimentos civicos e áulicos do Académico, bem como os seus predicados literários; e nela se confessa o poeta por autor de versos latinos em elogio do Calhariz.

*E se em plectro latino
do vosso Calhariz canto as grandezas, etc.*

Não creio fosse o elogio do palácio novo, mas talvez antes o da célebre quinta desse nome. Talvez esta circunstância descubra o poetastro a alguém mais atilado do que eu. Da mesma peça poética também se infere que D. Francisco estava escrevendo para a Académica uma história, ou crónica del Rei D. Fernando e del-Rei D. Pedro o Cru. Tudo nobilitações intellectuais para a estirpe.



CAPÍTULO XVI

A quinta do Calhariz, junto à Arrábida, merecia aqui (entre parêntesis) muito demorada e muito especial menção. O sitio, o palácio, as matas, as tradições que animam o formoso ermo, requeriam poemas, e eu não tenho forças para essas áfricas. Só deixarei aqui uma notícia:

Este mesmo D. Francisco teve a honra de hospedar no Calhariz, de 15 para 16 de Maio de 1726, a el Rei D. João V e aos Infantes D. Francisco e D. António, que tinham ido montar à serra, chegando a Lisboa às 8 horas da noite de 16 ⁽¹⁾.

*

Depois desta notícia magra e sucinta, seja-me permitido intercalar nas minhas páginas uns fragmentos do livro de Eduardo Barreiros intitulado *Caça*, obra muito vivida, muito pitoresca, e de

(1) *Gazeta* n.º 20, de 16 de Maio de 1726.

tanta sedução, que até aos *boçaes*, como eu, aos que detestam a arte cinagética, sabe encantar e arrastar.

Trata-se de uma caçada no palácio do Calhariz. E diz o autor:

.....
«Anunciada ao som da buzina — a verdadeira, de concha, o búzio dos pintados e esculpidos tritões mitológicos—, à luz de archotes que tornava pálida as luzentes estrelas da fria noite de 20 de Janeiro de 1870, entrava os portais de ferro da esplanada, em frente do palácio do Calhariz, uma cavalgada de prestos e bons cavalos, que, rendidos um pouco da jornada, estendiam o pescoço à cedida mão dos que os montavam, não menos cançados também.

«Creados do séquito, e outros de casa, tomavam das redeas e do freio as abandonadas bestas, de que se apeavam duas senhoras, — uma a dona da casa — ajudadas pelos cavaleiros, os maridos, e o que estas linhas escreve.

«Descançava mais que os outros, com o terminar do dia, para ele mais fadigoso no trabalho e nas responsabilidades, o já não moço feitor da propriedade, dela administrador, e patrão, na ausência larga dos verdadeiros donos.

«No seu cavalo ruço, lanzudo, pacato, e triste, fizera duas vezes o caminho, com as voltas e reviravoltas a que o obrigava, não só o chamar as atrasadas carruagens para as senhoras descansarem, mas também o acudir à dispersa e extensa caravana de carros e criados, assim como procurar os que nas inúmeras veredas se perdiam.

«A toque de busina — de latão essa, e de palheta, que demandava menos sopro e arte — chamava os extraviados, despertando ecos nos pinhais, sons plangentes sem resposta, que o faziam rubro de desespero, ficando ele e a alimaria estafados ambos.

«Foramos de Lisboa (pelo Seixal, ou por Cacilhas, dúvidas das senhoras, que a delicadeza ainda hoje manda respeitar) por caminhos — não havendo ainda estradas — traiçoeiros, que, apesar de reparados a propósito, estafavam na fôfa areia o gado, e nas ocultas raízes faziam em astilhas as carruagens. Que o diga a *victoria*, que dextas mãos, e mais videntes olhos femininos a guiá-la, não souberam impedir que ficasse num feixe.

«Mas que de belezas!

«Deixavamos o formoso Tejo atraz, e a alvejar ao lonje a casaria de Lisboa. Passada, no principio, seguida rua, viam-se casas a rarear, a da pintada janela do gato no tapete, e outras, quintas, parreiras portuguesas, e mirantes debruçados sobre a estrada — ali estrada ainda — que entrava profunda nas barreiras dos vermelhos saibros, e em que sobranceiros pinheiros verdes se destacavam, com as raízes a descoberto, parecendo mal seguros, mas firmes, tranquilos. E de quando em quando o Tejo aparecia ainda, a despedir-se nos esteiros, em baixo, formando serenos e espelhentos lagos, em que se reflectiam as árvores e o céu desse límpido azul tão nosso. Mais adiante, o sol em raios rompia as verduras eternas das copas

dos sombrios pinheirais, alumando as rasteiras plantas com brilhantes reflexos nas humidas folhas, e, em cambiantes, as névoas, que por vezes subiam dos fojos, para, no cair da tarde, prolongar sombras, roxo o céu no triste desaparecer do dia.

«Era a natureza a segredar-nos na alma, com a sempre eterna arte, mistérios para nos confortar.

Di riposo e di pace albergo vero.

«Este gazalhador convite liamos sobre a porta principal do palácio, a que chegavamos.

«O palácio parecia enorme na escuridão da noite; fantástico nas trémulas luzes dos archotes, acordava pensamentos cavaleirosos e românticos de Montoyas e Tenorios. Trazia à lembrança, a par das festas e prazeres realmente ali gosados, mais vivas as mágoas e acerbos dores também sofridas.»

Depois descreve-nos o vestibulo vasto, com a sua larga chaminé ao fundo, a sua grande Diana caçadora, e em volta os meios-corpos de colossais veados ressaído da parede. Depois as merendas na quinta, as guitarradas camponezas, a Missa na capela, e as alegrias expansivas dos victoriosos caçadores.

Respiram mocidade e entusiasmo essas páginas de Barreiros, burocrata cumpridor e severo, de quem a aragem dos pinhais fez um estilista do maior agrado.

*

Veio tudo isto a propósito do palácio da serra. Voltemos num relance a Lisboa; e continuemos com a rápida história da habitação que os mesmos donos possuem no coração da Capital.

Não me arrependo de ter forrageado com tanta sem-cerimónia no livro de Barreiros. Se o leitor é amante de caçadas, há-de agradecer-me o brinde. Se é artista, há-de agradecê-lo aos dois: ao autor, e ao plagiário.



CAPÍTULO XVII

É bem provável, ou certo, que no novo palácio de Lisboa ficaram habitando as sucessivas gerações descendentes; parece-me porém entrever que nos fins do século XVIII, e princípios do XIX, aí se estabeleceu, por se achar devoluto o palácio, a Academia Real de Fortificação fundada em 1790. Os Almanques dão as aulas funcionando *no palácio do Calhariç*. Ora como então se achou muitos anos D. Alexandre de Sousa-Holstein, Embaixador em Roma, não me parece impossível que arrendasse a sua morada.

Em 1803, e seguintes anos, aí se achava a Academia de Fortificação, avó da nossa Escola do Exército; parece-me que se interromperia pouco depois a sua estada, atento este aviso da *Gazeta* (1):

«Segunda feira, que se hão-de contar 14 do corrente mez de Outubro, pelas 10 horas da manhã

(1) N.º 243, de 12 de Outubro de 1811.

abrem-se todas as aulas da Academia Real de Fortificação, Artilharia, e Desenho, que se acha outra vez no palácio do Calhariz ao Bairro alto».

Esse *outra vez* indica interrupção. Com efeito, em 1791, e anos seguintes, esta Academia era *nas casas da Fundição, ao Campo de Santa Clara*⁽¹⁾, donde passou, como digo, para o Calhariz.

*

Chegando aos tempos modernos, depara-se-nos na longa e brilhante resenha genealógica dos Sousas Calharizes o mais célebre dos seus membros, o ilustre D. Pedro de Sousa-Holstein, 1.º Conde, 1.º Marquez, e 1.º Duque de Palmela, homem de esfera superior, talento insigne como diplomata e estadista, mundano elegante e senhoril, que até como poeta em língua estrangeira conquistou merecido aplauso.

Este Duque alugou o andar nobre do palácio de seus maiores à Câmara Eclesiástica pela renda de 800\$00 reis. Em 1830 foi mandada esta Câmara sair, e desde Junho desse ano ocupou a casa a Contadoria fiscal da Tesouraria geral das Tropas. Durante o Governo do senhor D. Miguel o proprietário não auferia renda, porque esse Governo considerava seus os bens de todos os que se tinham dedicado à causa da senhora D. Maria II. O Duque depois da instauração do Governo constitucional pediu ser indemnizado do que deixara de receber. Creio que foi embolsado de tudo.

(1) *Almanaque*, pág. 430.



O DUQUE DE PALMELA
D. Pedro de Sousa-Holstein (na sua mocidade)



M. J. JOSÉ
DE E. J. JOSÉ

PALÁCIO DOS DUQUES DE PALMELA
no largo do Calhariz em Lisboa

Como era artista na alma, magnificante de índole, e habituado desde o berço às grandezas da Europa mais aristocrática, desejou aperfeiçoar e restaurar a sua casa.

Em 1834, na aurora do sistema constitucional, que tanto prometeu, e tanto nos enganou, não morava o Duque aí, mas sim num palacete de um só andar, pertencente ao Marquês de Santa Iria, na rua de *S. Pedro de Alcantara* esquina da travessa de *S. Pedro*, palacete nobre e com ar antigo, que ainda conheci, e que hoje se acha substituído por uma garrida habitação moderna, destas que parecem de *biscuit*. No verão de 1834 aí morava o Duque, estando sua família a banhos em Pedrouços. Por sinal que aí foi pintado, por um bom pintor inglez, Simpson, um belo retrato do Duque D. Pedro; este retrato deve existir em poder de sua illustre neta. Simpson também pintou o Imperador, o Almirante Napier, etc. (1).

Não sei quando findaram as obras no Calhariz; mas sei que em 1842 davam começo. Vejamos como:

*

A rua do *Trombeta*, que desemboca pelo norte na travessa dos *Fieis de Deus*, desembocava dantes pelo sul no largo do *Calhariz*, costeando a face

(1) Informações autênticas obtidas em 8 de Agosto de 1866, de pessoa que frequentava a casa Palmela. Tomei logo apontamento do que ouvi, porque esses assuntos ligam-se todos.

oriental do palácio. Em Dezembro de 1842 combinou a Câmara Municipal com o ilustre homem de Estado ceder-lhe o lanço da dita rua ao longo do palácio, e as casas pequenas e insignificantes que a orlavam até a rua *da Atalaia*, a fim dele derrubar esses pardieiros, e em todo o espaço construir um jardim e um prédio em continuação da fachada sobre a travessa *das Mercês*. Nenhum transtorno causava essa alteração à viação pública, visto existirem a curtíssima distância as ruas *da Rosa* e *da Atalaia*, que ambas desagoam no *Calhariç*. Por essa cedência entregou o Duque ao Município um conto de reis para ser aplicado à construção de um cano geral na calçada do Combro (1).

Mãos á obra; e passado tempo, o sítio gosava de incontestáveis melhoramentos artísticos devidos á iniciativa de Palmela; e não só artísticos; haja vista o cano geral que ele á sua custa construiu em 1845 em parte da rua *da Atalaia*, desde a porta do seu palácio até á rua *das Salgadeiras*, bem como outro que recebesse as águas em duas sargetas no principio da rua *do Trombeta*, que ambos doou ao Município (2).

*

Quando cá esteve Raczyński, andava em 1844 acesa no *Calhariç* a faina das obras do Duque, dirigidas pelos cenógrafos e architectos Rambois

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L.*, em 1842, pág. 51.

(2) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. de L.*, em 1845, pág. 19.

e Cinatti (1). Com Cinatti visitou o Conde o palácio do Calhariz, em obras, e desabitado, por morar então o Duque de Palmela no seu palácio do Rato, de que tratarei no seguinte volume. Viu as novas pinturas decorativas e os estuques, que tudo era executado sob a direcção do talentoso cenógrafo. Raczynski, sempre severo, (muita vez de mais), não aprova tudo.

*

O palácio, tal como o vemos hoje, consta de lojas, sobrelojas, 1.º andar, e 2.º andar, que é o nobre, corrido de mezaninos elípticos colocados no sentido horizontal. Sete janelas de frente; as da sobreloja pequenas, as do 1.º andar maiores, todas de peitos, as do andar principal belas sacadas adornadas de cornija ressaída. No meio, um largo portão muito elegante entre duas colunas dóricas reunidas por um entablamento que serve de suporte a uma varanda abalaustrada respondente à sacada única do 1.º andar. Sobre as ruas *da Rosa* e *a do Trombeta*, (antigamente prolongada, como disse, até á rua *do Calhariz*) tinha o palácio duas faces; a segunda porém dá hoje sobre o jardim contíguo, ornado de seu grande portão de ferro entre duas colunas grossas sobrepujadas de vasos com piteiras; na esquina da rua *da Atalaia* tem este jardim um edículo monumental de cantaria, em bonito estilo, que nada desdiz do da casa, traçado pelo

(1) *Dict. hist. art.*, pág. 239.

lapis imaginoso e teatral de Cinatti. A frente sobre a travessa *das Mercês* é maior que as outras, porque se prolonga num novo corpo de edificio acrescentado pelo Duque D. Pedro, e que faz fundo ao jardim.

No alto, junto à cornija da frente principal, campeia o Brasão, adoptado (menos acertadamente, quanto a mim) por estes nobres Sousas: as Armas puras do apelido; quando é certo não serem eles os chefes da linhagem dos Sousas (1).

*

Entre os quadros que Raczynski examinou, menciona um S. Miguel derrubando o dragão, tamanho natural, em madeira, que ele já tinha visto na oficina de Tiniranzi, grande restaurador que então trabalhava em Lisboa; mais oito quadros da vida da Virgem, de Abraão Prim; quatro quadros em cobre, estilo de Breughel; o retrato de um homem calvo; o de um Ministro do tempo de Pombal; um tecto antigo, estilo Luís XV, rico, como composição e como perspectiva. Menciona mais alguns quadros do palácio do Rato, que não têm lugar aqui, e por fim, referindo-se ao palácio do Lumiar,

(1) Toda esta descrição architectónica, assim como o desenho da gravura que o leitor tem diante dos olhos, foram feitos à vista de uma bela fotografia, que em 8 de Fevereiro de 1890 me ofereceu o meu velho amigo Eduardo Montufar Barreiros, Par do Reino, Secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

cuja quinta contemplo neste momento (27 de Agosto de 1901, 8 1/2 da manhã), escreve isto, que não resisto a estampar:

«No seu palácio do Lumiar possui o Duque belos esmaltes no género dos de Limoges dos séculos xiv e xv. Vi-os eu, por sinal em certo dia que tem de ficar sempre a lembrar-me. Foi em 24 de Novembro, no dia seguinte ao encerramento da grande discussão decisiva da sorte do Ministério. Tinha o Duque dado uma esplêndida reunião em honra de Fuad Effendi, Embaixador da Turquia. Viam-se reunidos às mesas de jogo, e ao banquete, e às contradanças, os adversários políticos mais encarniçados; todos pareciam satisfeitos. O dono da casa ostentava-se perfeitamente amável; e até mesmo as jovens e graciosas senhoras, acusadas na véspera ainda (creio que sem justiça) de atíçarem o fogo, mostravam nesse dia aquela alegria suave e aquele retraimento elegante e natural que as distingue» (1).

*

Este Fuad Effendi, que não sei se era *Embaixador*, se *Ministro Plenipotenciario*, era um belo sujeito, alto, com grandes bigodes, vestido á Europeia, a não ser o *fés*, que trazia sempre na cabeça. Usava óculos doirados. O Secretário da Missão era um Turco baixo e de cabelo loiro.

No baile estiveram também o tenor Conti, e a célebre Boccabadati, de S. Carlos, e cantaram duas peças, sendo uma delas um dueto da *Lucrecia Borgia*.

(1) *Les Arts en Portugal*, pág. 401.

O Duque levava a Gran-Cruz da Torre e Espada, e o Tosão d'oiro ao pescoço. Foi ele mesmo quem, por um requinte próprio da sua alta polidez, foi conduzir pelo braço a Boccabadati até o piano (1).

A festa deve ter sido em 1841 ou 1842, pela comparação das datas em que esses dois actores se acharam em Lisboa (2).

*

No palácio do Calhariz deu este 1.º Duque muitas festas notáveis, realçadas pela sua maneira gazalhadora e fácil. Dizem-me que uma das coisas que mais impunham era a Guarda Real dos Arquivos, formada em alas ao longo da escadaria, e dois a cada porta das salas; circunstância que só lá se podia ver, por ser ele o Capitão da dita Guarda.

*

Muitos anos conheci desabitado o palácio.

Em 1855 e 56 aí morou, de aluguel, o capitalista Manuel Pinto da Fonseca, bem conhecido do público pela doirada alcunha de «o Monte-Cristo», homem largamente benéfico e generoso.

(1) Informações muito fidedignas, obtidas de um dos meus melhores amigos, João Caetano Pato Infante, que ha mais de sessenta invernos assistiu a essa festa, e cuja memória fotográfica é ainda hoje prodigiosa nos seus anos, que Deus prolongue e prospere!

(2) Consulte-se o bellissimo livro de Francisco da Fonseca Benevides, meu velho amigo, *O Real Teatro de S. Carlos*, pág. 186.

Depois, não sei em que ano, aí esteve a Companhia dos caminhos de ferro da empresa Salamanca. Eusébio Page, representante do Director, morava numa parte da casa.

Em princípios de Julho de 1882 aí se estabeleceu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pagando o aluguer de 4:420\$000 reis. Em princípio de Janeiro de 1892 passou para o lado oriental do Terreiro do Paço, onde esteve muitos anos o Ministério do Reino, e então se achava outra reparição, creio que a Direcção Geral das Alfândegas.

Desde então voltou o palácio Palmela ao seu desconsolado isolamento. (1)

(1) A obra do final da primeira metade do século passado, que substituiu os casebres que ladeavam o troço sul da Rua do Trombeta, obra dos architectos-cenógrafos Rambois e Cinatti — aquele gracioso jardim, atalaiado por uma édícula de tipo romântico, fechado por um decorativo portão, e mostrando o ar senhorial e galante da fachada acrescentada ao palácio, foi arrazada totalmente, à picareta, neste ano corrente (1956). O palácio vendido ao Estado, pelo actual sr. Duque de Palmela, e destinado para novas instalações da Caixa Geral dos Depósitos, está condenado à mesma sorte da casa dos Sobrais. O utilitarismo é de uma ferocidade tremenda. E fica-se a pensar no destino que terão as pinturas dos seus antigos salões, que o Automóvel Clube — o anterior inquilino deste imóvel — soube conservar. (Nota de M. S.).



CAPÍTULO XVIII

Levanta-se na esquina da rua *Direita das Chagas*, defronte do palácio Palmela, um palacete de antiquada e nobre architectura, sobre o qual pouco sei; ainda assim não quero deixar de o mencionar; e oxalá, para o futuro, se me deparem, ou a outro colega, materiais históricos que façam conhecida a crónica de tão interessante habitação, hoje pertencente ao sr. Conselheiro Joaquim Pires.

Não me foi possível apesar das minhas diligências, estudar os títulos, e isso justifica a pobreza das minhas informações.

Só sei que por 1838 aí se achava o afamado colégio francês de Carignan.

E sei mais, que esta mesma casa foi em 1870, 71, 72, residência do Ministro de Espanha D. Angelo Fernandez de los Rios, grande amigo

de Portugal. Foi esta casa teatro de uma festa lindíssima, que tem lugar nos nossos modernos anais literários.

*

Terminara o cantor do *Amor e melancolia* a sua versão do *Fausto* de Goethe. O Ministro de Espanha, que frequentava muito a casa do poeta, em S. Francisco de Paula, e tinha sido às vezes, naqueles serões íntimos admitido, como entendedor que era, aos antegostos dos principais trechos da obra monumental do semi-deus de Weimar, desejou que a primeira leitura em forma se realizasse numa data célebre e perante o corpo diplomático e o literário. Obtida anuência do poeta, convidadas centenas de pessoas, o palácio iluminado, por ser o dia do Santo do nome del-Rei Amadeu, recebia no princípio da noite de 31 de Março de 1871 toda a Lisboa inteligente e culta; e os salões da Legação de Espanha, sumptuosamente adornados, viram-se transformados por encanto na mais hospitaleira academia.

Os jornais do tempo dirão quem assistiu; eu próprio noutra parte descrevi com minúcia a festa; quero deixar consignado aqui, por curiosidade, o horário, seguido pontualmente:

Entraram todos às 6 $\frac{1}{2}$ da tarde; o primeiro trecho da leitura, feita por um dos filhos do tradutor no salão grande do palácio, começou às 6 $\frac{3}{4}$, e durou até às 8. Às 8 veio o chá; às 8 $\frac{1}{2}$ recommçou a leitura até às 9 $\frac{1}{2}$. Serviram-se então

gelados e refrescos. A leitura recomeçou às 10, e terminou às 11 $\frac{1}{2}$. Pela meia noite serviu-se no bufete uma bonita ceia, e discursaram durante ela, além do ilustre dono da casa, muitos dos principais convidados.

Eis aí o que foi a leitura do *Fausto* na Legação de Espanha; reunião puramente literária e artística; abraço ibérico, mas no bom sentido; preito fraternal da cavaleirosa Castela ás Letras portuguezas.

Nessa noite se inauguraram a porta e a escadaria que são hoje as principais do palácio, construídas expressamente para serem então estreadas pelo poeta herói da noite. Entrou-se pela escada antiga, que era até ali o portão n.º 27 sobre a rua das Chagas; quando Castilho se dispunha a sair, Fernandez de los Rios deu-lhe o braço, e conduziu-o, seguido pelos outros convidados, pela escada nova até à carruagem. (1)

(1) Sobre a história deste palácio, de que Castilho não conseguia obter informes, escrevemos um largo artigo no n.º 71 da revista «Olisipo», esclarecidos que fomos por documentos do Arquivo da casa de Piteos (condes da Canha) e pelos títulos do imóvel que nos foram facultados pelo nosso amigo Júlio Pires, representante de um dos últimos proprietários e um dos seus moradores actuais.

Em resamo, a casa, que fora cabeça do morgado de Santa Maria da Victória, instituído pelos Canhas, senhores da Tábua, no final do quinhentismo, passou na corrente do século seguinte à família Barros Cardoso, depois a D. Francisco de Lima, General da Armada e Governador de Moçambique, e a seguir foi doado por este à Misericórdia de Lisboa. Posto depois em hasta pública foi arrematado por D. Fran-

cisco Barreto, Conselheiro de Guerra e Presidente da Junta do Comércio, que deixou a sua filha D. Margarida Juliana de Távora que estava casada segunda vez com D. Pedro Mascarenhas, Conde de Sandomil. O edificio soffreu um desmoronamento em 1709. Estava então hipotecado. Depois foi vendido à família Rebelo, carregado com a hipoteca à Condessa do Rio Grande. A seguir passou por herança aos Quinhones de Matos Cabral, e, a seguir, por venda ao Visconde das Fontainhas. Foi este que, em 1876, o vendeu ao Conselheiro Joaquim Pires Júnior. Herdado por sua filha, D. Henriqueta Pires, foi novamente vendido a seu primo João da Cruz Gonçalves. Deste passou à Sociedade de Administrações, e mais tarde ao comerciante Carlos Silva. É actual proprietária a filha deste, D. Maria José da Silva.

Por um lapso de localização, o Dr. Carlos Olavo, no seu excelente livro «A Vida amargurada de Felinto Elísio», diz que o poeta fora morador nesta casa, ao tempo da perseguição que lhe moveu o Santo Officio, em 1778. O «suave Felinto», como lhe chamava Alcipe, morava na calçada do Combro, esquina da Travessa das Chagas, mas era na esquina Sul, numa casa pertencente ao marceneiro francês, Monsieur Pierre, como se conclui do Inquérito feito pela Inquisição, em Março de 1779, pelo Commissário Matias de Andrade Almeida (págs. 158 a 160 do citado livro).

(Nota de M. S.).



CAPÍTULO XIX

Desçamos alguns passos pela calçada *do Combro*, ou *dos Paulistas*, como também se chama.

Deixamos cá em cima o palácio dos Cunhas da Casa de Olhão e Castromarim, hoje representados pelo meu simpático D. José da Cunha, morador no seu hereditário palácio de Xabregas; nada posso dizer desta enorme casa, que, se se tivesse concluído, seria um dos tipos mais belos e nobres, mais artísticos e grandiosos, de Portugal. Apenas sei que aí esteve longos anos o Correo geral com mil dependências, e de lá foi transferido para o Terreiro do Paço onde se encontra. (1)

(1) Foi no 1.º de Abril de 1779, que aqui se instalou, depois que o serviço dos Correios e Postas passou à administração do Estado, a Sub-Inspeção Geral dos Correios e Postas do Reino, mantendo-se na casa dos Monteiros Mores até 1881. O edificio foi tomado de alagaer por um conto de reis anual, e sôfreu então importantes obras de

Algum dia, depois de colher apontamentos que ainda não pude alcançar, direi que farte.

Basta-me aqui dizer que, antes de estragado pelas últimas reconstruções, apresentava este palácio um tipo admirável, raro, rarissimo de residência fidalga portuguesa.

*

Numas salas com entrada pela travessa das Mercês, onde esteve a redacção e tipografia da *Revolução de Setembro*, residiu a benemérita Associação da mocidade católica, onde tão bons e instructivos serões passámos todos, ouvindo grandes oradores, sob a presidência do talentoso D. Tomaz de Almeida Manuel de Vilhena, com a comparência dos Ex.^{mos} Núncios, Monsenhor Jacobini, e Monsenhor Ajuti, e Prelados portugueses.

*

Mais a baixo, logo antes da igreja do extinto convento dos Paulistas da serra d'Ossa, dá o passeante com uma ermida de uma só porta pegada ao palácio velho, que torneja para a travessa de *André Valente*. É a ermida da Ascensão de Cristo.

adaptação que custaram cerca de onze contos, quantia elevada para aquele tempo. No livro do sr. Godofredo Ferreira, «Papeis Velhos do Correio», e noutro do mesmo autor, «Três palácios do Correio na rua de S. José» há numerosos e valiosos informes sobre a estadia aqui do Correio Geral. — Para lá enviamos o curioso leitor, na certeza que lhe damos uma boa indicação. (*Nota de M. S.*)

Poucos sabem ter ela sido a séde primitiva da paróquia das Mercês (1). Pois assim foi. Criada a Paróquia em 1625, desmembrada da de Santa Caterina, como indiquei no lugar próprio, ali começaram a administrar-se os Sacramentos.

Era esta ermida pertença do palácio contíguo, e dele havia uma tribuna, de onde os móradores podiam antigamente assistir às festas rituais.

*

Vivia no fins do século xv nesta Cidade um António Simões, ou António Simões de Pina, «pessoa nobre e rica pelos anos de 1500 pouco mais ou menos», segundo diz Frei Agostinho de Santa Maria. Era casado com Luísa Mendes. Possuía na calçada *do Combro, do Congro, ou do Congo*, umas casas nobres com ermida; e tomando essas casas, e mais umas atafonas que tinha dentro das portas da Mouraria (2), vinculou-as em testamento, deixando por herdeira sua mulher, a quem impoz a cláusula de Missa semanal na sua ermida da Ascensão junto às ditas casas.

Deixou a capela a sua mulher Luísa Mendes, para esta a nomear em qualquer das filhas que lhe aproovesse.

(1) Padre Luis Cardoso. — *Dicc. mss.* na Torre do Tombo, T. 20.

(2) Ainda lá se vê a vetasta rua *das Atafonas*, que liga o antigo largo *do Jogo da pela* com o largo ao lado da igreja paroquial do Socorro.

Por sua vez a viuva fez testamento, nomeando em sua filha Maria a terça, com obrigação de Missa semanal, e anexou esta nova capela à do marido, de que ela era fideicomissária.

Por morte da administradora Maria, sucedeu-lhe sua irmã Caterina de Jesus, que depois se chamou D. Caterina de Pina. Esta já em 1600 se achava casada com o Dr. André Valente.

*

Estamos agora na presença de um funcionário importante, que, pelo seu talento e actividade, gosou a maior influência na Lisboa dos últimos Reis da dinastia filipina. Formado em Coimbra foi nomeado para cargos importantes: o de Corregedor de Elvas (1), de Vereador da Câmara de Lisboa (2), de Corregedor do crime na mesma cidade (3) de Desembargador dos Agravos no Porto (4), de Desembargador na Relação do Porto (5), e de Desembargador da Casa da Suplicação (6).

O seu prédio de Lisboa ficou sendo a sua residência, e nele realizou importantes bemfeitorias, aumentando e tornando as paredes que edificara o velho António Simões «nobres como estão», diz em 1671 certo documento que tenho à vista.

(1) Chancelaria del-Rei D. Filipe II de Portugal. L. 12, fl. 92.

(2) Ibid. L. 43, fl. 282 v.

(3) Ibid. L. 16, fl. 20.

(4) Ibid. L. 29, fl. 120.

(5) Ibid. L. 21, fl. 113.

(6) Ibid. L. 36, fl. 131.

Fez no sitio vários melhoramentos, como este que para exemplo vou referir.

O edificio, com seu jardim interior, formava ilha sobre si; confrontava pelo nascente com a travessa, que em ângulo recto comunica a rua *Formosa* com a calçada *do Combro*; pelo norte com a serventia da quinta de Ambrosio Brandão; pelo poente com uma viela escusa, que, tornejando por traz do jardim, formava ângulo e caía na calçada *do Combro*; pelo sul, emfim, com essa mesma calçada. Ora acontecia que a tal viela se tornára um monturo, um vazadoiro de detritos animais. O estrume, o gato morto, as cascas, as águas podres, o lixo, tinham ali reunião demorada, e os cães vádios, bastos em Lisboa, exploração habitual. É provável que os eflúvios de tal beco imundo não lembrassem *águas rosadas* de toucador; e por isso a escandalizada pituitária do Dr. André Valente obrigou-o a sérias reclamações. Perante quem? perante o Senado da Câmara.

«Diz Andre Vallente, c.^{or} do crime desta cidade de lix.^a — (eis ahi com a sua orthographia o requerimento do angustiado proprietário; escreveu-o talvez com o lenço sobre o nariz) — q̄ junto á irmida dascenção, sitta na calçada do congro, de q̄ elle sopricante he padroeiro, estaa hua trauesa, q̄ esta feyta monturo, e não serue mais q̄ de lançar ã ella immundicias; e se algũa seruentia haa p.^a a dita trauesa, a principall he das casas delle sopricante, e a elle só pode fazer prejuizo taparse, como se pode uer por vista de olhos; e he muito

indecente estar o dito mōturo peguado a dita igreja: pede a vosa senhoria e merces q̄, constando do que diz nesta petição p^r vista de olhos, e p^a mais informação q̄ parecer, lhe dem l.^{ca} p^a a poder tapar, ou lha afforē. E recebera mercê».

A Câmara, não vendo inconveniente no aforamento da viela, aforou-a ao suplicante por despacho de 16 de Maio de 1609, por 300 reis de foro anual; e o contrato foi lavrado a 8 de Novembro de 1610 (1).

*

O Desembargador André Valente era rico. Além do seu nobre prédio da calçada *do Combro*, e de quaisquer outros bens que não conheço, possuía no então muito campestre sítio de *Arroios* uma casa e quinta, que era e que veio a ser dos

(1) Sr. Edoardo Freire de Oliveira — *Elementos*, T. III, pág. 93 e seg., citando do Cartório da Câmara o Liv. XIV de escrituras de aforamentos, fl. 65. A travessa foi assim medida e confrontada:

Da banda do norte parte cõ a trauesa, serũtia da quintã de ambrozio brandão, e da dita banda ao longo dela tem seis varas e tres palmos; e da banda do leuante parte cõ quintall das casas do dito andre vallente, e cõ a irmida dasençaõ, e da banda ao longuo delle tem de comprido trinta varas e dois pallmos; e da banda do sul parte com rua dr.^{ta} e calçada do congro, e da dita banda ao longuo della tem de largo sete varas e tres palmos; e da banda do poente parte com a quintã de ambrozio brandão; e da dita banda

Senhores de Pancas no largo de *Arroios*. Essa quinta parece ter sido comprada pelo Conde de Vila-Flor, ou ao Desembargador, ou à sua herança. Pertencia já ao dito Conde em 1686 (1).

*

Como muitos dos antigos arredores de Lisboa, hoje encravados dentro da povoação, era o arrabalde de *Arroios* paragem essencialmente campestre, bucólica, lavada de ares, serpeada de águas, sombreada de olivedo, tapizada de vinhas e seáras. Custa crer, mas é verdade. Esse aspecto bucólico chegou aos nossos dias.

Várias vezes me contou D. António da Costa o seguinte :

A família Mesquitela morava no palácio do *Poço novo*, que era *Sousa de Macedo*, e possuía na rua *Direita de Arroios*, defronte do *Nicho da Imagem* e do *Caracol da Penha*, um vasto palácio, que era *Costa*, contiguo à sua ermida de Santa Rosa de

ao longo della tê de comprido vinte e seis varas e q.^{tro} pallmos e meio, e esia medição se faz pelo vão e grosidão das paredes ... e p.^r vara de medir de cinco palmos.

A directriz da extinta travessa ainda se vê muito bem do jardim do palácio, que tem janelas para lá. É uma espécie de saguão inútil; separa o jardim e o templo dos Paulistas, que ao tempo do Desembargador não existia. Várias vezes examinei isso.

(1) Pormenores tirados dos depoimentos das testemunhas no processo de habilitação de António Cardoso Pereira para Familiar do Santo Officio. — Torre do Tombo — Familiares — Antonios — M. 24, n.º 672 a 685.

Lima. No tempo do Conde velho, D. Luís, por 1830, e 30 e tantos, quando chegava Abril, com as suas aragens perfumadas, dizia o pai:

— Meninos, está me o espirito a pedir campo. Para a semana abalámos para Arroios.

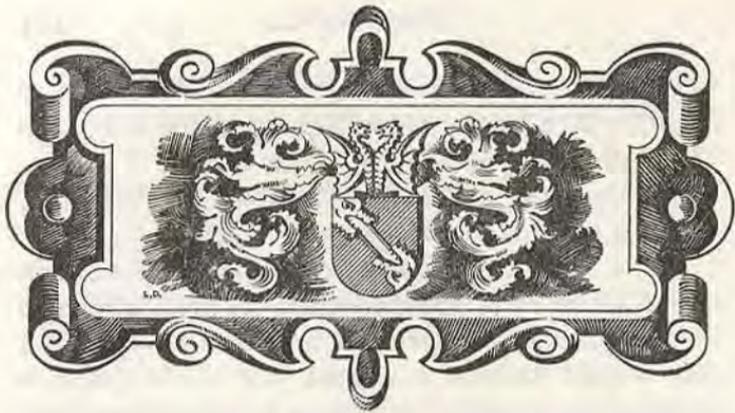
E lá iam: e o palácio, com a sua desafogada vista sobre as terras da Penha de França, com o seu logradouro arborizado ao poente (hoje a rua *de Passos Manuel* e outras), por onde ficava a chamada quinta do Pinheiro, e diversas mais (hoje as ruas *de Passos Manuel*, *de José Estevam*, etc.) era inteiramente saloio. Quem ali morava sentia-se no campo; e os Condes vinham *a Lisboa* na sua traquitana; e cada um dos filhos, D. João, D. Luiz, D. Pedro, e D. António, tinha um cavalo para se transportar *até Lisboa*.

Imagina-se bem, portanto, que no século xvii o palácio do Desembargador André Valente, no largo *de Arroios*, era tudo que se pôde descrever mais campesinho; não é isto assim?

*

Em 1627 achava-se André Valente, Vereador do Senado, bastante combalido, e talvez gasto dos invernos; dou com ele nesse ano «sangrado algumas vezes»; pelo que, no impedimento do seu serviço oficial, o mandou a Câmara substituir (1). Talvez falecesse por esse prazo.

(1) Liv. I de cons. e dec. de D. Filipe III, fl. 116, no Cartório da C. M. de L., citação nos *Elem.* do sr. F. de Oliveira. T. III, pág. 251.



CAPÍTULO XX

Sucedeu-lhe na administração dos bens sua viuva, a nossa já conhecida D. Caterina de Pina.

Muito religiosa, muito do seu tempo, muito exclusiva no seu modo de pensar, ordenou em testamento, que nas suas casas da calçada *do Combro*, junto à sua querida ermida da Ascensão, se edificasse um mosteiro para Carmelitas descalças. Era a mania do tempo, como todos sabem; e tão generalizada, que foi indispensável em muitos casos atravessarem os Governos um *veto* aos piedosos mas inconsiderados fundadores de mais casas monacais. Por isso é que D. Caterina, receando impedimentos, determinou que, no caso de vir a faltar a necessária licença, se instituísse por sua alma uma capela, a que chamou «obra pia», e vinculava-lhe todos os seus bens, impondo aos administradores a obrigação de cinco capelães, com Missas quotidianas na ermida, etc.

Isso devaneava ela na sua fantasia piedosa. Vamos a ver como o destino a contrariou.

*

Por falecimento dessa senhora, entrou subrepticiamente na posse dos bens um íntimo amigo da família, e parece que ainda parente, magistrado alto, que não corou de descer a uma verdadeira burla para beneficiar a sua pessoa e a sua descendência.

Resvalo depressa por sobre isso tudo, que tem peores aromas que o bêco aforado por André Valente; deslizo ao de leve; nem sequer citarei os nomes, apesar de possuir todos os papeis comprovativos do triste caso.

Basta-me dizer que, passados anos, acumuladas induções, compulsados documentos, inquiridas testemunhas, comprovada a usurpação, os legítimos herdeiros reivindicaram o seu morgado. As provas aduzidas perante os tribunais foram jurídicas e genealógicas.

Averiguou-se, por testemunhas irrecusáveis, o seguinte:

Tinha D. Caterina, enferma da sua doença mortal, lavrado testamento, em que deixava os bens aos legítimos herdeiros. À factura do acto assistiram o tabelião Leão Ricardes, o Padre Jesuita Diogo de Areda, mandado expressamente chamar a Odívelas (onde acaso se achava), o tal amigo íntimo, outro, que de seu punho escreveu os dizeres, e não sei quem mais.

Com as cautelas de espirito prudente, e alançado de incertezas, guardava ella o papel debaixo do travesseiro e dormitava. Velava-o carinhosamente a sua criada Antónia de Moraes. Nisto viu-se entrar de mansinho, cauteloso, no aposento, o íntimo da família, e andar como que procurando, por cima da meza, o que quer que fosse.

—Que deseja Vossa Mercê?—pergunta baixinho a fiel Antónia.

—O testamento da sr.^a D. Caterina—responde elle;— precisava ver uma coisa.

—Está aqui, debaixo da cabeceira de minha ama.

—Faz favor de me o confiar?

Antónia tirou-o, sem que a doente percebesse; e sem que a ella passassem pelo espirito os males que ia causar, entregou-o.

O *amigo de Peniche* saíu, fechou-se numa sala mais o outro miserável, a quem prometeu cincoenta mil reis (visto ser sua a letra do documento) para interpollar meia folha de papel no sítio próprio, alterando a deixa em favor dele, aliciador, e fingir habilmente a rúbrica do notário no alto da página. Feito e consumado o tenebroso conluio, entregou-se de novo o testamento, Antónia repô-lo sob o travesseiro, a doente faleceu, e a farta herança passou para indevidos herdeiros.

O rio derivou assim do alvéo natural, e penetrou cachoando no canal suspeito que lhe abriam mãos atraíçoadas.

Em quanto essas cenas sinistras se representavam ali, numa das salas desse palácio tão meu conhecido, nem D. Caterina sonhava sequer que

a estavam esbulhando do seu direito sagrado de moribunda, nem os passantes da calçada do Combro suspeitavam que a dentro daquelas paredes se transformava o edificio nobre do velho André Valente na caverna de Caco. *O Legatário universal* de Regnard foi um plágio a esta tragi-comédia; e já a Imperatriz Plotina, mulher do bom Trajano, inaugurára o género às vistas da Roma imperial.

Como as aparências todas eram legais, o rapiante entrou de posse da fazenda, e deixou-a, como disse, a um filho.

Foi em vida deste que a acção de reivindicação, largamente desenvolvida, desfechou na sentença, pela qual os bens entraram na posse dos herdeiros legítimos de D. Caterina de Pina.

*

A genealogia provou o seguinte:

1 — SIMÃO VIEGAS, cuja ascendência ignoro, casou com Luísa Vaz Corrêa; tiveram:

2 — JERÓNIMO CORREIA DA SILVA, que foi pai de Francisco Correia da Silva.

3 — FRANCISCO CORREIA DA SILVA foi senhor da quinta da Flamenga em Vialonga, onde vivia, e que posteriormente pertenceu ao 1.º Duque de Loulé, Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, e hoje pertence a S. E. a Condessa de Belmonte filha do Duque. Foi Tesoureiro mór da Casa da Índia, e casou com D. Ana da Gama, filha de..... e de Madalena Gomes da Gama.

Esta última era prima co-irmã de Caterina de Pina, por ser filha de um irmão de Luisa Mendes mãe da dita Caterina. Tiveram: António Correia da Silva.

4—ANTÓNIO CORREIA DA SILVA, foi Tesoureiro-mor da Casa da Índia, e serviu na guerra, na menoridade de el-Rei D. Afonso VI, em vários postos, e à sua custa. A este competia, como parente mais próximo, suceder no vínculo de sua tia Caterina; foi ele quem, vendo-se esbulhado dessa herança, tanto barafustou, tanto lidou nos tribunais, que obteve a sentença de 21 de Maio de 1671, pela qual se arrancaram ao ilegal possuidor os bens que indevidamente usufruia. Talvez estivesse de boa-fé, porque os recebera de seu pai, que tinha sido, anos antes, o mal avisado autor de toda a tramaioa.

*

À sentença opôs-se João de Paiva da Gama, alegando ser também parente, em melhor linha; porém não foi atendido; e a primeira decisão viu-se confirmada pela nova sentença de 27 de Maio de 1672, e confirmada novamente em Maio de 1763 pela Casa da Suplicação.

Esse António Correia da Silva, casado com D. Joana de Melo da Silva, teve dela:

5—*António Correia da Silva*, que parece ter morrido moço, e

5—FRANCISCO CORREIA DA SILVA, padroeiro da Ermida da Ascenção de Cristo junto às suas casas

da calçada do Combro, vivo ainda em 1712, quando se imprimia o 3.º volume da *Corografia* do Padre António Carvalho da Costa.

*

Outra linha :

§ 1.º

1 — *Pedro Gonçalves*, cuja procedência não consta, casou com..... e teve

2 — *Luísa Mendes*, com quem se continua, e

2 — *Ana Vicente*, que logo seguirá.

2 — *Luísa Mendes* casou com António Simões de Pina, supra mencionado. Ao vínculo dele juntou por testamento a sua terça, formando com ela nova capela anexa à primeira, e para a administração das duas nomeou sua filha Maria. António Simões e Luísa Mendes tiveram :

3 — *Maria*, 1.ª administradora das capelas instituídas pelo pai e pela mãe; morreu solteira.

3 — *Caterina de Jesus*, depois chamada *D. Caterina de Pina*, 2.ª administradora, e mulher do D.ºr André Valente. Depois viúva, juntou todos os seus bens livres ao morgado; faleceu sem geração.

§ 2.º

2 — *Ana Vicente*, filha de Pedro Gonçalves n.º 1 casou com..... e teve filhos :

3 — *Antónia da Gama*, sem mais notícia.

3 — *Maria da Gama*, com quem se continua.

3 — *Madalena Gomes da Gama* parece foi a 2.^a filha do casamento de seus pais, como pretendia provar o filho dela. Casou com..... e teve

4 — *João de Paiva da Gama*, que foi opoente à administração do morgado contra António Correia da Silva, mas teve sentença contrária em 27 de Maio de 1672; e já tivera sentença, não se lhe recebendo os embargos, nesta mesma causa, em 26 de Janeiro de 1669, mandando-lhe a Relação provasse porque via era Ana Vicente prima co irmã de D. Caterina de Pina.

§ 3.º

3 — *Madalena Gomes da Gama*, filha 3.^a de Ana Vicente n.º 2, casou com..... e teve

4 — *D. Ana da Gama*, mulher de Francisco Correia da Silva; seus descendentes sucederam na administração do morgado da capela da Ascensão, como acima fica referido.

*

Temos portanto, depois de todo esse *autem genuit*, a Francisco Correia da Silva na posse legal da casa; era homem douto, aplicado, latinista, e autor de uns *Comentários a Suetonio*. Mais uma nobilitação para aquelas paredes vetustas.

Foi seu filho António Correia da Silva, Tesoureiro-mor da Casa da Índia, militar que serviu à sua custa na guerra, em tempo da Rainha D. Luísa, em postos importantes, neto de outro Francisco

Correia da Silva, também Tesoureiro-mor, já mencionado, e senhor da nobre quinta da Flamenga em Vialonga, onde vivia; bisneto de Jerónimo Correia da Silva, homem fidalgo; trineto de Simão Viegas, e de D. Luísa Vaz Correia, dos Correias bons destes Reinos, etc., segundo diz, fundando se em documentos que viu, o Padre Carvalho da Costa (1).

Por muitos passos desta obra se vê a alta importância que têm para a História os estudos genealógicos. O que é preciso é serem feitos com critério; o que é indispensável é serem extraídos de fontes genuínas; o que os torna convincentes é dizer-nos um escritor honesto: «Eu vi».

(1) *Corogr.*, T, III, pág. 150.



CAPÍTULO XXI

Por uma linha que ignoro, veio a pertencer o palácio e o morgado a D. António José de Melo Homem, filho de D. Pedro José de Melo Homem, que foi Vedor da Rainha D. Maria Ana de Austria, mulher de el-Rei D. João V, e Cavaleiro na Ordem de Cristo em 23 de Maio de 1725 (1). D. António casou em 28 de Outubro de 1731 com D. Mariana Joaquina de Portugal, filha de D. Filipe de Sousa, 5.º Capitão da Guarda alemã (2).

Ao tempo do terremoto pertencia o palácio ainda a este D. António.

Arruinou-se um pouco a ermida em 1755; o palácio não se arruinou, segundo creio.

Em 1791 possuía-o D. José António de Melo Homem, que aí morava (3), Comendador na Ordem

(1) Torre do Tombo — Habilitações na O. de C. — Letra P, M. 11, n.º 128.

(2) *Gazeta de Lisboa*, n.º 44, de 1 de Novembro de 1731.

(3) *Almanaque*, desse ano, pág. 114.

de Cristo, Coronel do 1.º Regimento das Ordenanças da Corte, e Capitão interino de uma das companhias da Guarda Real. Aí faleceu com sessenta e tres anos em Outubro de 1802. Logo em 1 de Dezembro seguinte havia de fazer-se leilão das suas carruagens e bestas na travessa *André Valente* (1).

Sua filha e herdeira, D. Maria José de Melo de Meneses da Silva, senhora como ele dos morgados da Figueira, Landeira, etc., casou em 29 de Agosto de 1804 com D. José Maria Rita de Castelo Branco Correia e Cunha de Vasconcelos e Sousa, que nasceu em Salvaterra a 5 de Fevereiro de 1788, e faleceu em Lisboa a 16 de Março de 1872, tendo recebido o título de 1.º Conde de Figueira, morgado pertencente a essa senhora, falecida em 1818.

D. José, 1.º Conde da Figueira, passou a 2.ªs núpcias com D. Maria Amália Machado de Mendonça de Eça e Castro de Vasconcelos Orosco y Ribera, e é seu filho o actual Conde da Figueira, D. José, meu nobre e respeitável amigo e *mestre*.

Como a Casa desta sr.ª Condessa era diversa, passou a representação dos Melos para a Casa de Murça, pela seguinte forma:

*

D. Miguel António de Melo, que em 1826 foi nomeado Conde de Murça, era o immediato sucessor da Condessa da Figueira, D. Maria José de Melo. Por procuração passada em 12 de Agosto de 1818 a António Mâncio Ramires Caldeira tomou posse

(1) *Gazeta*, n.º 47, de Novembro de 1802.

a 20, por falecimento da Condessa, do palácio da travessa de André Valente e suas pertencas, o qual tinha sobre a calçada do Combro os n.^{os} 60 a 75 (58 a 74 modernos), e para a travessa os n.^{os} 1 a 3 (1 a 7 modernos).

Os vários inquilinos, notificados judicialmente para reconhecerem o novo dono, foram: Francisco Fortunato Lobo, Francisco da Silva Pereira de Carvalho, Joaquim António, Ângela Teresa de Jesus, António de Almeida, Filipe José, Manuel José Martins, Domingos Salgado, e António Agard.

Havia próximas outras propriedades, na calçada e na travessa, de que D. Miguel tomou também posse no mesmo dia, mas não importa mencioná-las aqui.

D. Miguel António de Melo teve por filho e imediato sucessor a D. José Maria de Melo, 2.^o Conde de Murça, nascido a 4 de Setembro de 1817, casado em 21 de Junho de 1837 com D. Helena de Lancastre, filha dos 3.^{os} Marqueses de Abrantes. Não tiveram geração.

Por falecimento desse 2.^o Conde, passou a Casa a seu irmão segundo D. João José Maria de Melo, 3.^o Conde de Murça, nascido a 30 de Agosto de 1820, casado com D. Ana de Sousa Coutinho Monteiro Paim, filha dos 1.^{os} Marqueses de Santa Iria, e 2.^{os} Condes de Alva.

O 3.^o Conde teve duas filhas:

D. Mariana das Dores de Melo de Abreu Soares de Vasconcelos e Brito de Barbosa e Palha, 4.^a Condessa de Murça herdeira, e hoje pelo seu casamento Condessa de Sabugosa; e

D. Maria José de Melo, nascida a 9 de Junho de 1857, casada a 16 de Julho de 1877 com Bernardo Pinheiro Correia de Melo, filho dos 1.^{os} Viscondes de Pindela, e hoje Conde de Arnoso, Capitão de Engenharia, Par do Reino, Secretário de S. M. el-Rei, nascido a 27 de Maio de 1855. A sr.^a D. Maria José de Melo faleceu a 10 de Janeiro de 1882, deixando, além de dois outros filhos, o segundo-génito João Maria Pinheiro de Melo, a quem coube o palácio da travessa de André Valente, descrito a 21 de Abril de 1884, com outros bens, no registo da Conservatória.

Em 1879 assim o designa um documento :

«Palácio com lojas, sobrelojas, dois andares, cavaliariça, cocheira, palheiro, poço em casa contígua ao pátio de entrada, pequeno jardim murado, e uma grande janela, ou tribuna, que deita para a capela-mor da ermida da Assunção (1). Rendimento liquido: 615\$908 reis: valor venal: 14:000\$000 reis (2).

É um casarão enorme, que se estende desde a esquina da travessa até à ermida, com as suas nove sacadas para a calçada, no 1.^o andar, e um 2.^o de janelas de peitos. Em baixo aninham-se vários estabelecimentos do pequeno comércio. Há boas salas com azulejos, mas nenhuns restos de valia artistica.

(1) Aliás *da Assunção*.

(2) Vi os documentos no cartório da Casa de Marça, graças à amabilidade dos Condes de Sabagosa e de Arnoso em 30 de Março de 1903, auxiliado pelo obsequioso sr. Paulo de Azevedo Chaves.

*

Em quanto foi habitado pelos Melos, possuía este palácio alguns quadros; entre eles umas oito *famosas tábuas* (expressão de Wolkmar Machado, que aí as viu), pertencentes anteriormente à colecção do Marquês de Valença, e herdadas de sua mulher pelo mencionado 1.º Conde da Figueira; a saber:

O encontro de Santa Ana com S. Joaquim;
o nascimento da Virgem;
a Anunciação;
a Natividade;
a Apresentação no templo;
a Circuncisão;
a Adoração dos Magos;
o Casamento da Virgem.

Estes quadros, que muitos atribuíam ao famoso e enigmático mestre Grã-Vasco, acham-se hoje na escada do palácio do srs. Duques de Palmela ao Rato; creio que os comprou ainda o 1.º Duque, visto Raczynski os ter achado em poder dele (1).

Em 1814 encontro estabelecida neste palácio da travessa *de André Valente* a secretaria do Comissariado Britânico (2).

Em 1816 já aí se ia abrir a 1 de Fevereiro um colégio denominado *das Letras*, de que era director Francisco Fortunato Lobo, professor de matemá-

(1) *Les Arts en Port*, pág. 126.

(2) *A secretaria do Deputado Comissário Geral João Vaux, aos Paulistas, na travessa de André Valente* — são palavras da *Gazeta de Lisboa*, n.º 202, de 27 de Agosto de 1814.

tica, português, e latim ⁽¹⁾; mas já em Maio de 1820 se fechava, tendo arruinado a saúde do director, segundo ele próprio declara no Aviso que publica na *Gazeta* ⁽²⁾.

Em 1826 e 1828 aí morou o Desembargador do Paço, Chanceler da Casa da Suplicação, etc., João de Matos e Vasconcelos Barbosa de Magalhães, e aí foi apedrejado na noite de 25 para 26 de Julho de 1828 ⁽³⁾.

*

Desse ano em diante tenho uma lacuna grande até Janeiro de 1849, em que aí veio residir o negociante Henrique José Pires, aí mesmo falecido em Janeiro de 1854. Na casa continuou a sua viúva, até falecer em Fevereiro de 1876 ⁽⁴⁾.

Pouco depois instalava-se lá com uma casa de hóspedes um honrado empregado menor da Alfândega, Manuel Rodrigues. Nessa casa pousei muita vez, e às vezes largas temporadas, enquanto morava nos Olivais. Por isso conheço tão bem o edifício, cuja feição architectónica é ainda hoje característica: salas grandes, bons azulejos, sacadas altas, pouco conforto, e a vastidão nua das antigas moradias aristocráticas.

⁽¹⁾ *Gazeta*, n.º 23, de 26 de Janeiro de 1816.

⁽²⁾ N.º 126, de 29 de Maio de 1820.

⁽³⁾ Soriano — *Hist. da guerra civil*, T. II, P. II, pág. 143.

⁽⁴⁾ Informações de um membro da família Pires, o sr. Eugénio Pires.

Falecendo o bom Manuel Rodrigues, sua idosa viúva, a sr. Maria da Conceição Rodrigues, ha pouco falecida (Novembro de 1901), continou por algum tempo a sua indústriá, até fechar a casa e se mudar (comigo só por hóspede) para o largo *do Intendente*, esquina meridional da travessa *do Maldonado*, em Julho de 1887; daí parti para Zanzibar, e ela mudou-se.

Estabeleceu se em 1887 no palácio da calçada *do Combro* um Colégio, que ainda lá subsiste, denominado *Liceu Politécnico* (Fevereiro de 1903).



CAPÍTULO XXII

Gosava muita notoriedade já nos fins do século XVI a ermida da Ascensão. Em 21 de Maio de 1592 determinou o Senado da Câmara, que toda a pessoa que achasse menino perdido, o levasse aí, e o entregasse à ermitoa. Havia para o mesmo fim outros poisos, a que logo aludirei quando tratar da ermida dos Fieis de Deus (1).

A Irmandade que superintendia nessa casa religiosa, celebrou lá várias festas; e pouco depois da posse do edificio e do morgado por Francisco Correia da Silva, este contribuiu para a reedificação da obra primitiva.

Sobre a verga do portal ainda se lê:

ESTA OBRA SE FES A CVSTA DOS IR-
MÃOS DE N. S. DO EMPARO ANNO 1673 (2)

(1) Consultem-se os *Elementos* do meu amigo o sr. Freire de Oliveira, T. II, pág. 68.

(2) A palavra DE está escrita com um E incluso no D.

*

As próprias Pessoas Reais visitavam este *sacelo*. Na sexta-feira 16 de Maio de 1720, por exemplo, a Rainha, a senhora D. Mariana de Áustria, ai assistiu à festa de S. João Nepomuceno (!).

A ermida celebra ainda de vez em quando as suas bonitas festas, a que tenho assistido; tenho ali ouvido rezar o terço; numa palavra, os manes dos instituidores ainda além-mundo têm a consolação de ver, que a sua fundação piedosa não escorregou (como tantas outras) para o abismo do nada. A sua ermida não é ainda uma taberna.

*

Tem este pequenino tempo três capelas: a mor, e duas laterais.

A capela-mor é separada do resto, com seu tecto especial em forma de zimbório de estuque, de onde cai a luz que a ilumina. Aos dois lados duas tribunas em grande altura; a da esquerda é fingida; a da direita ainda a conheci praticável, e comunicava com o interior do palácio. No altar-mor ainda vi um retábulo figurando a Ascensão do Senhor, e que ouvi ter sido pintado por um dos membros da família Pires; tiraram-no, e levaram-no para uma ermida em Aldeia Galega, segundo me consta. Porquê, e para quê? ignoro. O obsequioso pintor, há anos falecido, executou-o para

(!) *Gazeta de Lisboa*, n.º 21, de 23 de Maio de 1720.



O SENHOR JESUS DOS IMPOSSÍVEIS
Imagem venerada na ermida da Ascensão



A ASCENSÃO DE CRISTO
quadro que esteve na capela mór da ermida
da Calçada do Combro.

ali; queria o ali na capela do prédio onde tinham falecido seus pais. Frustou-se-lhe a piedosa intenção. Sempre mudanças, Santo Deus!

Sobre uma peanha, ao centro desse altar-mor, campeia a Imagem da Senhora do Amparo, e adiante o Sacrário com a Sagrada Eucaristia. Do lado do Evangelho a Imagem do Senhor no acto de ascender ao Céu; do da Epístola S. João; tudo mediocres esculturas.

No corpo da nave o altar da parte do Evangelho é o da Senhora das Dores, com a sua imagem, e as da do Amparo, e de S. José. O altar fronteiro é o do Senhor Jesus dos impossíveis; além da sua estátua, tem a de Santo António sobre a banquetta. As paredes são revestidas de bons azulejos do século XVIII; e sobre a porta principal corre o vasto coro dos músicos.

O tecto é no género *di sotto in su*, com um grande painel central figurando a Ascensão na presença dos Apóstolos.

A sacristia fica à mão esquerda de quem entra na capela-mor; é a parte menos restaurada do edificio. Ainda assim, foi alterada. Com a edificação do prédio limítrofe para o sul, perdeu a sacristia a sua antiga luz, que lhe provinha de uma pequena janela no alto da parede; ainda lá está, mas entaipada. Hoje recebe a luz por uma clarabóia no tecto. Notei, de roda da casa, um característico revestimento de azulejo seiscentista, branco ao meio, e com uma cercadura de ornamentos azuis e amarelos. Sobre o arcaz há um grande quadro muito mau, representando as santas Mulheres

chorando em adoração junto ao Crucificado. Esse quadro, antigo mas sem valia, encobre a seguinte inscrição, que pude copiar, graças à rara amabilidade do empregado da casa, o sr. Joaquim Fortunato Correia; teve ele a bondade de despendurar o quadro, para me ser agradável. A inscrição diz:

C - R -

ESTACAPEL - MORESVA
 SACRISTIA - F - INSTITV
 IDA - EMCAP - PORANT.^o
 SIMOENSDEPINA - ES - M^o
 EIRMA - C - DE5CAPELA^{ens}PE
 RPETVOSPORESCRITV
 RADE - 28 - DEABRILDE1578
 HOIEHEADIM - AEXM.^a
 CD - LOIZAN - ES - F.^oEF -
 P - EST - P - EM - 22 - DEFV.^{RO}DE
 1798

Interpreto assim:

Curaverunt refaciendum.

Esta capela-mor e sua sacristia foi instituída em Capela por António Simões de Pina e sua mulher e irmã; consta (ou cargo) de cinco capelães perpétuos, por escritura de 28 de Abril de 1578 (1). Hoje é administradora a Ex.^{ma} Condessa da Lousã e seu filho, e fizeram pôr este padrão (ou esta pedra) em 22 de Fevereiro de 1798.

(1) Há várias letras inclusas e conjuntas, que é impossível reproduzir tipograficamente. Vê-se que a propriedade do palácio seguia uma linha, ao passo que a administração da capela seguia outra.

À porta, do templo, por fora do guarda-vento, há uma lousa funerária, infelizmente tão danificada e raspada pelos pés de três séculos, que (apesar das minhas diligências) só pude ler em 26 de Março de 1903 isto:

^ °
 SDEIVII....R....V....EDE
 SEVSH.....
 R

Interpreto assim :

Sepultura de João Vieira (?)... e de seus herdeiros...

Requiescant...

Quem vinha a ser João Vieira? algum influente da Irmandade? algum auxiliador da edificação? algum parente querido dos instituidores? E por que se enterrou humildemente à porta da rua? Tudo perguntas a que não me é dado responder.

Como o chão da ermida é revestido de madeira, não afirmarei que lá não haja ainda antigas campas. Pode bem ser que ali durmam algures os fundadores.

*

Há hoje aqui uma Irmandade que promove e mantém o culto; nas quintas-feiras alternadas do mês tem Missa; e nos Domingos benção do Santíssimo, e terço. Dirige tudo o Rev.º Padre Manuel das Neves Pinto Brandão.

*

A fronteira travessa *da Era* chamava-se, em tempo de Carvalho da Costa, *travessa defronte da Ascensão*.

*

Agora um caso curioso, que talvez esta mesma ermida presenceasse; mas como o não pode contar, conto eu:

Num dos primeiros dias de Julho de 1671 descia a calçada *do Combro*, em grande estado, o Arcebispo de Lisboa D. António de Mendça. Aonde ia? visitar oficialmente o recém-chegado Nuncio Apostólico, Monsenhor D. Francisco Ravizza, Arcebispo de Sidónia, que se hospedara no mosteiro de S. Bento. A diante do cortejo arqui episcopal de D. António ia a Cruz.

Como o séquito levou tempo desde a Sé, a travez das tortuosas e empinadas ruas da Capital, teve algum officioso abelhudo (de uns que nunca faltam) ocasião de correr a S. Bento, e contar que o Arcebispo de Lisboa se aproximava de Cruz alçada. Foi um escândalo!

Mal teria chegado ao fim da calçada *do Combro* o préstito dos coches e cavaleiros, acercou-se do nosso Prelado um fámulo do Arcebispo de Sidónia, e, depois de comprimentar a D. António com toda a veneração, pediu para ser ouvido. Parou o séquito. O fámulo então convidou a D. António, em nome do seu amo, a baixar a Cruz.

— Que significa isto? — perguntou ele; — eu sou o Arcebispo de Lisboa.

— Sei, meu senhor, e como tal tive a honra de comprimentar a Vossa Excelencia; mas meu amo é Legado *a latere*; e diante de um representante directo do Santo Padre, não creio possa Vossa Excelência alçar a sua sagrada insignia; com todo o respeito me permito observar-lho.

Vexado e sentido o Arcebispo, e não se conformando com a interpretação da etiqueta, proferiu não fazer a visita, e voltou para o seu paço do Aljube (1).

Ainda bem que não fui eu juiz em tal pleito. Havia de me ver muito atrapalhado, às cortesias para a direita, às cortesias para a esquerda, medindo as palavras, e envolvendo em respeitosas doçuras a sentença, que espero havia de ser imparcial, custasse o que custasse. Deus nos livre de uma dessas colisões.

*

Aqui estava a chamar pela minha pena o próximo convento dos Paulistas, hoje séde da freguesia de Santa Caterina; mas como já não pertence ao Bairro alto, ponto final, e fujo.

(1) *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pág. 170.



CAPÍTULO XXIII

A rua *Formosa*, em boa verdade, merecia um volume de crónica; mas um volume acessório não cabe neste. Contentar-me-ei com pouco; e oxalá empreendesse alguém, à vista de títulos e registos de propriedades, a história desta rua célebre por muitos motivos, mas principalmente por ter sido a *pátria* do grande Marquês de Pombal.

Começando pelo lado sul, na esquina da calçada *do Combro*, ou *dos Paulistas*, temos, à direita, a esquina do grande palácio da casa de Castromarim e Olhão, já mencionado pouco a cima.

*

A diante, do mesmo lado, é a capela das Mercês, que ultimamente foi, em 1900, teatro de vilíssimos insultos populares contra as virtuosas *Mères réparatrices de Marie*, que ali se tinham estabelecido, com o seu instituto, tão respeitável, de perpetua



IMAGEM DO SENHOR JESUS DO PATROCÍNIO
venerada na capela de Nossa Senhora das Mercês



NOSSA SENHORA DAS MERCÊS
orago da sua capela

adoração à Sagrada Eucaristia. Misérias do nosso tempo! misérias, que as autoridades não reprimem como deviam, e que fazem supor nos dirigentes (o que de certo não é) um tenebroso propósito muito firme de contrariar, em nome da sua liberdade deles, a liberdade das crenças de cada qual.

Mas deixemos agora isso, e paremos ante a frontaria singela da igreja mencionada.

*

Pouco diz por si mesma, e pouco abona a inventiva do architecto, cujo nome se perdeu. Era velho já no século xvii esse templo. O Desembargador Paulo de Carvalho, achando-se o Arcebispo lisbonense em Sé vaga, por morte do grande e sempre lembrado D. Rodrigo da Cunha, de boa memória na piedade, na politica, e nas letras, pediu ao Cabido a erecção de uma Paróquia nova, a que servisse de matriz a dita ermida, acabada de reedificar por ele, e constituída cabeça de um vínculo por ele mesmo fundado (1).

Ou fosse conveniente a criação da paróquia nova, ou Paulo de Carvalho dispusesse de bastante influencia, o Cabido anuiu aos desejos do padroeiro, e em 1652 criou-se a freguesia das Mercês, obtendo ele apresentar Cura, Coadjutor, e Tesoureiro, regalia que passou aos sucessores.

O terremoto arruinou a capela mór, a frontaria, a torre dos sinos, quebrando-se todos eles, o côro, e a tribuna do padroeiro. Nesse aperto mudou se

(1) *Sanct. Marian.*, T. VII, pág. 91.

a Eucaristia logo para a Ermida da Ascensão no palácio da calçada *do Combro*, e em 22 de Maio de 1757, acabado de restaurar o templo das Mercês, para lá se transportou de novo a Sagrada Eucaristia, onde se conserva ainda hoje (1).

*

Funcionavam neste templo duas Irmandades: a do Sacramento, e a das Almas; e havia também uma capela instituída para sufrágios por alma do 1.º Padroeiro; outra instituída pelo Padre Caetano Lopes, Prior da Madalena; outra instituída por D. Antónia Maria do Amaral, que no tempo do terremoto era administrada por Caetano José da Silva e Sena (2).

O altar de Nossa Senhora da Conceição nesta igreja foi concedido pelo Cabido da Sé ao Padre André Nunes da Silva, Presbítero secular, Bacharel formado em Canones, Sócio da Academia dos Singulares, nascido em Lisboa a 30 de Novembro de 1630, falecido a 3 de Maio de 1705. Inocêncio menciona-lhe as obras poéticas. O Padre ornou devotamente a sua capela, mandou renovar-lhe o altar, e construiu debaixo dele uma sepultura para si (3).

Na capela mór há um quadro de André Gonçalves, o dedicado amigo de Vieira Lusitano (4).

(1) Pormenores que dá J. B. de Castro no *Mapa*.

(2) Castro — *Mapa*.

(3) Barbosa Machado — *Bibl. Lusit.*, T. I, pág. 157.

(4) Cyrillo — *Mem.*, pág. 88.

Em Maio de 1835 a Câmara Municipal cooperou para a demolição do adro, «pelo pejamento que causava na via pública, que simultaneamente deturpava» (1).

Junto a esta igreja houve um hospício de Missionários Apostólicos de Brancanes (2).

Este prédio, que se conservou até 1889 com a sua feição antiquada e pobre, foi então reconstruído totalmente em Outubro.

Quanto às funções paroquiais, exerceram-se até 1835 na ermida de Paulo de Carvalho; nesse ano passaram para o magnífico templo do extinto convento de Jesus, suprimido pelo Decreto de Maio de 1834.

*

Uns passos acima da igreja das Mercês vê-se na mesma travessa um nobre palacete, onde hoje mora o meu velho amigo Aires de Mascarenhas Valdez, e que pertencia à abastada família Pery de Linde em 1755.

*

Uns metros andados na rua *Formosa*, topamos com o palácio do sr. Visconde da Lançada, onde está hoje a redacção, administração, e tipografia, do jornal *O Século*, para alargamento das quais até a própria ermida se profanou!

(1) *Syn. dos princ. act. adm. da C. M. L.* em 1835, pág. 14.

(2) *Almanaque* de 1791, pág. 92 — e J. B. de Castro, *Mapa*, T. III, pág. 226.

Teve a invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

O palácio pertencia em 1755 a Manuel de Sampaio e Pina, avô do sr. Visconde da Lançada, Inácio Júlio de Sampaio e Pina de Brederode, actual proprietário.

Desde muitos anos aí morou, até falecer, D. Pedro de Meneses de Brito do Rio, e sua mulher a sr.^a D. Maria Krus, pessoa de elevada inteligência, que aí viveu viuva alguns anos.

As reuniões habituais dessas salas dariam uma das mais interessantes crónicas de Lisboa. Creio que só poderia escreve-la hoje Bulhão Pato, que esse tem memória no coração.

A sr.^a D. Maria Krus tinha ali o primeiro *salão* político e literário da Cidade. Ardia o fogo sagrado, e escutavam-se conversadores de primeira água: Garrett, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Tomás de Carvalho, Benalcanfor, Raimundo de Bulhão Pato, José Estevam, Alexandre Magno de Castilho, engraçadíssimo homem de sala, seu irmão Antonio Feliciano, Fontes Pereira de Melo... e quantos mais! Quasi todo esse rol morreu, e não foi substituído. Lisboa a sala de Lisboa, a vida de Lisboa, são outra coisa.

Uma senhora de muito talento, que longos anos viveu em Paris, e lá faleceu, na *rue La Bruyère*, onde a visitei, dizia-me:

— A Lisboa do meu tempo desapareceu. Anos depois de a ter deixado, as saudades chamaram-me lá. Que tristeza, e que desengano! Tinha deixado conversadores; achei... parceiros!...

*

A diante deste, começa e segue até à esquina da rua *do Arco a Jesus* (ou *do Arco do Marquês*) o palácio muito vasto, sim, mas sem a mínima beleza, que é do Marquês de Pombal, hoje habitação de vários inquilinos, como o Conde do Lavradio, a sr.^a Viscondessa da Asseca, etc.

Defronte abre-se o largo hemicircular, ornado com o chafariz delineado pelo eminente architecto e engenheiro Carlos Mardel (1).

Este chafariz, assim como o do largo *da Esperança*, que também é do mesmo autor, acho-os muito graciosos e elegantes. Lêmbram a mobilia do tempo. Há neles o que quer que seja, que se destinava mais para a sala de damasco, do que para o ar livre. Entrevemos espelhos na silharia, e doirados na molduragem. Carlos Mardel sabia da Arte, pensava com acerto, e desenhava com carinho.

(1) Bisavô dos meus amigos José Carlos Mardel (hoje em Londres), Henrique Carlos Mardel Ferreira (falecido), Luiz Carlos Mardel (General de Cavalaria), e Júlio Carlos Mardel de Arriaga, o engraçado, o extraordinário conversador. É Cyrillo Wolkmar Machado, quem na sua *Colecção de Memórias*, pág. 194, atribui a Mardel esse elegante chafariz.



CAPÍTULO XXIV

O morador mais ilustre que tem tido a paróquia foi o grande Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Conde de Oeiras, 1.º Marquês de Pombal.

No Livro 2.º do registo dos Baptismos, a fls. 80 se acha o termo seguinte :

«Aos seis dias de Junho de seiscentos e noventa e nove, baptisei a Sebastião, filho de Manuel de Carvalho e Ataíde e de sua mulher D. Teresa Luísa de Mendoça, padrinho Sebastião de Carvalho e Melo.

«O Cura, Luís de Lima».

Quando Luís de Lima, na presença dos convidados, escrevia aquele termo, mal lhe passava pelo espírito que erguia ali um dos marcos miliares mais importantes da História portuguesa.



RETRATO DO MARQUÊS DE POMBAL

Pintura a óleo sobre tela, atribuído a Josefa do Salitre—Séc. XVIII

*

O padrinho e avô, Sebastião de Carvalho e Melo, Comendador na Ordem de Cristo, faleceu em 19 de Janeiro de 1719 (1).

Manuel de Carvalho e Ataíde, o pai, faleceu quasi de repente, pela meia noite de 14 de Março de 1720; era Capitão de cavalos de um dos regimentos da Côrte, e membro da Academia dos Ilustrados, homem instruído em humanidades, matemática, e genealogia (2). É ele o célebre *D. Tivisco de Nasao Zarco e Colona* das árvores de costado.

D. Leonor de Ataíde, a avó, viuva de Sebastião de Carvalho, faleceu a 29 de Novembro de 1720 (3).

Todos, portanto, puderam ainda presenciar os primeiros toques da alvorada daquela inteligência enorme, que é bem de crer se manifestasse logo.

O neófito, emfim, ilustre entre os mais ilustres, nascido a 13 de Maio anterior ao Baptisado, no próximo palacete de seus pais, faleceu em Pombal a 8 de Maio de 1782.

Seus pais, e ele próprio, assistiram naquele prédio da rua Formosa, ao diante muito ampliado por ele, às interessantes reuniões da dita *Academia dos Ilustrados*, onde tão importantes materiais resolveram em agradáveis discussões os primeiros eruditos do tempo.

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 4, de 26 de Janeiro de 1719.

(2) *Gazeta*, n.º 12, de 21 de Março de 1720.

(3) *Gazeta*, n.º 49, de 5 de Dezembro de 1720.



Teve princípio esta reunião académica em 1716; o futuro Marquês, então um moço de dezassete anos, é bem provável tomasse parte nas discussões.

No ano seguinte, tendo-se interrompido essas doudas assembleias, recomeçaram na segunda-feira 20 de Dezembro. Fazia de Secretário João Manuel de Melo, irmão terceiro do Senhor de Melo, dado a filologias, e que inaugurou a sessão com um discurso sobre tais materiais. Depois, Manuel de Carvalho de Ataíde leu regras de História e de Política apresentando para texto a *República* de Aristóteles; e Luís de Abreu de Freitas (uma das *mumias* de Santa Apolónia) explicou e comentou a *Ulysséa* de Gabriel Pereira de Castro, com exposições sobre Filosofia natural (1).

Por falecimento de Sebastião de Carvalho, continuou a Academia as suas sessões na rua *Larga* (ao Passadiço) em casa de António de Saldanha de Albuquerque de Mesquita Lobo e Ribafria, ascendente do actual Conde de Penamacor; aí se achava em Janeiro de 1720 (2).



Ninguém, pois, ao passar pela rua *Formosa*, deixará de recordar-se da sombra do grande Homem que se chamou Pombal, e a quem (apezar dos seus

(1) *Gazeta de Lisboa*, n.º 51, de 23 de Dezembro de 1717.

(2) *Gazeta*, n.º 2, de 11 de Janeiro de 1720.

defeitos, inerentes à natureza humana) Portugal tanto ficou devendo. Ali nasceu aquele eminente Politico, ali passou a mocidade, para ali se recolhia quando voltava das suas missões diplomáticas, ali entreviu, nos seus devaneios de adolescência, todo o serviço que algum dia havia de vir a prestar ao Rei e ao Povo nas crises calamitosas dos terremotos e das guerras. A Câmara devia mandar assinalar aquela frontaria com uma lápide, porque tudo aquilo pode qualquer dia ser vendido a algum analfabeto, ou a algum demagogo, que o arraze.

Acautelar dessa gente é sempre proveitoso.



CAPÍTULO XXV

Duas palavras de digressão.

Depois do terremoto de 1755, horrível e quasi inconcebível catastrophe, de que (se Deus me der vida) tenciono ser o minuciosíssimo cronista, para o que tenho belos subsídios, a Familia Real foi habitar barracas erguidas a toda a pressa nos sitios ermos de Nossa Senhora da Ajuda. Como esse estado era intolerável, pensou-se em edificar ali uma habitação de madeira, que resistisse aos possíveis abalos do solo, e tivesse tal ou qual estabilidade. Com effeito, o Decreto de 2 de Julho de 1759 confirma os planos feitos.

A esse paço modesto e abarracado ficou-se chamando «o paço da Ajuda».

*

Aparece-me agora um despacho de Lord Kin-noul, Embaixador da Grã-Bretanha em Lisboa, ao primeiro Ministro Sir William Pitt, dando-lhe

conta da recepção que lhe concedeu el-Rei D. José na Ajuda, a 29 de Março de 1760; e aí se lê:

«Exactamente à hora marcada cheguei ao paço, que é um vasto edificio de madeira construído junto a Belém depois do terremoto, para residência temporária da Real Familia, até que se lhe edifique um paço na Cidade» (1).

Nesse palácio temporário se passaram as interessantes cenas das conferências do Rei com o seu grande Ministro sobre negócios políticos de primeira ordem, incluindo as rápidas e acertadas providências para a reedificação de Lisboa. Aquele fólio, que se intitula MEMÓRIAS DAS PRINCIPAIS PROVIDÊNCIAS, QUE SE DERAM NO TERREMOTO, QUE PADECEU A CORTE DE LISBOA NO ANO DE 1755.... por Amador Patrício de Lisboa.—MDCCLVIII— nasceu em poucas semanas ali, naqueles paços que lembravam as choças dos Reis pastores (2).

(1) ... *Exactly at the hour named I arrived at the Palace, which is a large wooden building erected near Belem since the earthquake for the temporary residence of the Royal Family, untill a Palace shall be built in the City.*

Extracto do despacho. — Bieker — *Suplemento aos Tratados*, T. XI, Parte I, Apendice, última página.

(2) Possui deste livro um cariosíssimo exemplar. Tem na guarda a seguinte inscrição manuscrita em letra antiga amarelada pelo tempo, e traçada pela mão de um Frade da Boa-Morte: *Foy mandado a este Conv.^{to} sendo R.^{or} N. Irmão Bernardo de S. Thareza, por El Rey N. Sr. D. José I.^o — No interior da capa, ângulo superior, lê-se este ex-libris impresso e colado ali: *Ex Bibliot. Conv. D. J. a Bona Morte Olysiponensi.* — Este livro foi, depois da iníqua supressão dos Conventos pelos *liberais* de 1834, mandado para*

Naquelas páginas, ali pensadas e discutidas, vibra ainda hoje a alta actividade, a inteligência pronta e aguda, o patriotismo dedicado, de antes quebrar que torcer, do Marquês de Pombal; esses documentos viram-nos em manuscrito, e sentiram-nos palpitar em embrião intelectual, as pobres barracas forradas de arrazes, onde se albergava, fugitivo da morte, o Rei dos Portugueses.

O palácio tinha como cerca o actual Jardim botânico, formado então, e junto ao qual se via um gabinete de História natural. Do Jardim diz, anos depois, o anónimo autor da citada viagem a Portugal, ser muito mesquinho, mal fornecido, e inútil para a instrução por não se celebrarem lá lições de Botânica, e estar fechado ao público, sendo indispensável bilhete para a entrada. Do Gabinete diz pouco mais ou menos o mesmo (1).

o vasto depósito das extintas Casas religiosas no edificio da Biblioteca Nacional em S. Francisco (então Real Biblioteca pública da Corte). Por ser um belo espécime da arte tipográfica em Portugal no século XVIII, foi mandado pelo Governo, entre muitas outras obras, à Exposição universal de Paris de 1867. Volta a Lisboa, e achava-se no depósito dos duplicados para troca. Em 18 de Janeiro de 1883, avallado em 15000 reis, adquiri-o por troca com outros livros, sendo eu 1.º Official da Biblioteca, e meu Conservador António da Silva Tália, de saadosa memória.

(1) «Ele (Lisboa) a un très petit jardin botanique renfermé dans le palais du Roi à Belem, dans ce palais qui a été brûlé en 1794; mais, outre qu'il est mal pourvu, il ne sert point à l'instruction; il ne s'y fait aucune leçon, aucune démonstration; il este même fermé au public; on n'y entre qu'après en avoir obtenu permission.

Segundo esse viajante, poucos divertimentos havia na Corte. El-Rei D. José só se aprazia com música; pelo que, tinha feito o seu teatro de ópera.

*

Neste seu paço faleceu em 1777 o mesmo Sobrano, continuando sua Filha aí por mais dezassete anos, até que um total incêndio em 1794 a desalojou, obrigando a corte a fugir para Queluz, onde se albergou condignamente, e para o provisório quartelão do Ministério actual da Justiça, como noutro livro contei minuciosamente (1).

«Ce même palais a un cabinet d'histoire naturelle qui a échappé à l'incendie de 1794; mais ce n'est qu'une *mignature* (sic); à peine y trouve-t-on quelques-uns de ces objets qui sont plus faits pour satisfaire la curiosité que pour fournir des moyens d'instruction. Il est également fermé au public, et on n'y entre point sans permission».

Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne en 1796, pág. 238.

(1) Immédiatement après le tremblement de terre on construisit à la hâte des barraques de bois, récrépiées de chaux, à Belem, près de Lisbonne; la Cour s'y logea. On a fait dans la suite des augmentations successives à ce frêle édifice; on l'a décoré du nom de palais, et la Cour n'a cessé d'y faire sa résidence rendant trente-neuf ans. Il a été réduit en cendres par un incendie au mois de Novembre 1794. La Cour n'ayant aucune demeure à Lisbonne, est réduit à demeurer à Queluz, village éloigné de deux lieues de cette ville.

Voyage en Portugal en 1796 (anónimo)— pág. 108.

*

Ora o Ministro, aquele fenomenal Conde de Oeiras, entendeu dever desde todo o princípio acompanhar o Soberano para a Ajuda; e deixando o seu palácio da rua *Formosa*, passou a residir junto de seu Real Amo na calçada da Ajuda, numa casa, onde, apesar de modesta, se alojaram com ele sua mulher, seus dois irmãos, e seu filho já depois de casado.

O palácio da rua *Formosa*, ao qual foram concedidos, por mercê de 9 de Setembro de 1760, os sobejos do chafariz que lhe fica em frente, foi arrendado pela casa comercial inglesa de Purry, Mellish e De Vismes por 4:000 cruzados (1.600\$000 reis); «excessivo aluguel para aquele tempo» observa Ratton, mas que os ditos comerciantes satisfaziam de boa-mente, pois se lhes conservava o contrato do *pau-Brasil*, que pagavam a 6 mil reis o quintal.

*

Dentre os vários retratos históricos do grande Pombal, especializo o seguinte, que não posso deixar de transcrever, visto que nos achamos na rua *Formosa*. Nos seus pormenores íntimos é interessantíssimo relatório, que a posteridade arquiva com respeito.

«O Conde de Oeiras — diz Ratton — possuía muitas qualidades para ser, como foi, um grande Ministro. Empregando todo o tempo da semana no serviço de seu Amo, reservava as manhãs dos

Domingos para os negócios da sua casa; nos quais se ajuntavam todos os seus almoxarifes, feitores, e mestres de obras, no quarto da sua contadoria, metódicamente escriturada com livros em partes dobradas; e ali conferia com eles, recebia, e pagava, à boca de cofre, as entradas e despesas da semana precedente.

«Era extremamente reservado, com sua família e amigos, a respeito dos negócios do Estado, de modo que ninguém podia descobrir, da sua conversação, gestos, ou maneiras, os negócios que o ocupavam, e que se deviam conservar em segredo.

«Ouvia as partes sem lhes interromper as suas falas; e suas respostas eram graves, breves, e terminantes, revestidas sempre da autoridade do Soberano, e não em seu moto próprio. Não consta que se enfadasse e descompozesse as partes que o buscavam, por mais que estas se desmedissem em suas palavras; nem que em sua casa apparecesse pessoa alguma, que lhe fosse falar em negócios da sua Repartição, que não fosse recebida debaixo do mais estricto cerimonial; sabendo assim conciliar o reciproco respeito que o público deve ter aos Ministros do Soberano, e estes ao público» (1).

Que diferença de tudo isto, que diferença desta lhaneza em tal homem, comparada com o entono de certos Ministros modernos, que na sua mediocridade chegam talvez a julgar-se émulos de Pombal.

(1) Ratton — *Record.*, pág. 185 e 186.

Um (que não nomeio) recebia de pé os pretendentes, em certos dias de audiência, com ar balôfo, e respondia frases oraculares. Começava certo visitante a expor o negócio que ali o levava, mas entendia dever entrar em pormenores prévios. De repente o Ministro diz-lhe:

— Abrevie.

— Que abrevie? — pergunta o sujeito — V. E. ordena me que abrevie a minha narrativa? Pois obedeco; abrevio tanto, que neste momento a dou por concluída. Passe V. E. muito bem.

E inclinando se profundamente, retirou-se com pasmo do boquiaberto semi-deus.

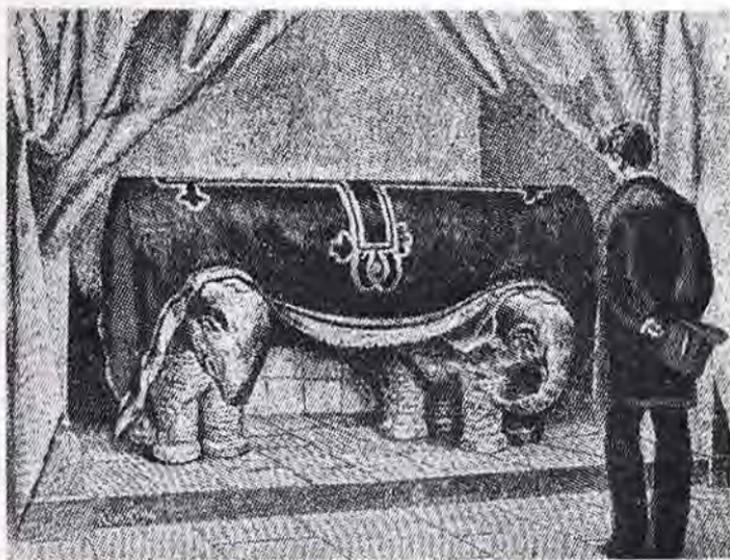
Pombal não era assim.

*

Pois apesar de todo o seu indiscutível merecimento, apesar da sombra colossal que ainda projecta sobre as nossas presunçosas civilizações modernas, Pombal teve um eclipse na opinião pública. Vilipendiaram-no em vida, e vilipendiaram-no depois de morto.

O grande quadro do talentoso Malhõa é o mais eloquente dos protestos nacionais. Aquela tela, bem concebida e traçada, vibra de indignação mais que justa.

Os restos do homem extraordinário (custa dizê-lo) jaziam no meio do século xix desprezados em Pombal. Em 1856, sendo Presidente do Conselho seu digno neto o Duque de Saldanha, pensou-se em repor essas relíquias nacionais na capela do morgado.



O túmulo do Marquês de Pombal, na capela das Mercês
(Desenho do natural, por J. Cristino)

C. M. L.

1911

1912

1913

Em sessão de 5 de Junho a Câmara Municipal nomeou uma comissão, composta de Aires de Sá Nogueira, e Levy Maria Jordão para se estudar o ceremonial das exéquias e do cortejo, etc. (1). Com effeito, o Edital de 11 do mesmo mês determinou que, devendo os restos mortais do grande Estadista chegar a Lisboa a 16, a Câmara iria esperá-los ás portas de Arroios ás 4 horas da tarde, e o préstito percorreria as seguintes ruas: *dos Anjos, da Mouraria, Nova da Palma, o Rossio*, as ruas *Augusta e dos Retroseiros até Santo António da Sé*, onde se faziam os officios, seguindo depois na mesma ordem pelas ruas *dos Retroseiros, do Oiro, Nova do Carmo, Chiado, largo de S. Roque, Patriarcal, Queimada, e rua Formosa*; até o templo *das Mercês* (2).

Fez-se a trasladação com grande pompa: vagamente me lembro de quasi tudo, mas os jornais se lembrarão ainda melhor, e por isso remeto para elles os leitores (3).

✱

Devo confessar lealmente uma coisa: consagrei até certo tempo muita admiração ao Marquês de Pombal, mas nenhuma estima. Isso pouco importa

(1) *Ann. do Mun. de L.*, 1856, n.º 6, pág. 42.

(2) *Ann. do M. de L.*, 1856, n.º 3, pág. 19.

(3) A tumba com os ossos do grande Marquês de Pombal que desde 1782 até 1856, tinham estado em Pombal, numa capela da Igreja da Senhora do Cardal, veio naquele ano para este templo das Mercês, e ficou assente sobre o dorso de dois elefantes de pedra, valiosos exemplares de origem

à memória dele, mas a mim importa-me. Influenciado pelo que se diz e escreve, da sua dureza, das suas crueldades, via acima dos actos do politico, e do administrador, a perseguição encarniçada aos Távoras. Os ais do suplício dos Távoras ensurdeciam-me; as fogueiras da praça de Belem ofuscavam-me; e a fumarada sinistra dos cada-falsos escondia, aos meu olhos, todos os sentimentos humanos do grande Homem.

Das atrocidades de que foram vítimas os presos de Estado, há, ainda assim, que abater alguma coisa, se atendermos ao descaróavel dos procedimentos judiciaes antigos. A caridade cristã ainda os não tinha repassado; tristíssima verdade!

Que o digam o azeite a ferver e o enxofre derretido gotejado nas feridas de Ravailac. Que o diga o teimoso suplício de Damiens. Que o digam os tormentos inauditos infligidos a uma criança, o *Chevalier de Labarre*. Que o diga, quasi nos nossos dias, o longo suplício de Rodolfo Kuhnappel, na Prússia, assassino do Bispo de Ermeland.

São horrores, sem justificação, certamente, mas que atenuam a cegueira dos criminalistas portugueses do século XVIII. O peso do uso tem inven-

oriental. Quando se tratou de apropriar o templo para esquadra de policia, e se fez nova madança do caixão do primeiro ministro de D. José, os dois elefantes foram vendidos em leilão. Adquiria-os na almoeda o conhecido anti-quário Anastácio Fernandes. Foi isto em 1942. O velho Anastácio pedia por eles doze mil escudos. E vallam-nos. Ignoramos, que destino tiveram depois da morte deste comprador. (*Nota de M. S.*)

cível força; e todos o pensamos ao lembrarmo-nos das sanguinosas varadas nos quartéis, ao recordarmo-nos de que a inocente mão da Rainha D. Maria II, que não matava uma mosca, assinou as sentenças de morte de Diogo Alves e Matos Lobo!

Eram actos públicos, sancionados pela opinião e pela Lei; como se pode pois extranhar a cegueira diabólica da Lei e da opinião em tempos mais antigos?

Nada disto a minha comiserção levava em conta; e eu abominava as crueldades de Pombal; sob esse aspecto, o seu papel figurava-se-me odioso, porque supunha aquele Ministro responsável de tudo.

Mudei de opinião, e vou dizer porquê. É solene a declaração, e precisa motivada.



O meu sempre respeitável e querido amigo o sr. Francisco de Carvalho Daun e Lorena, filho segundo da honradíssima Casa da Redinha, tem por este seu bisavô Pombal um verdadeiro culto, fundado em mil tradições autênticas conservadas na família.

Uma vez encontrou seu primo o falecido, e não menos honrado Marquês de Pombal, Manuel (pai do actual), que lhe comunicou, cheio de justo alvoroço, ter achado, entre montanhas de correspondências, rascunhos, e outros papeis particulares do Ministro del-Rei D. José, conservados no arquivo da rua *Formosa*, uma carta do irmão do infeliz Marquês de Távora, que se chamava Nuno

de Távora, dirigida ao então Conde de Oeiras, e que resava pouco mais ou menos assim (pois não conheço as expressões exactas):

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Permita-me V. E. que deste carcere da Junqueira, onde me encontro preso, eu me dirija a V. E., para lhe agradecer do fundo da alma tudo quanto sei que V. E. tem feito em favor da nossa desgraçada familia. Consta-me que V. E. se tem empenhado muito junto del-Rei para minorar as nossas amarguras, obter a nossa liberdade, e a nossa reabilitação; sei que nada tem conseguido, porque el-Rei tem sido inflexível; sei mais, que as insistências repetidas de V. E. junto do Soberano desagradaram ao mesmo Augusto Senhor, e que por isso V. E. esteve tres dias fora da graça Real, e proibido de apparecer no Paço. Isto tudo me prova os sentimentos de V. E. a nosso respeito, e nos enche de gratidão, etc. etc.»

Repito: não conheço as palavras formais da carta, e só o seu sentido geral, que o Marquês communicou a seu primo, e este me transmitiu com a sua memória belíssima, e a sua indiscutível probidade. Eu, já se vê, tomei logo nota de tudo, conforme o meu costume já antigo.

O sr. Francisco de Carvalho teve a maior comoção ao saber da existência desse papel; pediu a seu primo lhe consentisse publica-lo desde logo, para ilibar de calúnias a memória do bisavô de ambos; e acrescentou:

— Sei que és tu o representante; mas eu também sou bisneto, e tão interessado como tu na glória de um tal ascendente.

O possuidor da carta, porém, movido aliás das melhores intenções, declarou não anuir, por ter tenção de escrever, ou mandar escrever, uma biografia do grande Marquês, na qual tudo sairia documentado e tirado a limpo. Por desgraça foi adiando o seu projecto, e faleceu sem nunca o ter realizado.

*

Pelas pessoas que figuram nesta cena, que relato fielmente, não é lícito a ninguém, quem quer que seja, duvidar da existência da carta do Távora, salva contudo a redacção, que não conheço. Existiu a carta, ou existe. Se existe nos termos que a minha memória me sugere, ou noutros parecidos, é uma demonstração, clara, e de primeira ordem, de que Sebastião José de Carvalho e Melo não pode ser conivente nos horrores de Belem; e se não pode ser neles conivente, e se apenas, e a muito custo, os autorizou por dever de officio, empenhando primeiro todos os esforços para os evitar, a sombra desse Morto levanta-se maior e mais pura do que até aqui, aos olhos imparciaes da posteridade julgadora. O respeito fanático à Realeza, as ideias do seu tempo, a obediência cega de vassalo, os deveres de Ministro zeloso, as peias de servidor de um Rei absoluto, impuzeram-lhe, segundo se está a ver, um silêncio, que é o mais honroso e sublime dos sacrificios. Aceitou mudo e resignado todo o peso das responsabilidades do seu Real Amo, arcou com todas as calúnias, trago até o fim, com uma heroicidade

espantosa e comovedora, o calix das maiores amarguras. Basta isso, para o lavar de muitas culpas comuns a todos nós, e inerentes à frágil natureza humana.

*

Mas há mais: com um filho do Marquês de Pombal casou uma sobrinha do Marquês de Távora. Pergunta se: a não ser já então conhecida a verdade dos factos, como é que uma filha daquela raça perseguida aceitava, como aceitou, o filho do *mata-dor*? Se aceitou, é porque a sua consciência lhe bradava bem alto que o Marquês de Pombal era extranho ao desabafar daquela illustre Casa.

Os bisnetos, trinets e quartos netos do grande Homem são hoje Carvalhos, e são também Távoras. Essa junção dos dois sangues fala eloquentemente em favor do eminente Estadista.

*

Gosto sempre de reabilitar os mortos; é uma forma da caridade cristã. Pois à vista daquela carta o Marquês de Pombal, alheio na intenção à execução patibular dos Távoras, merece de nós todos a comiserção pelo que padeceu na sua fama, e a justiça de uma reabilitação tardia, mas autêntica e formal.

Não sei onde pára a carta. Oiço que os manuscritos genealógicos da Casa Pombal foram vendidos ao Estado, e que todos os papeis particulares e íntimos do Marquês foram cedidos (desinteres-

sadamente, e por uma espécie de escrúpulo, menos bem entendido, quanto a mim, à Companhia de Jesus.

Se a Companhia conserva o papel em questão, se o arquivou na Casa-mãe, em Roma, ou noutro cartório, incumbelhe, em nome do Deus das Misericórdias, o dever estricto de a publicar desde que alguém lho pede, como eu lho suplico. A Companhia de Jesus, a que sou afeiçoadíssimo, e que respeito pelo talento e pela virtude dos seus membros, pela sua perseverança no trabalho, e pelo seu constante empenho em alumiar as turbas, honrar-se-ia sobremaneira, aos olhos dos próprios adversários, daria uma prova de imparcialidade austérea, fazendo conhecida a carta do Távora.

A Companhia de Jesus foi expulsa pelo Marquês de Pombal; mas a companhia não se vinga. So-negar um documento que o iliba seria uma vingança torpe. Vingue-se, fazendo luz neste caso tenebroso.

Para mim, confesso, não é necessária essa publicação, mas é-o para o País. Eu, que nunca vi a carta, escrita entre lágrimas nas masmorras da Junqueira, juro que existiu, e basta-me a honradez proverbial do meu informador. O País exige mais: quer ver.